



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**VICKA DE NAZARÉ MAGALHÃES MARINHO**

**IMPACTOS DE HIDROELÉTRICAS NA ATIVIDADE PESQUEIRA: estudo de caso  
a partir dos pescadores artesanais do município de Ferreira Gomes, Amapá-  
Brasil**

**BELÉM/PARÁ**

**2018**

Vicka de Nazaré Magalhães Marinho

**IMPACTOS DE HIDROELÉTRICAS NA ATIVIDADE PESQUEIRA: estudo de caso  
a partir dos pescadores artesanais do município de Ferreira Gomes, Amapá-  
Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH, da Universidade Federal do Pará - UFPA, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Christian Nunes da Silva – UFPA.

Co-orientador: Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima - UFPA.

BELÉM/PARÁ

2018

Dados Internacionais de Catalogação na  
Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da  
Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a)

---

- M337i      Marinho, Vicka de Nazaré Magalhães  
              IMPACTOS DE HIDROELÉTRICAS NA ATIVIDADE PESQUEIRA : estudo de caso  
              a partir dos pescadores artesanais do município de Ferreira Gomes, Amapá-Brasil /  
              Vicka de Nazaré Magalhães Marinho. — 2018  
              124 f. : il. color
- Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG),  
              Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém,  
              2018.  
              Orientação: Prof. Dr. Christian Nunes da Silva  
              Coorientação: Prof. Dr. Ricardo Ângelo  
              Pereira de Lima.
1. Hidrelétricas. 2. Pesca Artesanal. 3. Rio Araguari. 4. Territorialidades. I.  
              Silva, Christian Nunes da , *orient.* II. Título
- 

CDD 910.13337

Vicka de Nazaré Magalhães Marinho

**IMPACTOS DE HIDROELÉTRICAS NA ATIVIDADE PESQUEIRA: estudo de caso  
a partir dos pescadores artesanais do município de Ferreira Gomes, Amapá-  
Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH, da Universidade Federal do Pará - UFPA, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Christian Nunes da Silva – UFPA.

Co-orientador: Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima.

Data de aprovação: 19/03/2018

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Christian Nunes da Silva – Orientador e Presidente da Banca –  
PPGeo/UFPA**

---

**Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima – Co-orientador - PPGDR/PPGeo**

---

**Prof. Dr. João Marcio Palheta da Silva – Examinador Interno –PPGDR/PPGeo**

---

**Prof. Dr. Adolfo da Costa Oliveira Neto (FGC/UFPA) – Examinador Externo**

Ao meu pai José Manoel da Cruz Marinho  
e a minha mãe Jurema Magalhães Marinho.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, meu amparo e minha fortaleza, embora, muitas vezes, não entenda e demore a aceitar os seus desígnios, sei que ele tem um propósito maior para minha vida.

Ao professor Dr. Christian Nunes da Silva por ter aceitado orientar-me, fazendo-se presente em todos os momentos necessários para o desenvolvimento deste trabalho, e para o meu crescimento intelectual. Meu muito obrigada pela confiança a mim depositada.

Aos professores e à Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo/Ufpa, especialmente, aos membros da banca de qualificação, professor Dr. João Marcio Palheta da Silva, e ao professor Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima, pelas correções e contribuições valiosas para a finalização deste trabalho.

Aos meus colegas de turma, de maneira especial a Mirian Costa e Tássia Bezerra, pelo companheirismo e amizade iniciada no decorrer do curso.

As paraenses/amapaenses Katrícia Corrêa (PPGMDR/UNIFAP) e Juliana Barros (PPGMDR/UNIFAP), amigas adquiridas e fortalecidas dentro e fora do âmbito da pesquisa. Meu muito obrigada por compartilharem comigo as descobertas, alegrias e dificuldades do campo, do encontro com o desconhecido.

À Simone Ferreira e Artenilza Ribeiro, que com simplicidade se fizeram amigas, sem exigir nada em troca. Obrigada pelas palavras de incentivo, companheirismo e hospitalidades a mim oferecidas.

A João Carlos Vaz (RURAP/Ferreira Gomes) e Alan Pereira (Prime – Gestão Ambiental), pela ajuda e disponibilidade em campo, constituindo informantes de grande importância para a localização e aproximação dos primeiros pescadores no município de Ferreira Gomes.

Aos pescadores de Ferreira Gomes por estarem sempre dispostos a ajudar. De modo especial, a Manoel Amaral Costa, por sua humildade e simplicidade em mostrar, que com um pouco de esforço, podemos ajudar aqueles que de nós necessitam.

Aos meus irmãos, primeiramente a Zé Antônio, por todos os ensinamentos, paciência e disponibilidade sempre a mim dedicados, meu porto seguro nas horas de desânimo e angústias. A Alonso, pelo apoio e incentivo, não medindo esforços para ajudar-me, sempre que necessitei. A Amadeu, Eduardo, Jonas e Leandro,

anjos, cada um a seu modo, os quais sempre estiveram presentes, dando-me forças e estímulos, em todos os momentos da vida.

À minha irmã, Maria José, que é um exemplo de persistência e tem me ensinado a não desistir dos meus objetivos e entender o quanto a vida é valiosa.

À minha mãe Jurema Magalhães, meu maior exemplo e principal incentivadora do meu crescimento, sem a qual não teria chegado até aqui. Ao meu pai José Manoel, embora muitas vezes distante, faz-se presente em cada momento, mostrando força, coragem e ensinando o quão forte podemos ser.

Ao meu cunhado Fábio Campos pela disponibilidade em sempre ajudar tanto através de palavras como por ações.

À FAPESPA, pela concessão da bolsa de estudo, de grande importância para a concretização desta pesquisa.

E por fim, a todos que fizeram e fazem parte da minha caminhada, o meu muito obrigada.

“A pesca é quase tão antiga quanto o homem, quase tão velha quanto a fome”.

J. Thoulet

## RESUMO

Esta dissertação discorre a respeito dos impactos de empreendimentos hidrelétricos na atividade pesqueira, notadamente da pesca artesanal praticada por pescadores do município de Ferreira Gomes - Amapá. Para tanto, a presente pesquisa partiu do pressuposto de que, na implantação de usinas hidrelétricas, a dinâmica natural do rio é modificada, passando de ambiente natural para artificial, refletindo diretamente no desenvolvimento da pesca. Desse modo, buscou-se analisar como a instalação das UHE Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão vêm impactando a pesca artesanal no rio Araguari, considerando que esta, refere-se a uma atividade na qual o conhecimento dos pescadores, sobre o ambiente, constitui um arcabouço de grande importância para o maior aproveitamento nas pescarias. A metodologia de pesquisa englobou entrevistas estruturadas e semiestruturadas com observações e registros fotográficos *in loco* de pesquisa. A sistematização e análise dos dados obtidos mostram que, a construção de hidrelétricas em territórios ocupados por populações, que desenvolvem suas atividades em relação com a natureza, tendem a passar por grandes alterações, abarcando, desde a modificação do ambiente até os conhecimentos tradicionais, apresentados pelos pescadores artesanais, bem como agem suscitando e intensificando conflitos entre territorialidades distintas, problemas vivenciados pelos pescadores do município de Ferreira Gomes, e que refletem diretamente na precarização de sua reprodução social.

**Palavras-chave:** Hidrelétricas; Pesca Artesanal; Rio Araguari; Territorialidades.

## ABSTRACT

This dissertation discusses about the impacts of hydroelectric enterprises in fishing activity, notably artisanal fishing practiced by fishermen from the municipality of Ferreira Gomes - Amapá. Therefore, the present research started from the assumption that in the deployment of Hydroelectric Power Station the natural dynamics of the river is modified, going from natural to artificial environment, directly reflecting the development of the fishery. In this way, we sought to analyze how the installation of hydroelectric plants of Ferreira Gomes and Cachoeira Caldeirão have been impacting the artisanal fishing in the Araguari River, considering that it refers to an activity in which the knowledge of the fishermen about the environment constitutes a knowledge of great importance for the greater use in the fisheries. The research methodology was based on structured and semi-structured interviews with observations and photographic records in the field of research. The systematization and analysis of the data obtained shows that the construction of hydroelectric plants in territories occupied by populations that develop their activities in relation to nature, tend to pass through major changes, spanning from the modification of the environment until the traditional knowledge presented by artisanal fishermen, as well as, they act provoking and / or intensifying conflicts between distinct territorialities, problems that the fishermen of the municipality of Ferreira Gomes are experiencing, reflecting directly on the precariousness of their social reproduction.

**Keywords:** Hydroelectric. Artisanal Fishing. Araguari River. Territorialities.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Espacialização de UHE entre 1950 e 2000 no contexto brasileiro.....	57
Figura 2 - Sede da Colônia do Pescador Z-7.....	78
Figura 3 - Embarcações utilizadas por pescadores em Ferreira Gomes.....	80
Figura 4 - Rede de pesca entalhada por pescador.....	84
Figura 5 - Zagaias em uso e varas para a confecção de outras.....	85
Figura 6 - Pescadores nas proximidades da cidade de Ferreira Gomes.....	86
Figura 7 - Artes de pesca utilizadas no médio Araguari.....	88
Figura 8 - Pescador com instrumentos de trabalho .....	90
Figura 9 - Mortandades de peixes em Ferreira Gomes.....	98
Figura 10 - Peixes mortos encontrados na orla em Ferreira Gomes.....	100
Figura 11 - Ao fundo a hidroelétrica Ferreira Gomes e mais a frente um trecho da ponte que os pescadores têm de atravessar para chegar as suas embarcações de pesca.....	102

## LISTAS DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do Município de Ferreira Gomes – Amapá.....	20
Mapa 2 - Áreas Especiais no Amapá.....	69
Mapa 3 - Localização das Hidrelétricas Coaracy Nunes, Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão no Rio Araguari.....	71

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Pescadores que exercem apenas a pesca e a pesca aliada a outras ocupações.....	75
Gráfico 2 - Benefícios recebidos por pescadores em Ferreira Gomes.....	77
Gráfico 3 - Grau de escolaridade apresentada por pescadores entrevistados em Ferreira Gomes.....	79
Gráfico 4 - Distribuição de homens e mulheres que desenvolvem a pesca no médio Araguari.....	81

Gráfico 5 - Tipos de apetrechos utilizados por pescadores de Ferreira Gomes nas pescarias no médio Araguari.....	87
--	----

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Cronograma dos trabalhos de campo.....	23
Quadro 2 - Maiores hidroelétricas em operação no Brasil até 2017.....	58
Quadro 3 - Maiores reservatórios hidroelétricos em território brasileiro.....	60
Quadro 4 - Hidrelétricas com > de 30 MW instaladas e com reservatórios enchidos até 2015 na Amazônia brasileira.....	62

## LISTA DE SIGLAS

AMFORP	American Foreign Power Company
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
AHE	Aproveitamento Hidrelétrico
CBDB	Comitê Brasileiro de Barragens
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CEMIG	Centrais Elétricas de Minas Gerais
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
COEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente
EDP	Energias do Brasil
EIA	Estudo de Impactos Ambientais
ELETROBRAS	Centrais Elétricas Brasileiras S. A.
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
GPI	Grandes Projetos de Investimentos
LIGHT	The São Paulo Tramway e Power Company
MME	Ministério de Minas e Energias
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
PESCAP	Agência de Pesca do Pará
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SEMA	Secretária de Estado e Meio Ambiente
SIN	Sistema Interligado nacional
UFPA	Universidade Federal do Pará
UHE	Usina Hidrelétrica
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO I ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE AS CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO E PESCA</b> .....	27
1.1 Reflexões sobre o conceito de território e territorialidade .....	27
1.2 Definições, classificações e tipologia de pescadores artesanais .....	35
1.2.1 Considerações sobre as concepções de território e territorialidades na pesca artesanal na Amazônia brasileira .....	42
<b>CAPÍTULO II GRANDES EMPREENDIMENTOS E REESTRUTURAÇÃO DE MODOS DE VIDA: INSTALAÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NO BRASIL</b> .....	48
2.1 Considerações sobre a evolução do setor elétrico no cenário brasileiro ...	49
2.2 De norte a sul: o avanço de empreendimentos hidrelétricos nos rios brasileiros.....	54
2.3 Grandes projetos de investimentos: avanço das hidrelétricas nos rios amazônicos .....	60
2.4. Hidrelétricas na Amazônia amapaense .....	68
<b>CAPITULO III UHE E PESCA ARTESANAL NO RIO ARAGUARI</b> .....	74
3.1 Caracterização dos pescadores e da pesca artesanal no município de Ferreira Gomes .....	74
3.2 Pesca no médio Araguari: apetrechos comumente usados no município de Ferreira Gomes .....	82
3.3 UHEs Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão e os impactos na pesca artesanal no médio Araguari.....	92
3.4 Pesca artesanal no médio Araguari: desestruturação e incertezas quanto ao futuro .....	105
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	111
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	115
<b>APÊNDICE</b> .....	121

## INTRODUÇÃO

A pesca artesanal representa, tradicionalmente, uma atividade de grande relevância, praticada desde os primórdios da humanidade por grupos humanos, nos mais distintos lugares do planeta. Alguns estudos comprovam o desenvolvimento dessa atividade por povos ainda no período do Paleolítico superior, como nos mostram os registros de pinturas na Europa. Posteriormente, em períodos sucessivos, são encontrados indícios de seu desenvolvimento ainda na Babilônia, Assíria e Egito, nos quais as formas de obtenção dos recursos pesqueiros<sup>1</sup> ocorrem com técnicas bastante rústicas e geralmente adaptadas dos ossos de grandes animais, tal como renas e javalis (FERREIRA, 1968).

Na Amazônia, por sua vez, os primeiros registros reportam-se ao período pré-colonial, quando as populações indígenas, em consonância com a caça e coleta de produtos oriundos da floresta, praticavam essa atividade de modo a complementar sua dieta alimentar (ISAAC-NAHUM; BARTHEM, 1995). Todavia, após a chegada de outros grupos sociais, a região, notadamente dos colonizadores europeus, passou a constituir o principal meio de obtenção de alimentos, tanto para suprir as necessidades da população local, como para os viajantes que participavam de expedições de exploração no interior da floresta.

Segundo Sena (2006), com a chegada dos colonizadores europeus à região, o conhecimento indígena sobre a pesca foi amplamente utilizado, posto que, conheciam técnicas de captura e conservação dos produtos oriundo das pescarias, bem como a localização de pontos de pesca, possibilitando a obtenção de estoques pesqueiros.

Destaca-se, nesse contexto, a implementação de outros instrumentos de pesca no desenvolvimento dessa atividade. Conforme os estudos de Batista et al. (2004), os apetrechos utilizados eram inicialmente confeccionados, a partir de produtos oriundos da floresta, tais como: feixe de fibra de embaúba *Cecropias* pp, fibra de algodão, folhas de palmeira do tucumã *Astrocaryum* spp. Após a

---

<sup>1</sup> Conforme a Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca em seu Art. 2º, denomina como recursos pesqueiros, as espécies animais e vegetais hidróbios utilizadas para exploração, estudo e pesquisa nas distintas modalidades de pesca. Todavia, nessa dissertação, o termo “recursos pesqueiros” quando utilizado fará menção apenas aos recursos pesqueiros íctios – peixes.

implementação do metal e de outros materiais artificiais (linhas de nylon), foram sendo desenvolvidos diferentes apetrechos largamente utilizados na atualidade, nas mais diferentes regiões do Brasil, dentre os quais: anzol, espinhel, tarrafa e rede de pesca.

No que concerne à Amazônia amapaense, as pescarias desenvolvem-se em diferentes ambientes, notadamente na parte estuarina, no litoral, nos lagos e nos rios. Isaac-Nahum et al. (1998), destacam que, no Estado do Amapá, as pescarias mais produtivas ocorrem nos ambientes estuarinos e marinhos, coexistindo a pesca artesanal e a pesca industrial, esta última, constantemente, envolve frotas com melhores condições de deslocamento e poder de captura dos recursos pesqueiros. Ainda conforme os autores supracitados, as pescas que acontecem nos lagos e rios, geralmente, possuem menor importância econômica quando comparadas às anteriores, isto por apresentar menor investimento econômico e ainda, a quantidade dos produtos capturados é, na maioria das vezes, inferior, sendo voltados especialmente para o mercado consumidor local.

As embarcações são geralmente de pequeno a médio porte, com instrumentos de pesca que envolvem baixos recursos tecnológicos, cujo produto capturado, muitas vezes, é voltado para a alimentação do grupo familiar, com comercialização apenas do excedente, ou então é praticada visando maiores lucros, tanto no mercado local como em outros estados, como Pará e Maranhão.

Segundo Dias et al. (2013), as pescarias mais produtivas ocorrem nos municípios de Santana, Macapá, Amapá e Tartarugalzinho. Os demais municípios<sup>2</sup>, embora não constituam centros pesqueiros de ampla representatividade, encontram-se inseridos em um contexto com grande vocação natural para o desenvolvimento dessa atividade extrativa.

Embora, reconheça-se a importância das pescarias desenvolvidas na zona litorânea e de lagos, dar-se-á ênfase a pesca de rio, mais especificamente aquela desenvolvida por pescadores artesanais do município de Ferreira Gomes, na qual, verifica-se que as artes de pesca, usualmente utilizadas, são confeccionadas tanto com matérias primas oriundas da floresta, como de materiais artificiais adquiridos no comércio local ou em cidades vizinhas.

---

<sup>2</sup> Calçoene, Cutias, Laranjal do Jari, Mazagão, Oiapoque, Pracuúba, Vitória do Jari, Porto Grande, Pedra do Amapari, Serra do Navio, Itaúbal e Ferreira Gomes.

Por conseguinte, identifica-se uma variedade de apetrechos que engloba, zagaia, arpão, linha de mão, rede de pesca, espinhel, tarrafa e trapo<sup>3</sup>. Os referidos apetrechos são encontrados tanto em sua forma artesanal, confeccionados pelos pescadores, auxiliando na redução dos custos, quanto podem ser obtidos prontos, ocorrendo, principalmente, com as redes de pesca de grandes metragens.

A pesca artesanal no rio Araguari, desenvolve-se de modo simples, tendo por base, geralmente, o grupo familiar ou de amigos, que em associação, praticam essa atividade como meio de obtenção de renda e alimento, apresentando neste sentido, grande relevância socioeconômica e alimentar no contexto local.

Todavia, essa atividade praticada ao longo de décadas vem passando, na atualidade, por um quadro de grandes transformações decorrentes da implantação das hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, visto que, com a implantação dessas grandes obras, a dinâmica natural do rio se transformou, passando de ambiente natural para artificial. Esse quadro reflete, negativamente, nos conhecimentos dos pescadores quanto à localização de pesqueiros e, por conseguinte, no desenvolvimento da atividade.

Verifica-se que o rio Araguari tem sido considerado, primordialmente, a partir do seu potencial energético. Esta situação, inicia-se na década 70, com a implantação da Usina Coaracy Nunes<sup>4</sup>. Passadas aproximadamente, quatro décadas, o rio em questão volta a ser cenário da instalação das hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, que, simultaneamente, atuam para a precarização das condições sociais dos pescadores artesanais.

Faz-se importante mencionar, que além dos empreendimentos supracitados, existem projeções de outros projetos hidrelétricos na região<sup>5</sup>, mostrando que na Amazônia, no contexto atual, ainda que não ocorra o extermínio de populações como observado no processo de colonização, segundo o entendimento de Leroy (2010), verifica-se, por outro lado, o estrangulamento de suas dinâmicas. Isto, pode ser observado no rio Araguari, especialmente, através dos pescadores que tiveram sua trafegabilidade comprometida notadamente nos locais de instalação das

---

<sup>3</sup> Os trapos são feitos a partir de pedaços de isopor ou outro material flutuante, no qual se amarra uma linha de nylon de comprimento variável, geralmente entre 2 a 3 metros contendo o anzol de tamanho variado.

<sup>4</sup> É importante ressaltar que, a Coaracy Nunes foi a primeira hidrelétrica implantada na Amazônia brasileira, inserindo-se na fase inicial do setor elétrico brasileiro.

<sup>5</sup> As hidrelétricas de Bambu, Água Branca e Porto da Serra que juntamente com a Ferreira Gomes, Cachoeira Caldeirão e a ampliação da Coaracy Nunes integram um projeto hidroelétricas concebidas para a Bacia do rio Araguari na década de 1990 (ECOTUMUCUMAQUE, 2013).

hidrelétricas, resultando na perda dos pontos de pesca e, conseqüentemente, na redução da captura dos recursos pesqueiros, enfrentando graves problemas para se reproduzir diante deste novo contexto.

O presente trabalho apresenta mais uma contribuição, no sentido de explanar os inúmeros impactos que continuam ocorrendo no contexto da instalação desses empreendimentos, demonstrando que as vantagens propaladas constantemente não atuam para a melhoria dos grupos tradicionais, principalmente dos que dependem do rio como fonte de renda e alimento. Tendo em vista as múltiplas implicações socioambientais que ocorrem nessas áreas, são inúmeros os relatos confirmando as mazelas sociais e econômicas, mostrando que o processo de implantação de hidrelétricas em rios amazônicos continua pautando-se em ações autoritárias, pouco considerando a realidade local.

Os pescadores do município de Ferreira Gomes encontram-se cada vez mais em situação preocupante, deparando-se com muitos obstáculos que dificultam ainda mais a sua reprodução social.

Assim, diante da complexa realidade da Amazônia amapaense, que traz em sua configuração espacial, um ambiente rico em biodiversidade e um conjunto de atores sociais, que muitas vezes preconiza formas de territorialização conflitantes na exploração e apropriação dos recursos naturais, a questão central que este trabalho procurou responder foi: quais as transformações que ocorreram na pesca artesanal em decorrência da instalação das hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão no rio Araguari?

Com esse intuito, procurou-se identificar e analisar em que medida a instalação das hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão vem interferindo na pesca artesanal desenvolvida, no rio Araguari, pelos pescadores do município de Ferreira Gomes - AP.

A hipótese estruturadora da pesquisa considera que, a construção das hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, no rio Araguari, geraram profundas implicações no modo de vida dos pescadores artesanais do município de Ferreira Gomes, comprometendo os territórios de pesca e suscitando em um quadro de permanente insegurança para pescadores, quanto sua reprodução material.

Esse processo manifesta-se com a perda e transformação dos locais de trabalho, que passam por alterações provocadas pela nova dinâmica oriunda da formação do lago e pela conseqüente redução da captura dos recursos pesqueiros,

que incide, negativamente, na segurança alimentar e econômica dos pescadores. Além disso, as referidas mudanças têm contribuído para o surgimento e intensificação de conflitos entre os pescadores, bem como deles com demais atores sociais que utilizam o rio, tais como: fazendeiros, ribeirinhos, que também praticam a atividade pesqueira, e representantes dos empreendimentos hidrelétricos.

#### Caracterização da área de estudo

O município de Ferreira Gomes, constitui um dos 16 municípios do Estado do Amapá<sup>6</sup>, localiza-se a cerca de 137 Km da capital Macapá pela BR 156. Em termos de abrangência territorial, sua área engloba 5.046,2 km<sup>2</sup>, apresentando, no último censo do IBGE, o quantitativo de 5.802 habitantes. Contudo, conforme a estimativa apresentada para o ano de 2017, esse número aumentou para 7.270 habitantes (IBGE, 2016). Esse aumento populacional pode estar vinculado, dentre outros fatores, à implantação dos empreendimentos hidrelétricos no município, principalmente, quando considerados os trabalhadores que buscam uma oportunidade para suprir suas necessidades imediatas.

Em relação a termos de delimitação, Ferreira Gomes faz limite com os seguintes municípios: Pracuúba e Tartarugalzinho (norte), Cutias (leste), Macapá (sudeste), Porto Grande (sudoeste) e Serra do navio (noroeste) (Mapa 1). Em termos jurídicos, a criação do município de Ferreira Gomes data de 17 de dezembro de 1987, com a Lei nº 7.639 que autoriza a criação de municípios<sup>7</sup>, no então Território Federal do Amapá<sup>8</sup>. Desse modo, faz-se importante ressaltar que, antes de ser colônia, foi habitado por cabanos, tornando-se sede da “Colônia Militar Pedro II” na década de 1940, sobre responsabilidade do major João Ferreira Gomes, dando origem ao nome do atual município (IBGE, 2016).

A economia do município de Ferreira Gomes concentra-se, principalmente, no desenvolvimento da pecuária (bubalinos e bovinos), na agricultura de autoconsumo, na pesca artesanal e na piscicultura, em estágio de crescimento. No que se refere à

---

<sup>6</sup> Os demais Municípios são: Amapá, Calçoene, Cutias, Itaubal, Laranja do Jari, Macapá, Mazagão, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Pracuúba, Santana, Serra do Navio, Tartarugalzinho e Vitória do Jari.

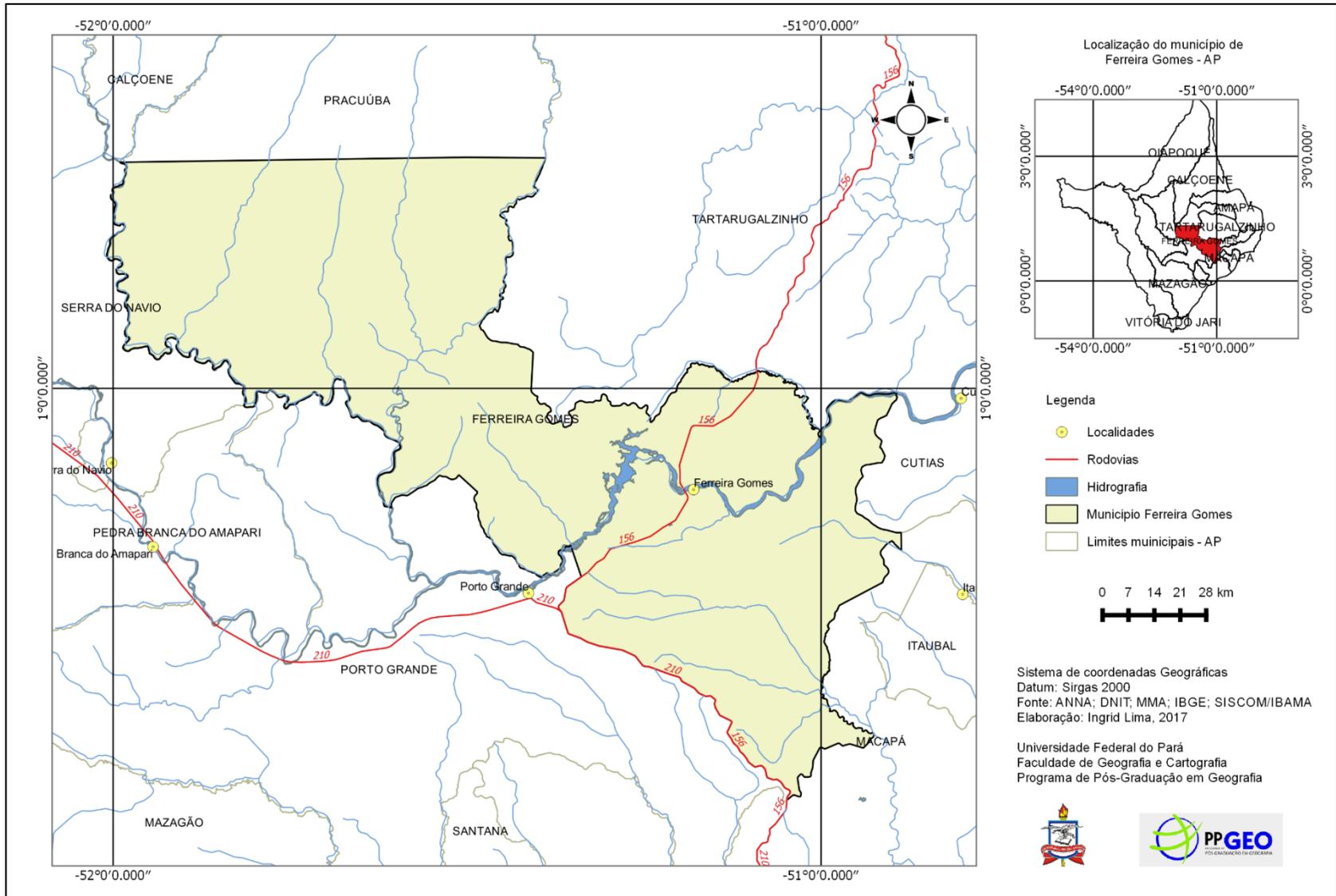
<sup>7</sup> A Lei de 17 de dezembro de 1987, em seu Art. 1º procede a criação de mais três municípios além de Ferreira Gomes, sendo Laranjal do Jari, Santana e Tartarugalzinho (BRASIL, 1987).

<sup>8</sup> Vide Porto (2002), que trata detalhadamente desde a fase de criação do Território do Amapá até a elevação para Estado.

pesca, esta é desenvolvida nas regiões de lago, igarapés e rio, geralmente, ocorrendo de modo artesanal, podendo ser voltada tanto para a subsistência, quanto para a comercialização. Com relação ao aspecto comercial, pode-se dizer que este ainda é incipiente, embora se verifique um número expressivo de estabelecimentos comerciais, onde muitos dos produtos consumidos pela população local são procurados em outros municípios, não raramente na capital do Estado.

Em termos turísticos, o município proporciona elementos que possibilitam o desenvolvimento dessa atividade, tais como, balneários e cachoeiras, que não são largamente aproveitados. Ademais, o rio Araguari, que constituía uma atração singular de Ferreira Gomes, perdeu em parte essa importância, isto porque, alguns trechos utilizados para o banho, depois dos empreendimentos hidrelétricos apresentam-se bastantes pedregosos, contribuindo para o afastamento de turistas.

**MAPA 1 - Localização do Município de Ferreira Gomes - Amapá**



Fonte: MARINHO; SILVA; LIMA (2017)

## Procedimentos Metodológicos

Realizaram-se levantamentos de dados primários e secundários. Os dados primários foram obtidos através de trabalhos de campo no município de Ferreira Gomes, em períodos sucessivos que ocorreram entre novembro de 2016 a agosto de 2017. Os dados secundários foram obtidos em pesquisa documental e bibliográfica. Ambos os procedimentos são detalhados a seguir:

### Levantamento documental e bibliográfico

O processo de levantamento dos dados secundários, utilizados no decorrer deste trabalho, iniciou-se em 2015, momento no qual são concebidos os primeiros esboços para o projeto de pesquisa desenvolvidos no decorrer do mestrado. Dessa forma, realizaram-se buscas inicialmente nas seguintes instituições:

a) Universidade Federal do Pará (UFPA)

Nesta instituição, realizou-se buscas constantes de literatura na Biblioteca Central e na Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), uma vez que, reúne um número significativo de exemplares que tratam da pesca artesanal e da implantação de hidrelétricas, principalmente no contexto amazônico. Deve-se destacar, porém, que as obras voltadas para o Estado do Amapá foram bem reduzidas, tanto no que se refere à pesca como à hidrelétricas.

b) Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)

Realizou-se apenas uma visita à Biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna, em função, principalmente, da grande dificuldade para reprodução dos exemplares, recorrendo-se, dessa forma, ao Repositório Digital que agrupa produções antigas e recentes do desenvolvimento da pesca na Amazônia. Entretanto, é válido mencionar que, o material disponível no acervo referente ao Amapá também foi bem reduzido.

Por sua vez, objetivando reunir dados mais consistentes da pesca artesanal e da implantação das hidrelétricas no Estado do Amapá, visitou-se em Macapá, as seguintes instituições:

c) Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

Nesta instituição, o acervo que aborda pesca, pesca artesanal e hidrelétricas, associadas ou separadas, foram bastante limitadas. Esse fato ilustra a necessidade de estudos voltados à temática em questão, que se faz de grande importância, sobretudo, no momento atual no qual assiste-se à implantação de empreendimentos de naturezas distintas na região.

d) Secretária de Estado e Meio Ambiente (SEMA)

Neste órgão, fez-se uma visita com o intuito de reunir documentos referentes às hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, especificamente, os Estudos de Impactos Ambientais e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, dadas as dificuldades de obtenção dos referidos documentos. Além disso, obteve-se alguns registros gerais de pesca no Estado.

e) Agência de Pesca do Estado do Amapá (PESCAP)

Foram realizadas duas visitas a esse órgão, com o objetivo de encontrar dados oficiais sobre a produção pesqueira do Amapá, de modo geral, e do município de Ferreira Gomes. Contudo, em ambas as visitas se verificou a carência de dados oficiais que permita dimensionar a importância da pesca no Estado e no município supracitado.

f) Consultas de acervos digitais disponíveis na Internet

Na internet foram feitas pesquisas nos seguintes sites: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (ELETRONORTE), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) e Ferreira Gomes Energia. Além disso, foram consultados os acervos digitais de revistas científicas, anais de eventos e demais materiais disponíveis na internet.

### Pesquisa de campo no município de Ferreira Gomes

Considera-se que, a pesquisa de campo constitui um dos momentos mais importantes para o pesquisador, no qual busca-se conhecer e compreender, dentre outros objetivos, o contexto em que os indivíduos investigados encontram-se inseridos. Em consonância com Kaiser (2006), entendemos que existe uma grande

distinção em observar uma dada realidade, buscando relacionar estudos prévios com a compreensão de um contexto específico e, uma outra, bem diferente, indo a campo, como quem vai a um passeio. Portanto, faz-se importante entender, que as observações e registros devem ser feitos procurando relacionar o campo e a teoria, os quais não devem ser tomados isoladamente, como processos distintos da pesquisa.

As idas a campo, realizadas durante distintos períodos do ano de 2017, representaram momentos de grande importância para a construção processual do conhecimento, especialmente, no que concerne à relação do pescador com o rio, e de como esses indivíduos foram impactados, a partir da construção dos projetos hidrelétricos no rio Araguari. Desse modo, foram realizadas cinco idas a campo em períodos distintos, como pode ser visto no quadro 1.

**Quadro 1 - Cronograma dos trabalhos de campo**

DATA	ATIVIDADES REALIZADAS EM CAMPO
03/11/2016	Entrevista com a presidente da Colônia Z-07
01/01 a 09/01/2017	Entrevistas com pescadores que residem próximo as margens do Araguari e da comunidade São Tomé*
26/05 a 05/06/2017	Entrevistas com pescadores da margem do rio Araguari e outros dispersos no meio urbano
24/07 a 29 /07/2017	Entrevistas com pescadores de distintas localidades** na sede da Colônia Z-07 e na Comunidade do Barro
14/08 a 20/08/2017	Entrevistas com pescadores disperso no meio urbano

\* Os pescadores da Comunidade São Tomé passaram por processo de remoção com a formação do lago da UHE Ferreira Gomes, habitavam antes da hidrelétrica próximos ao rio, após a usina encontram-se distantes do rio.

\*\* Pescadores da cidade de Ferreira Gomes, pescadores da localidade Terra Preta e pescadores da localidade Paredão.

**Fonte:** Pesquisa de campo da autora (2016; 2017).

A primeira visita a campo, embora limitada em poucas horas, constituiu-se de grande importância para entender melhor a situação de angústia da qual os pescadores do município de Ferreira Gomes estavam vivenciando. Situação

observada por meio da entrevista concebida pela presidente da Colônia Z-07<sup>9</sup>, a qual relatou, de modo geral, alguns dos efeitos negativos que passaram a fazer parte das pescarias no rio Araguari, destacando, principalmente, as dificuldades de desenvolver a pesca a partir da implantação das hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão<sup>10</sup>.

A segunda ida a campo, representou um momento de grande desafio, tanto no que concerne à localização dos pescadores, como também no processo de aproximação com esses indivíduos. No primeiro caso, encontrou-se dificuldades para se obter informações que levassem com precisão à localização desses sujeitos, pois, embora se explicasse o motivo e importância pelos quais estavam sendo procurados, as informações obtidas eram sempre muito vagas e imprecisas. Desse modo, o contato com o Sr. João Carlos, na feira dos agricultores de Ferreira Gomes e, posteriormente, do Sr. Alan Pereira, foram de fundamental contribuição para a localização dos primeiros contatos com os pescadores, mostrando a importância de se ter informantes chave locais.

A terceira ida a campo, mostrou-se de grande produtividade na obtenção de informações, sobretudo, porque se conhecia a cidade, sabia-se onde procurar os pescadores, que estavam circunscritos no meio urbano, e como aproximar-se deles. Neste curso, alguns pescadores, embora em situação preocupante, mostravam grande prazer em ajudar, compartilhando informações e indicando outros pescadores conhecidos na cidade. Durante esse período, tomou-se conhecimento da Semana do Pescador, que seria realizada pela Colônia de Pescadores Z-07, evento bastante promissor para o contato com indivíduos de localidades distantes.

A quarta ida a campo, deu-se na referida Semana do Pescador. Considera-se, que este foi o momento de maior importância para o encaminhamento da pesquisa, tanto pelas informações obtidas, como também, pelo contato com pescadores de localidades distantes do núcleo urbano do município de Ferreira Gomes. Isso possibilitou conhecer outras realidades e obter novas informações por meio, tanto de entrevistas estruturadas e semiestruturadas, como também pela observação não-participante.

---

<sup>9</sup> A entrevista com a presidente da Colônia Z-7 foi agendada e direcionada pelo prof. Dr. Ricardo Ângelo e prof. Dr. Christian Nunes, estando presente também a aluna de mestrado Juliana Barros (PPGMDR/UNIFAP).

<sup>10</sup> As dificuldades apontadas pela presidente da Colônia, e depois relatadas inúmeras vezes pelos próprios pescadores, serão apresentadas em capítulo específico dessa dissertação, em momento oportuno.

E por fim, o quinto e último trabalho de campo em Ferreira Gomes, realizou-se com o intuito de finalizar algumas entrevistas que ficaram pendentes na Semana do Pescador, bem como na finalização da etapa de registros fotográficos.

Em face da diversidade de pescadores artesanais encontrados no município de Ferreira Gomes, entrevistou-se tanto pescadores cadastrados na Colônia Z-07, bem como aqueles não-cadastrados, mas que igualmente, realizam a pesca artesanal no rio Araguari. Assim, entrevistou-se 45 (quarenta e cinco) pescadores do sexo masculino e 40 (quarenta) do sexo feminino, totalizando 85 entrevistados, englobando tanto aqueles residentes no meio urbano, como aqueles de localidades mais afastadas da sede municipal, procurando-se priorizar os indivíduos que exercem papel fundamental no sustento do núcleo familiar. Do total dos entrevistados, cerca de 93% possui cadastro na Colônia Z-07 e apenas 7% não possui. É importante mencionar que até julho de 2017<sup>11</sup>, o número dos indivíduos cadastrados foi, aproximadamente, 207 pescadores.

A fim de manter o anonimato dos informantes, adotou-se a seguinte simbologia: A1, A2 para os pescadores e B1, B2 para as pescadoras, objetivando diferenciar as falas de cada um dos entrevistados no decorrer da pesquisa. Em apêndice, constam-se os questionários utilizados em campo.

A partir da coleta e sistematização dos dados, a presente pesquisa encontra-se organizada em três capítulos. No primeiro, procurou-se explicar os conceitos-base para o desenvolvimento da pesquisa. Dessa forma, utilizou-se como base para a discussão teórica, as concepções de território de Raffestin (1993) e Sack (1986), autores que apresentam importantes subsídios para a discussão de território e, por conseguinte, dos territórios de pesca, embora estejam circunscritos ao ambiente aquático, não impedem os indivíduos de manter territorialidades próprias. Além disso, procura-se mostrar, que a pesca exhibe características que vão além da extração dos recursos pesqueiros, envolvendo uma complexa organização social, com diferentes modalidades e modos produtivos.

No segundo capítulo, faz-se uma contextualização da evolução do setor elétrico no Brasil, mostrando que a opção pela eletricidade, oriunda de empreendimentos hidrelétricos, começa a ser concebida ainda na segunda metade do século XIX, concentrando-se, inicialmente, no sul e sudeste, espreado-se para

---

<sup>11</sup> Número informado pela presidente da Colônia Z-07.

outras regiões a partir de 1950. Procurou-se também ressaltar que, a instalação de usinas, geralmente, suscita inúmeros impactos negativos nas regiões instaladas, atuando na precarização de grupos sociais, principalmente, aqueles que desenvolvem uma relação de reciprocidade com o rio, tal como dos pescadores artesanais estudados.

Por fim, o terceiro capítulo aborda os impactos das usinas hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão no desenvolvimento da atividade pesqueira no médio Araguari. Dessa forma, utiliza-se como estudo de caso, os pescadores artesanais do município de Ferreira Gomes que vêm sentindo, dia após dia, os efeitos negativos de se viver em áreas nas quais ocorre a implantação de projetos hidrelétricos. Essas populações têm seu modo de vida desestruturado, com a perda de territórios de pesca e, por conseguinte, com a precarização de suas condições de reprodução social.

Para tanto, inicialmente, procurou-se caracterizar os pescadores, assinalando quem são esses sujeitos, a importância econômica que essa atividade assume no interior do núcleo familiar e os apetrechos de pesca comumente usados. Em seguida, adentra-se, propriamente, nos impactos verificados na pesca, dentre os quais, aponta-se: a diminuição da captura de recursos pesqueiros; a perda de territórios de pesca; o aumento das despesas para realização dessa atividade em pontos mais distantes, e o surgimento e intensificação de conflitos entre territorialidades.

## **CAPÍTULO I ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE AS CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO E PESCA**

Este capítulo busca discutir o conceito de território, conforme as concepções de Raffestin (1993) e Sack (1986), no intuito de fornecer subsídios para o entendimento das territorialidades de pesca na Amazônia amapaense, mais precisamente no município de Ferreira Gomes – Amapá. Desse modo, esta seção encontra-se estruturada do seguinte modo: primeiramente, explana-se a respeito do território e territorialidade, procurando enfatizar, como o conceito de território assume diferentes abordagens e concepções no desenvolvimento da ciência geográfica, passando de uma abordagem unidimensional para multidimensional, na qual pode-se conceber as territorialidades resultantes das relações sociais produzidas pelos indivíduos e grupos humanos nas mais diferentes escalas espaciais.

Em seguida, discorre-se sobre as definições e classificações de pesca oficiais e não oficiais, procurando mostrar que essa atividade apresenta uma organização complexa, envolvendo distintas modalidades, com formas produtivas diferenciadas. Além disso, aborda-se como o território e a territorialidade podem ser concebidos na atividade pesqueira, mostrando que, embora esta atividade seja desenvolvida no meio aquático, os atores sociais desenvolvem formas que possibilitam a sua apropriação. Dessa forma, a relação entre o território e a pesca é de grande importância para se entender como os territórios são concebidos pelos indivíduos, promovendo, não raramente, relações conflitantes.

### **1.1 Reflexões sobre o conceito de território e territorialidade**

A trajetória do conceito de território, na ciência geográfica, vem incorporando distintas abordagens e concepções ao longo do tempo, passando por metamorfoses que representam, simultaneamente, avanços e rupturas, refletindo o caráter processual e relacional no qual a ciência encontra-se inserida. Para Saquet (2013), todo conceito possui uma história que ao mesmo tempo representa uma continuidade, descontinuidade e continuidade, ou seja, o novo apresenta elementos do velho e este, contém elementos do novo.

Nesse sentido, o território é um conceito que apresenta continuidades, descontinuidades e continuidades, suscitando diferentes concepções. Todavia, é importante entender que este não é oriundo das ciências geográficas, mas proveniente de uma matriz biológica, como pode ser constatado em Sack (1986), mas vem sendo amplamente difundido na Geografia, através da qual, os geógrafos vêm se debruçando e conferindo uma nova roupagem às abordagens territoriais, enfatizando entre outras características, os seus aspectos políticos, econômicos e culturais.

Tendo em vista que o território não se reduz a um estrato material, com elementos naturais regidos por leis próprias da natureza, partimos do pressuposto que, este constitui palco das relações humanas, onde se desenvolvem as interações entre os atores sociais. São nas relações onde se manifestam, constantemente, os conflitos que visam assegurar os interesses dos grupos sociais envolvidos.

Assim como Saquet (2013), entendemos que a materialidade do território não se refere a uma simples base material, sendo, contudo, expressa através das relações sociais às quais mesmo sendo materiais, substantivam o território.

Partindo do entendimento do território como resultado das relações sociais, trazemos para nos auxiliar nesta discussão, Claude Raffestin (1993) e Robert Sack (1986), por compreendermos que são autores que apresentam uma abordagem consistente, contribuindo, significativamente, para o estudo desse conceito nas distintas escalas espaciais. A contribuição teórica dos referidos autores abrange, desde as discussões entre empresas e corporações de grande porte, até grupos sociais menos favorecidos, tais como, pescadores, oleiros, que também produzem seus territórios.

Estamos de acordo com Saquet (2013), quando este argumenta que as sociedades, independentemente da escala espaço-temporal, produzem seus territórios e territorialidades. Portanto, estes são concebidos em consonância com os anseios dos grupos humanos, seguindo as regras vigentes em cada momento, já que um mesmo território, por exemplo, pode ser visto por um determinado grupo com a função de abrigo e por outro, como fornecedor de recursos ou ainda, segundo Gottmann (apud Saquet, 2013, p. 27, grifo do autor) “como um *trampolim* para oportunidades”.

Assim ao se propor abordar esse conceito, faz-se necessário, inicialmente, entender que este abarca uma discussão muito rica, que se encontra em um

constante processo de transformações, pois as relações sociais são dinâmicas, impulsionando-nos a (re) visitar, constantemente, nossa maneira de conceber os processos de ordenamento que se espacializam no espaço geográfico.

Na ciência geográfica, o modo de conceber o território passou e vem passando por um processo de reelaboração, posto que, principalmente no século passado, os estudos que concebiam o território, a partir de sua base material (estrato físico), foram intensamente difundidos. Entre os autores que defendiam essa ideia, destaca-se Friedrich Ratzel, para o qual, o território era compreendido como área e recursos naturais, realizando uma abordagem fortemente atrelada ao Estado-Nação.

Na primeira edição da obra intitulada “Geografia Política”, Ratzel ressalta no prefácio, que o Estado deve ser concebido em uma estreita relação com o solo, visto que, para o autor, grandes Estados se desenvolvem em consonância com as características adequadas do solo (COSTA, 2010).

Para esse autor, pode-se entender que o desenvolvimento do Estado está condicionado ao conjunto de características do ambiente, que atuam de modo positivo ou negativo. Em outras palavras, podem apresentar elementos que propicie o seu desenvolvimento, como por exemplo, relevo, hidrografia, condições climáticas favoráveis, ou por outro lado, podem dificultar quando tais características são consideradas inadequadas.

O Estado e o solo assumem um papel central na abordagem do território. O primeiro, sendo visto como possuidor do controle e, por conseguinte do poder, e o segundo, constituindo a base para o desenvolvimento de um povo ou nação.

Nessa abordagem, observa-se que o território é visto através de uma visão naturalista, compreendido como uma base material (solo) que contém recursos naturais, como se o espaço, por si só, destituído da presença humana e do conjunto de transformações oriundas do trabalho, fosse suficiente para representá-lo. Além disso, é entendido como unidimensional, ou seja, Ratzel reconhece apenas o território nacional, desconsiderando que os indivíduos e demais grupos sociais, sejam capazes de produzir os seus próprios territórios.

Posteriormente, o conceito de território passa por uma renovação à qual incorporou diferentes significados, que consideram não apenas o solo e seus atributos, mas outros elementos, possibilitando “abordagens relacionais-processuais,

reconhecendo-se outros níveis de relações de poder, os conflitos, a apropriação e dominação” (SAQUET, 2013, p. 17).

Entre os autores que irão se debruçar e elencar outros elementos nas suas reflexões, sobre essa abordagem, pode-se destacar Claude Raffestin (1993), que embora critique alguns aspectos do pensamento de Ratzel, reconhece que a obra deste autor, principalmente a intitulada “Geografia Política”, marca um momento epistemológico, lançando as bases para o nascimento e desenvolvimento da geografia política, tal qual a conhecemos hoje.

Raffestin (1993), ao abordar o território, ressalta a sua dimensão geopolítica, assim como Ratzel, porém, as questões priorizadas no estudo de cada um dos autores são bem distintas. Ratzel enfoca o substrato material e o poder exercido prioritariamente pelo Estado. Por outro lado, Raffestin (1993) reconhece as relações de poder centradas no Estado, mas também, aquelas advindas de relações sociais da vida cotidiana, bem como na dimensão econômica, política ou cultural, procurando entender o poder, o território e a territorialidade através de uma multidimensionalidade.

Ao tratar o território a partir da multidimensionalidade, Raffestin (1993), reconhece que existem outros territórios, além daquele organizado pelo Estado, ressaltando que os indivíduos, independentemente do grau, momento e lugar, são capazes de produzi-lo. Nessa perspectiva, podemos considerar os territórios concebidos, de modo simples, pelos pescadores artesanais.

Raffestin (1993) elenca elementos que possibilitam uma visão mais abrangente de território. A abordagem do autor não se restringe ao substrato físico, entendido por ele também como espaço, mas parte desta ideia sem que, todavia, concentre seus esforços unicamente nessa compreensão.

Para Raffestin (1993; 2012), o espaço é compreendido como um dado material, fornecido para o desenvolvimento das atividades humanas, uma vez que apresenta os recursos naturais disponíveis para a produção do território. Esses recursos são apropriados pelos grupos sociais de modo distinto na escala espaço-temporal, de acordo com os anseios de quem os detêm, produzindo diferentes territórios e territorialidades.

Portanto, para o autor, a partir da produção dos atores no espaço, tem-se o território. Nessa perspectiva, o espaço é anterior ao território, constituindo um suporte para o seu desenvolvimento, assim o autor destaca:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Para mostrar a passagem do espaço ao território, Raffestin (2012) faz referência a Henri Lefebvre, cuja obra, intitulada "Produção do Espaço", expressa tal mudança. Segundo Raffestin (2012), Lefebvre, ao utilizar o termo "espaço social" para designar uma "produção", assume o mesmo sentido de território. A partir do espaço, o território é produzido pelo trabalho revelando nessa produção as relações de poder.

Essas relações de poder, suscitadas entre os grupos, indivíduos e demais atores sociais, visam o controle e a dominação de áreas, recursos naturais e dos próprios homens entre si.

A passagem do espaço ao território pode ser compreendida como as transformações que os grupos humanos realizam na escala espaço-temporal, abarcando desde as comunidades mais primitivas até as atuais, sendo produto da apropriação e dominação dos grupos sociais que partem de uma realidade inicial (espaço) transformando-o de acordo com os seus interesses. Para tanto, o território nessa perspectiva é, resultado de um processo histórico, no qual os grupos humanos criam formas espaciais e as próprias relações sociais.

Desse modo, através do território, pode-se evidenciar o resultado da ação conduzida por distintos atores, que não representam, necessariamente, os anseios da coletividade, mas sim de uma minoria, representada por grupos hegemônicos, que buscam se apropriar e utilizar o território de acordo com os seus anseios. Nesse sentido, o território é produto dos indivíduos e grupos sociais.

Ainda de acordo com Raffestin (1993; 2012), ao falar de território, implícita ou explicitamente, faz referência à noção de limite, mesmo que tal delimitação não apareça de forma concreta, esta exprime a relação de um indivíduo ou grupo com uma determinada porção do espaço, onde se manifesta o poder.

Então, o território "é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência revela relações marcadas pelo poder" (RAFFESTIN, 1993, p. 144). O trabalho, nessa perspectiva, encontra-se no cerne do poder, constituindo uma categoria importante na territorialidade, possibilitando a transformação e/ou conservação de um espaço pelos grupos humanos. É importante

ressaltar que, para Raffestin, todas as relações, independentemente do seu grau ou complexidade, são marcadas pelo poder e, este de modo algum é inocente. Segundo o autor:

Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se auto-modificam também. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (RAFFESTIN, p. 1993, 158-159).

A partir das considerações de território de Raffestin, compreende-se que os territórios, organizados pelos indivíduos e grupos sociais, são permeados de relações muitas vezes conflitantes, principalmente, pela disputa de recursos naturais. Tais relações conflituosas tendem a se agravar, quando os interesses de grupos hegemônicos se sobrepõem aos interesses da população local.

Outra importante contribuição do autor supracitado, refere-se à abordagem de territorialidade, Raffestin (1993), inicialmente faz referência a territorialidade animal, ressaltando que os primeiros estudos advêm dos naturalistas, para mostrar que nas ciências do homem, embora seja estudada, os esforços para identificá-la com precisão foram bem mais restritos.

Assim, o autor procura avançar na sua discussão, priorizando o seu caráter relacional, isto é, as relações que os indivíduos mantêm entre si, na qual “a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (RAFFESTIN, 1993, p. 159).

Dessa maneira “a territorialidade aparece então como constituída de relações mediadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade” (RAFFESTIN, 1993, p. 161), através das diferentes atividades e atores sociais em cada momento histórico. Portanto, Raffestin (2012), aborda a territorialidade como sendo oriunda de relações, nas quais as sociedades promovem com a exterioridade (ambiente físico) e alteridade (ambiente social), visando satisfazer suas necessidades de modo compatível com os recursos disponíveis.

Nesse contexto, é importante ressaltar que a territorialidade deve ser concebida em relação à noção de limites, pois para Raffestin (2012), toda territorialidade suscita uma ideia de proibição e transgressão, que se manifesta tanto

no sentido concreto (no espaço), como abstrato (normas e símbolos), sendo esses limites, uma possibilidade para a transgressão.

Essa noção de limites e transgressão, suscita diversas abordagens que mostram claramente, que a violação do conjunto de normas e limites por atores e grupos sociais é propícia à materialização de conflitos de ordem econômica, política, social, cultural, entre outros.

Outro autor que traz uma contribuição fundamental, para a discussão do território e da territorialidade, é Robert Sack (1986). Ao abordar a territorialidade humana, procura evidenciar a sua importância como meio imprescindível para a manifestação do poder, haja vista, que todas as relações sociais, independentemente da escala de abrangência e do grau de afetabilidade, apresentam como componente indispensável o poder.

Embora o autor considere o poder como um componente da territorialidade, esta não é concebida por ele como um instinto, e menos ainda, como uma relação agressiva. Os componentes que são vistos na territorialidade dos animais, não se enquadram nas relações humanas.

Ao avançar na abordagem da territorialidade, que se relaciona com áreas delimitadas nas quais os grupos humanos procuram exercer o controle, Sack (1986) ressalta que essa delimitação da área constitui apenas uma primeira aproximação da territorialidade, pois se deve considerar também as ações que os indivíduos ou grupos sociais promovem, na tentativa de influenciar ou afetar o comportamento de outros. Caso não haja essas ações, a territorialidade não existe.

O autor define a territorialidade como “a tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, através da delimitação e da afirmação do controle, sobre uma área geográfica. Esta área será chamada: o território” (SACK, 1986 p. 20).

Para o autor, nem toda área representa um território, faz-se necessário uma delimitação e a existência de estratégias e controles que busquem limitar e/ou impedir o usufruto por indivíduos ou grupos de fora.

Pode-se discernir, que na territorialidade, as relações humanas de modo algum são neutras ou realizadas de modo aleatório, visto que as ações são concebidas com determinadas finalidades, com o intuito de influenciar e controlar o acesso às fontes, revelando as relações de poder.

As diferentes territorialidades preconizadas por indivíduos e grupos humanos, evidenciam ainda que, de modo implícito, a utilização de energia e informação no controle e utilização de recursos naturais.

Segundo Sack (1986, p.65), o poder e a influência não necessariamente se apresentam de modo visível, todavia, “a territorialidade é uma forma geográfica de poder e sua importância depende de quem está controlando quem e para quê propósitos”. Trata-se, neste sentido, de diferentes modos de utilização do poder, os quais são concebidos nas relações cotidianas, entre indivíduos e grupos sociais, assim como entre organizações sociais e chefes de Estado-Nação.

Desse modo, procura-se entender a territorialidade como um componente indispensável das relações sociais, e o poder como sendo intrinsecamente atrelado a essas relações, por mais inocentes que sejam.

Ainda segundo o autor, os esforços para estabelecer e manter um território são constantes. A delimitação de uma área em si, não pressupõe a existência de um território, haja vista que essa área só se transforma naquele, a partir do momento que suas fronteiras são utilizadas com o intuito de controlar e influenciar o acesso de outros, incluindo não-humanos (SACK, 1986).

Os limites que são utilizados para controlar o acesso e, por conseguinte, a utilização dos recursos, atua para a promoção do território, no qual se verificam as relações sociais, através das quais se materializam as relações de poder.

De acordo com o autor, os limites que delimitam um determinado território são utilizados para conter, restringir, além de excluir. Esse controle, como já mencionado anteriormente, visa limitar o acesso a recursos de indivíduos e grupos que não se encontram inseridos nesses espaços, isto é, fazem parte de outra lógica, ou até mesmo de outros territórios.

Ao mesmo tempo em que os territórios podem ser utilizados para a inclusão de indivíduos ou grupos sociais, eles atuam também na exclusão dessas populações. Conforme Sack (1986), para se exercer o domínio de determinado território não é necessariamente obrigatório, que o indivíduo detentor se encontre dentro do território, nem mesmo próximo a ele. Os limites postos podem limitar e controlar o acesso, para tanto, cita como exemplo, as cercas, os muros, bem como sinais que indiquem para não passar. Portanto, o território é considerado a partir de um espaço delimitado, que contém recursos naturais que são organizados segundo

as necessidades de quem exerce o controle. Assim, perder o domínio desse espaço pressupõe a perda do território.

A partir da abordagem dos autores supracitados, entendemos que, para além do território nacional, existem outros territórios, resultantes das relações sociais, produzidos pelos indivíduos e grupos humanos nas mais diferentes escalas espaço-temporais. Desta forma, “o território também se constrói a partir do valor dado pelos homens sobre o espaço onde se materializou o trabalho. Nesse sentido, os territórios não são materialidades apenas físicas, mas também simbólicas e nem tão pouco imutáveis” (SILVA, et al. 2016, p. 254a).

Pode-se considerar, portanto, que os indivíduos, nas mais distintas escalas espaciais, produzem seus territórios. Trazendo então esta discussão para o contexto amazônico, mais especificamente a Amazônia amapaense, como será visto adiante, pode-se discutir como o território e a territorialidade se manifestam diante da atividade pesqueira.

## **1.2 Definições, classificações e tipologia de pescadores artesanais**

É corrente referir-se à pesca como uma simples atividade de captura de recursos pesqueiros, desconsiderando-se, constantemente, a organização social existente na sua cadeia produtiva, além da inter-relação do homem com a natureza, na qual o pescador apreendeu a conviver com o rio e a desenvolver meios para produção para suas condições mínimas de existência.

Diegues (1983), assinala que, o desenvolvimento dessa atividade envolve um contexto mais amplo, no qual participam, não somente, os atores sociais que realizam diretamente a captura dos recursos pesqueiros, mas também outros agentes que participam da comercialização, com os quais desenvolvem relações sociais que, não raramente, são marcadas por conflitos e contradições, tanto entre os pescadores, como entre estes últimos com demais grupos, que apresentam interesses divergentes.

Assim como Diegues, Furtado (2004) também argumenta no sentido de conceber a pesca a partir da complexidade da sua cadeia produtiva. O autor considera a captura, beneficiamento e troca/comercialização como atividades de

extrema importância nas relações que envolvem o grupo familiar, além daquelas oriundas das relações de vizinhanças.

Compreendemos que esse setor produtivo não deve e nem pode se resumir a uma simples atividade extrativa, posto que, envolve, além das relações sociais, conhecimentos que são adquiridos e aprimorados na prática cotidiana, constituindo um setor produtivo que vem se reproduzindo e servindo de base para o desenvolvimento de um grupo social significativo.

Diegues (1983), em estudos com pescadores de diferentes localidades e nacionalidades, ressalta que a pesca constitui a única atividade de caça, largamente praticada pelos grupos humanos. Na atualidade, quase quatro décadas depois, verifica-se que tal afirmação ainda corrobora no contexto atual, pois longe de desaparecer, a atividade pesqueira vem se desenvolvendo e possui grande importância socioeconômica, tanto para pescadores do meio rural como da zona urbana, ao mesmo tempo em que contribui diretamente para o fornecimento de proteínas para milhares de famílias nos centros urbanos.

Em face da importância dessa atividade como fornecedora de renda e alimento, faz-se necessário conhecer as distintas modalidades que este segmento abarca, apresentando definições e classificações oficiais e não oficiais. De acordo com a Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca em seu artigo 8º, classifica a pesca em comercial e industrial. Conforme a referida Lei, a pesca comercial subdivide-se em: artesanal, quando exercida por pescador profissional em regime familiar ou autônomo; pesca com meios de produção próprios ou em parceria e; pesca industrial, quando exercida por pessoa física ou jurídica, envolvendo pescadores profissionais, empregados ou em regime de parcerias, cujos recursos pesqueiros capturados tenham finalidade comercial.

Quanto à pesca não comercial, esta subdivide-se em científica, cujo objetivo é a pesquisa científica; a amadora, quando exercida por brasileiros ou estrangeiros, com a finalidade esportiva ou de lazer; e a pesca de subsistência, tendo por finalidade o consumo doméstico ou de troca, sem fins lucrativos. Tanto a pesca amadora quanto a de subsistência possuem legislação específica, que regula os tipos de equipamentos e apetrechos que podem ser utilizados (BRASIL, 2009).

Entende-se que a pesca envolve distintas modalidades, com formas produtivas diferenciadas, tanto no que concerne aos apetrechos e/ou instrumentos

tecnológicos utilizados para a captura dos recursos pesqueiros, bem como os ambientes nos quais são desenvolvidas, quanto pelos conhecimentos empregados nas pescarias

Além da classificação oficial, existem outras não oficiais, mas nem por isso menos importantes, pois trazem contribuições para o entendimento desse setor. Diegues (1983, 1995), em estudo com pescadores do Litoral Norte do Estado de São Paulo, classifica a pesca em três categorias distintas, sendo as seguintes: pesca de subsistência, pesca de pequena produção mercantil e a pesca empresarial. O autor ainda divide a pequena produção mercantil em pescadores lavradores e pescadores artesanais. Entretanto, é importante salientar que, embora tenha proposto essa classificação, procura deixar claro que, em um dado contexto, uma dessas três categorias pode se sobrepor em relação às demais, sendo mais dinâmica e apresentando condições mais favoráveis mas que, nem por isso, anula a existência de outras que, ao contrário, coexistem e se articulam.

A primeira categoria refere-se à pesca de subsistência, que conforme Diegues (1983, 1995), constitui uma atividade complementar, já que, em paralelo com a pesca, outras atividades são desenvolvidas, tal como, a caça e a lavoura. Essa atividade é realizada, principalmente, em regime familiar e/ou com membros de uma mesma tribo. Por constituir uma categoria de subsistência, a produção excedente é quase inexistente, mas nos casos em que isso ocorre, o produto pode ser redistribuído e até mesmo assumir valor de troca.

Na atualidade, entendemos que essa primeira categoria já é quase inexistente, pois são poucos ou até mesmo raros os grupos sociais que se atém a essa organização, baseada, sobretudo na economia de troca, bem como, embora ainda seja possível encontrar esse modo de organização, outros elementos foram incorporados a essa produção, tal como, embarcações e apetrechos de pesca, que são largamente utilizados nas pescarias atuais.

A segunda categoria identificada pelo autor é a pequena produção mercantil, na qual o pescador busca exercer a atividade já tendo em vista, como objetivo final, sua comercialização em maior ou menor quantidade. Nessa categoria, observa-se uma divisão social do trabalho, de acordo com algumas especialidades existentes no

interior da produção pesqueira, que não necessariamente participam da captura dos recursos pesqueiros<sup>12</sup>.

Nessa forma de organização, a mão de obra empregada continua sendo a unidade familiar, mas já se verifica a incorporação de outros sujeitos que fazem parte do grupo de vizinhanças. A tecnologia empregada continua tendo um baixo poder de predação, e o espaço percorrido nas pescarias permanece relativamente restrito. Além disso, os apetrechos de pesca, utilizados na pequena produção mercantil, são geralmente produzidos pelos próprios pescadores ou grupo familiar.

No interior da pequena produção mercantil, Diegues (1983, 1995), distingue os pescadores em dois subtipos: os pescadores lavradores e os pescadores artesanais.

Os pescadores lavradores caracterizam-se por mesclar a pesca à lavoura, dedicando-se na captura de pescado nos períodos da safra de algumas espécies, isto é, a pesca pode ser entendida apenas como uma atividade complementar, pois a atividade predominante é a agricultura. Assim como os instrumentos de trabalho, tanto os apetrechos como as embarcações são bastantes simples, limitando a abrangência do ambiente explorado. Essa categoria de pescadores utiliza mais como técnicas de captura as armadilhas fixas. Assim:

São os peixes que “acostam”; o pescador lavrador não vai procurá-los. Por isso, em geral, usa aparelhos fixos de captura, tais como o cerco e o curral. Ele não vive somente da pesca, nem tem conhecimento e experiência para ir buscá-los além dos estreitos limites do meio ambiente, que controla precariamente. A própria canoa é muitas vezes mais um meio de transporte que um instrumento usado na captura do pescado (DIEGUES, 1995, p. 59).

Desse modo, observa-se que, esses trabalhadores não possuem a pesca como principal meio de subsistência, mas sim como uma atividade secundária. Além disso, pouco se dedicam à arte da pesca, como por exemplo, identificar os locais mais piscosos e as canoas mais aptas. Valem-se, geralmente, de armadilhas fixas, como o cerco e o curral, em locais próximos as suas residências.

Por sua vez, os pescadores artesanais, segundo o autor, apesar de continuarem apresentando características referentes àquelas existentes no pescador lavrador, abarcam outros elementos que permitem enquadrá-las na pequena

---

<sup>12</sup> Como exemplo dessa divisão social do trabalho tem-se os artesãos que constroem as canoas utilizadas nas pescarias (DIEGUES, 1983, 1995).

produção mercantil ampliada. Isto, em virtude de que, o principal distintivo diz respeito à importância que esta assume na base da reprodução social desse grupo, onde a pesca deixa de ser uma atividade secundária, passando a constituir a principal fonte de renda desses indivíduos.

Conforme o autor, nessa forma de organização, o produto tem como finalidade principal a comercialização, através da qual se utiliza o excedente para a aquisição de embarcações motorizadas que permitem um deslocamento mais abrangente, ao mesmo tempo, verifica também, que a mão de obra não se fundamenta mais no grupo familiar, mas começa a congrega outros trabalhadores.

Além disso, como se trata de trabalhadores que se dedicam, fundamentalmente, à pesca, exige-se um conhecimento mais específico, bem como, avanços tecnológicos, tanto nas embarcações motorizadas, quanto na introdução de redes de náilon e outras formas de conservação do pescado.

Portanto, já são observadas na categoria do pescador artesanal outras características, inexistentes ou pouco significativas, em relação ao pescador lavrador. Nelas, os produtos são capturados com a finalidade de venda e a mão de obra empregada abarca um número mais abrangente de trabalhadores, para além da unidade familiar. Como se refere a um grupo que se dedica, essencialmente, a captura dos recursos pesqueiros, faz-se necessário o desenvolvimento de conhecimentos que lhes permitam: identificar as áreas mais propícias para as pescarias, conhecer a dinâmica das marés associada aos ciclos da lua, entre outros.

Por fim, a terceira categoria abordada pelo autor corresponde à pesca empresarial que, diferentemente das anteriores, apresenta um caráter essencialmente empresarial-capitalista. Os pescadores não são mais donos dos meios de produção, vendendo sua mão de obra por um salário, sendo destituídos de autonomia e do poder de decisão, de onde e quando pescar.

Nesse estágio, a produção é totalmente voltada para o mercado e há a incorporação de equipamentos tecnológicos modernos, que permitem uma maior captura dos recursos pesqueiros. A esse respeito, Diegues (1995, p. 62), aponta que, “a introdução de equipamentos modernos tende a transformar bastante a função do ‘mestre de pesca’, ainda que ele continue detendo um grande cabedal de conhecimento empírico sobre a localização dos cardumes”. Posto que, alguns

instrumentos tecnológicos auxiliam na localização das áreas mais piscosas<sup>13</sup>, como por exemplo, o radar.

A partir da classificação apresentada, em consonância com o autor, compreendemos que, embora as três categorias apresentem distinções, elas não se excluem e nem mesmo é possível afirmar que uma forma de organização evolui para outra, já que essas categorias coexistem conflituosamente, sobretudo, na região amazônica, na qual podemos identificar as diferentes formas de organização.

Embora se verifiquem processos que atuam para a precarização do desenvolvimento da pesca na região, principalmente, nos quais pequenos pescadores, destituídos de instrumentos e tecnologias mais sofisticados e que, constantemente, deparam-se: com o avanço de frotas pesqueiras sobre suas áreas de pesca; com a urbanização crescente das cidades; com o avanço de projetos hidrelétricos sobre os rios amazônicos, entre outros; continuam se reproduzindo e buscando meios pelos quais possam exercer sua profissão.

Nesse mesmo viés, assim como Diegues (1983, 1995), que subdividiu a pesca em três categorias, procurando mostrar a materialidade da organização social dessa produção, Furtado (1993), em estudo com pescadores artesanais no baixo rio Amazonas, propõe uma tipologia, na qual salienta que, embora represente formas de organizações diferentes, as categorias coexistem e se relacionam. Dito isto, as três categorias de pesca apresentadas pela autora foram: a produção de autoconsumo, a produção pesqueira mercantil e a produção pesqueira, que assume moldes capitalistas.

Na tipologia sugerida pela autora, é possível fazer algumas analogias com a proposta de Diegues. Neste sentido, daremos maior ênfase à segunda categoria que se refere à produção pesqueira mercantil, englobando os pescadores polivalentes e os pescadores monovalentes ou citadinos.

Os pescadores polivalentes constituem aqueles para os quais, a pesca se desenvolve mais como uma atividade sazonal<sup>14</sup>. Isso justifica-se, sobretudo, no que concerne à produção para o mercado, haja vista, que esses trabalhadores possuem outras atividades para complementar a dieta e a renda familiar, como por exemplo, a agricultura, a criação de animais ou extração de produtos oriundos da floresta.

---

<sup>13</sup> Local no qual ocorre uma maior concentração de peixes (FURTADO, 1993).

<sup>14</sup> Na qual se pratica “a pesca para a obtenção e complemento da dieta alimentar dos pescadores polivalentes é realizada durante todo o ano e é regulada pelas necessidades materiais e sociais dos grupos domésticos” (FURTADO, 1993, p. 359).

Essas populações comercializam o excedente para a compra de mercadorias que não são capazes de produzir.

Os pescadores monovalentes ou pescadores citadinos, referem-se aqueles que têm na pesca a sua principal fonte de renda. Assim, diferentemente dos pescadores polivalentes, estes desenvolvem a atividade pesqueira durante o ano todo, tendo na pesca a sua principal fonte de renda. Como são pescadores que vivem, principalmente, nos centros urbanos e se dedicam fundamentalmente a pesca, possuem um raio de abrangência maior em comparação aos pescadores monovalentes. Essa categoria apresenta um maior conhecimento sobre os apetrechos, bem como da localização de pesqueiros.

Deste modo, no interior do setor pesqueiro existem subdivisões quanto: às modalidades de pesca, às denominações adotadas pelos pescadores, conforme a importância de tal atividade para a sua reprodução social, dentre outras. Neste trabalho, daremos maior destaque à categoria da pesca de produção mercantil ou também denominada de produção pesqueira mercantil, abordadas por Diegues (1983, 1995) e Furtado (1993), respectivamente. Isto, por entendermos que, são estas que melhor representam as categorias de pescadores abordados na presente pesquisa, posto que, existem pescadores no rio Araguari que desenvolvem a agricultura ou outras ocupações em conjunto com a pesca, na qual o pescado é voltado para o autoconsumo. Por outro lado, existem aqueles que se dedicam apenas ao exercício da captura dos recursos pesqueiros, comercializando os produtos capturados.

É imprescindível ressaltar, dada as particularidades do desenvolvimento dessa atividade pelos atores sociais envolvidos no rio Araguari, que o ambiente de trabalho e os apetrechos de pesca<sup>15</sup> podem apresentar mudanças significativas. Dentre elas destacam-se as disputas territoriais que surgem entre os próprios pescadores (artesanal e ribeirinho que exercem a atividade para o autoconsumo), entre o pescador e os grandes proprietários de terras (circunscritos próximos ao rio) e entre o pescador com os agentes que trabalham em usinas hidrelétricas. Tais disputas, que evidenciam as divergências quanto aos usos e importância atribuída ao ambiente aquático, serão abordadas posteriormente.

---

<sup>15</sup> Será descrito posteriormente os tipos de apetrechos utilizados nas pescarias no rio Araguari.

Silva, et al. (2016a), a esse respeito tece importantes considerações, destacando que, ao se tratar de um ambiente no qual os usuários são distintos, os conflitos suscitados refletem as divergências pela posse dos recursos naturais e mesmo, do ambiente<sup>16</sup>. Assim, entendemos que as disputas territoriais, pela apropriação dos recursos naturais, evidenciam que a territorialidade pode manifestar-se nas mais distintas formas de uso do território sendo, portanto, inerente às relações sociais.

### 1.2.1 Considerações sobre as concepções de território e territorialidades na pesca artesanal na Amazônia brasileira

A pesca, ao contrário de outras atividades produtivas, oferece um alto grau de imprevisibilidade pela própria natureza dos recursos pesqueiros. Este fato, justifica-se, porque esta atividade se desenvolve em um espaço de livre acesso, indivisível e inapropriável, juridicamente. Os pescadores por exercerem suas atividades em um meio distinto daquele existente na terra firme, na qual se verifica um maior controle das condições de produção e apropriação do ambiente pelos trabalhadores, deparam-se constantemente, com a imprevisibilidade, em função tanto da natureza móvel dos recursos pesqueiros, como também da própria perecibilidade do pescado.

Na pesca artesanal, os utensílios utilizados para a conservação do pescado são mais simples ou inexistentes, principalmente nas pescarias de pequena escala, na qual o trabalhador captura o recurso pesqueiro, procurando a comercialização imediata. Por outro lado, na agricultura, por exemplo, muitos dos produtos podem ser comercializados tanto imediatamente, quanto após certo período, ao mesmo tempo em que é possível saber a quantidade aproximada do produto. Em contrapartida, nas pescarias não tem como se fazer essa estimativa, mesmo quando se utiliza de equipamentos mais sofisticados.

Silva (2006, p. 67) identifica algumas singularidades que nos permitem distinguir os recursos pesqueiros dos recursos terrestre, dentre as quais destacamos: a) a natureza móvel do pescado que ocorre conforme a dinâmica da maré; b) a inexistência de delimitação concreta das áreas de pesca, entendidas

---

<sup>16</sup> Posto que, o rio possui múltiplos significados dependendo dos usuários, sendo fonte de renda, lazer, meio de transporte, entre outras.

neste trabalho, como pesqueiros ou territórios de pesca; e c) apresentam alta instabilidade, pois se a captura desses recursos for maior que a capacidade de reposição do ambiente, podem tornar-se escassos. Ademais, são altamente susceptíveis às mudanças do ambiente, sejam elas naturais ou antropogênicas, tal como, no contexto de implantação de grandes obras no leito do rio, como por exemplo, usinas hidrelétricas que modificam a dinâmica natural do rio e a sua geomorfologia, fatores estes que atuam negativamente para a instabilidade e imprevisibilidade desses recursos.

Como na atividade pesqueira, o pescador lida cotidianamente com a imprevisibilidade, este procura desenvolver estratégias que possibilitem um maior sucesso nas pescarias. Para tanto, valendo-se de seu conhecimento tradicional, traçados na prática cotidiana, em uma estreita relação com a natureza, procura identificar como se comporta a dinâmica das marés, os ciclos da lua, os apetrechos e as iscas mais adequadas para as espécies de peixes mais capturadas e, principalmente, os locais nos quais ocorrem a maior concentração de cardumes, sendo, portanto, detentores de um vasto saber que lhes possibilita obter os recursos necessários para se reproduzir.

Esse conhecimento é adquirido e aprimorado na prática cotidiana e é repassado ao longo das gerações, através da oralidade e da labuta diária. Neste contexto de conhecimentos que permeiam as pescarias, os mais novos aprendem com os mais antigos desde os ciclos naturais, passando pela localização dos pesqueiros, até a própria maneira de pescar e despescar. Destarte, os pescadores apresentam:

Um conhecimento adquirido e lapidado pela relação com o meio ambiente e herdado de gerações anteriores, transformado, condensado com outros tipos de conhecimento que permitem a estas populações uma ampla compreensão no meio em que vivem (MORAES apud SILVA, 2006, p. 65).

Pode-se depreender que, a partir dos conhecimentos pré-existentes, os pescadores aprimoram as técnicas já utilizadas, incorporando outros elementos que possibilitam a obtenção de recursos pesqueiros, ao mesmo tempo, em que desenvolvem uma relação mais harmoniosa com o ambiente no qual vivem, e retiram os meios necessários para a sua reprodução social.

Os conhecimentos acumulados permitem a esses pescadores procurarem os recursos pesqueiros em locais específicos, mesmo que os recursos sejam móveis e

variem conforme a dinâmica das marés. Assim, o conhecimento dos pescadores é de grande importância para a identificação de pesqueiros (FURTADO, 2004).

A partir desse conhecimento, os trabalhadores identificam os pesqueiros, também denominados de territórios de pesca, entendidos neste trabalho para além de simples espaços delimitados, visto que envolvem uma relação complexa entre o homem e a natureza, representados através da figura do pescador, e dos espaços de trabalho que constituem os pesqueiros.

A fim de encaminhar nossa reflexão sobre os territórios de pesca, recorreremos inicialmente a Maldonado (2000), que ao abordar a pesca artesanal, identifica elementos que possibilitam conceber a territorialidade pesqueira, em meio a um universo indivisível como, comumente, é considerado o ambiente marítimo. Desse modo, a autora elenca, como aspecto a se considerar, a condição do mar de patrimônio indivisível, impossibilitando, dessa forma, a apropriação formal desse ambiente e a própria dinâmica natural do espaço marítimo, aliada à imprevisibilidade inerente a produção pesqueira.

Embora tais características dificultem, e mesmo impossibilitem, uma divisão formal, como ocorre, por exemplo, em terra firme, os pescadores desenvolvem alternativas que atuam para o comum usufruto do ambiente, criando as condições que permitam o desenvolvimento desses grupos sociais em um meio específico. Neste curso, Maldonado (2000, p. 2) afirma que tal organização refere-se ao “próprio movimento da sociedade em confronto com a natureza” ou “a própria mediação entre o homem e a natureza”.

Segundo a autora, como foram raras e mesmo pouco duradouras as tentativas de manter a posse do ambiente marítimo por esses grupos, criou-se modos simbólicos de apropriação e divisão do mar, o que pressupõem atitudes e comportamentos específicos, sem os quais não seria possível a produção e reprodução dos pescadores. Assim:

Os recursos que o pescador explora são móveis, sendo complicado delinear, manter e definir fronteiras e territórios, não havendo equivalência com os sistemas de terra. No entanto, com finalidades produtivas, os pescadores dividem o espaço marítimo em ‘mares’, ‘zonas de pesca’, ‘pesqueiros’, ‘pedras’ lugares de abundância cujas rotas e localizações são objetos de segredos (MALDONADO, 2000, p. 3).

Verifica-se que os pescadores procuram utilizar mecanismos que possibilitem uma divisão do mar em zonas produtivas, pois a capacidade em identificar os pesqueiros representa parte importante do conhecimento, da familiaridade do pescador com o ambiente de trabalho. As referidas habilidades são apreendidas e desenvolvidas no grupo familiar e na própria relação com a natureza.

Maldonado (apud CARDOSO, 1993, p. 83) entende os territórios pesqueiros para além de espaços delimitados, considerando-os como lugares conhecidos, nomeados, usados e defendidos, nos quais a familiaridade dos pescadores com esses espaços de trabalho permite a incorporação de sua tradição.

Cardoso (2001), em consonância com a autora supracitada, argumenta que o conceito de território também pode ser considerado em estudos que estão circunscritos ao domínio das águas, tal como da atividade pesqueira. Assim, mesmo representando espaços não delimitados formal ou informalmente, possibilita ao pescador a sua apropriação, através do trabalho e dos meios necessários para a sua reprodução.

Silva (2006), em estudo com pescadores artesanais do município de Breves-PA, apresenta outra importante contribuição no sentido de entender a territorialidade pesqueira em rios amazônicos, mais especificamente no rio Ituquara, no qual a pesca representa uma das principais fontes de renda e alimento para as populações que habitam nessa área.

Segundo o autor, a relação entre o pescador e o ambiente de trabalho permite a esses indivíduos, definir e reconhecer territórios que são incorporados em sua tradição familiar. Esses territórios são repassados de geração a geração, apresentando diferentes escalas que abrangem desde pontos de pesca individuais até pesqueiros tradicionais que possui grandes extensões (CARDOSO, 2003).

Por outro lado, embora os territórios não sejam adotados oficialmente, são reconhecidos pelos atores sociais que participam da atividade pesqueira, os quais utilizam acordos de pesca<sup>17</sup> visando orientar sua posse e o uso, os quais devem ser respeitados (SILVA, et al., 2016a). Posto que:

A grande maioria dos conflitos identificados em pesquisas sobre pesca em pequenas e médias áreas estão diretamente relacionadas com as territorialidades dos pescadores, pois tratam-se de conflitos por espaços

---

<sup>17</sup> Esses acordos de pesca também podem ser denominados de códigos de direitos ou códigos de ética (FURTADO, 1993; 2004).

determinados – territórios, e pelos recursos naturais existentes nesses espaços (SILVA, 2012, p. 43).

O desrespeito e até mesmo, o desconhecimento desses territórios de pesca podem resultar em conflitos, quando os limites são ultrapassados. Esse caso foi demonstrado por Silva (2006), em pesquisa de campo, o qual evidenciou que o rompimento ou o não reconhecimento de acordos de pesca resultou no assassinato de um pescador, que não respeitou os limites do pesqueiro de outro.

Os pesqueiros, mesmo não apresentando cercas e muros ou outra delimitação concreta, são reconhecidos por marcas simbólicas<sup>18</sup> que permitem ao pescador considerá-lo como seu, por direito de uso costumeiro e, o não reconhecimento, por outros pescadores artesanais ou demais grupos sociais, pode resultar em disputas territoriais (FURTADO, 2004; SILVA, 2006).

A territorialidade pesqueira também pode ser concebida conforme os apetrechos utilizados na arte da pesca. Segundo Silva, et al. (2016a), dependendo dos instrumentos técnicos utilizados pelos pescadores, a abrangência do território será delimitada, isto é, o tamanho da embarcação e os apetrechos possibilitam que o pescador percorra espaços mais distantes horizontalmente. Entretanto, em ambos os casos, caso o território seja ultrapassado, tem-se o surgimento de conflitos.

A partir da abordagem dos autores supracitados, os pescadores, tanto em ambientes mais abertos como o mar, ou em outros mais restritos, como o rio, apresentam características que podem ser consideradas como elementos imprescindíveis ao reconhecimento da territorialidade no meio aquático. Esses territórios podem ser entendidos como resultado das relações que os atores sociais promovem entre si, e com o ambiente, no qual desenvolvem suas atividades, possuindo um valor de apropriação e uso onde se materializam as relações de poder.

Considera-se que os indivíduos e grupos sociais, ao se apropriarem desse espaço de trabalho, representados pelos rios, lagos, mares, constroem territórios que são incorporados à tradição social, sendo nomeados, defendidos e mantendo, neste sentido, relações de posse e pertencimento. Entretanto, quando ocorre a instalação de grandes projetos nesses territórios socialmente estabelecidos,

---

<sup>18</sup> Podendo ser, por exemplo, uma árvore, uma moita, um igarapé (BEGOSSI, 2004; SILVA, 2006).

identifica-se a desestruturação e, mesmo tempo, a materialização de inúmeros impactos sociais, econômicos e ambientais de diferentes magnitudes.

Essas adversidades atingem, principalmente, aquelas populações que estão diretamente na área de influência do empreendimento como, constantemente, verificado no contexto amazônico, a partir da instalação de usinas hidrelétricas, tal como, vem ocorrendo com os pescadores artesanais do município de Ferreira Gomes.

## CAPÍTULO II GRANDES EMPREENDIMENTOS E REESTRUTURAÇÃO DE MODOS DE VIDA: INSTALAÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NO BRASIL

A matriz energética brasileira representa, na atualidade, um dos setores mais evoluídos, no que concerne à utilização de aproveitamento hidrelétrico de bacias hidrográficas. O setor detém de conhecimentos tecnológicos aprimorados ao longo de décadas, favorecidos pela abundante rede hidrográfica existente no país. Todavia, a implantação desses empreendimentos vem suscitando inúmeros debates quanto aos impactos negativos gerados nas regiões em que são instalados.

Este capítulo discorre sobre a construção de hidrelétricas no contexto brasileiro e suas implicações socioambientais. Assim, trata-se inicialmente da evolução do setor elétrico brasileiro, mostrando que, em sua gênese, esse setor esteve vinculado, primordialmente, ao setor privado. Notadamente, o referido setor é representado pelas empresas estrangeiras: *The São Paulo Tramway & Power Company (Light)* e a *American Foreign Power Company (Amforp)*.

A situação que começa a assumir outros moldes a partir da década de 1930, com a promulgação do Código de Águas e, posteriormente, com a criação de empresas estatais, dentre elas: a Companhia Estatal de Energia Elétrica (CEEE), a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), as Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG) e as Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (ELETROBRÁS).

Em seguida, mostra-se como esses empreendimentos vêm avançando, nas últimas décadas, para regiões consideradas geograficamente distantes dos grandes centros urbanos nacionais, como os das regiões sul e sudeste, transformando rios em “jazidas de megawatt”<sup>19</sup>. E, por fim, dar-se ênfase às hidrelétricas instaladas na Amazônia, sem perder de vista as usinas instaladas na Amazônia amapaense, que embora sejam hidrelétricas a fio d’água<sup>20</sup>, continuam gerando impactos negativos de grandes escalas e magnitudes diversas.

---

<sup>19</sup> Denominação que Bermann (2010) utiliza para se referir a utilização de recursos hídricos para geração de energia.

<sup>20</sup> São hidrelétricas que apresentam reservatórios menores, portanto não permitem o acúmulo de um volume elevado de água (ECOTUMUCUMAQUE, 2009a).

## 2.1 Considerações sobre a evolução do setor elétrico no cenário brasileiro

O setor elétrico brasileiro representa, na atualidade, um dos mais evoluídos no que concerne ao aproveitamento hidrelétrico. Todavia, para alcançar o desenvolvimento atual, o caminho percorrido foi longo, suscitando controvérsias de diversas naturezas entre aqueles que defendem a implantação desses projetos, e aqueles que se posicionam contra, principalmente, pelos inúmeros impactos sociais, ambientais e culturais que são suscitados nas regiões em que são instalados. Contudo, antes de tratarmos especificamente dessa questão, faz-se necessário abordar, ainda que sucintamente, como se manifestou a evolução desse setor no contexto brasileiro.

O processo inicial de implantação desses empreendimentos no Brasil remete-se à segunda metade do século XIX, momento no qual se tem a implantação da primeira hidrelétrica em território brasileiro, mais especificamente, no rio de Jequitinhonha, município de Diamantina, Estado de Minas Gerais. Durante esse período, os empreendimentos ainda eram muito embrionários, mesmo em outros países, constituindo, portanto, obras pioneiras no mundo (MELLO, 2011).

Embora a hidrelétrica fosse de pequeno porte, e com capacidade de geração elétrica bem diminuta, principalmente quando comparada às hidrelétricas instaladas em décadas posteriores, o feito significou o início da mercantilização dos recursos hídricos para geração de energia.

Após a construção dessa primeira usina no rio de Jequitinhonha, outras inúmeras pequenas hidrelétricas foram planejadas e implantadas<sup>21</sup>, voltadas nesse momento, principalmente, para atender a demanda de empresas de mineração, fábricas têxteis e o fornecimento de iluminação pública. Desse modo:

Até a virada do Século XIX para o Século XX as primeiras cidades por unidades da Federação que tiveram serviços públicos contínuos de força e

---

<sup>21</sup>Usinas hidrelétricas de pequeno porte implantadas em território brasileiro no final do século XIX e início do século XX: Em São Paulo as Hidroelétricas Parnaíba (conhecida atualmente como Edgard de Souza), Santa Alice (1907), Socorro, Rio Novo e Monjolinho (1909) Itatinga, São Valentim, Marmelos II (1910) Capitão Preto, Macaco Branco, Salto Pinhal, San Juan, São Joaquim, Brotas (1911) Salto Grande, Bocaina, Votorantim, Chibarro, Esmeril, Turvinho Batista e Sodrê (1912), Gavião Peixoto, Boa Vista e Quilombo (1913); No Rio de Janeiro as Hidroelétricas Fontes (1905), Piabanha (1908), Hans (1911) e Coronel Fagundes (1912); No Estado do Paraná as hidroelétricas Serra da Prata (1910) e Patanguí (1911); Em Minas Gerais as Hidroelétricas de Marmelos (1889), Maurício (1908) e Tombos (1912); Em Santa Catarina a hidroelétrica Salto Weissbach (1913) (MELLO, 2011, p. 92 a 97).

luz foram, pela ordem cronológica, Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro (1883), Rio Claro, em São Paulo (1884), Porto Alegre, no Rio Grande do Sul (1887), Juiz de Fora, em Minas Gerais (1889), Curitiba, no Paraná (1892), Maceió, em Alagoas (1895) e Estância, em Sergipe (1900) (MELLO, 2011, p. 91).

Vale ressaltar que, a energia elétrica não constituía um aspecto de fundamental importância da economia nacional, dentre outros fatores, devido a população brasileira concentrar-se, predominantemente, no meio rural. Essa condição estava, aparentemente, responsável pela ausência de reivindicações que promovessem a expansão da eletricidade para usos domésticos, bem como as condições políticas da época, nas quais a concessão da utilização desses serviços para empresas privadas, tanto brasileiras quanto estrangeiras, eram facilitadas pela ausência de legislação específica (MELLO, 2011).

As concessões para o uso dos recursos hídricos eram dadas pelos estados e municípios, não existindo uma unanimidade entre essas esferas do poder público, condição que favoreceu a implantação de um número considerável de pequenas hidrelétricas pelo setor privado.

Conforme Iannone (2006), durante o período de 1889 a 1930, coube principalmente aos municípios, a tarefa de conceder os contratos para prestação de serviços às empresas privadas. Os governos estaduais interferiam apenas em casos excepcionais, quando demandava maior abrangência da área do objeto contratado. Segundo Mercedes, Rico e Pozzo (2015, p.17):

Nesse período, não havia uma política de expansão setorial, uma vez que os contratos de concessão eram firmados diretamente com os municípios e estados, e as características de cada empreendimento e de cada empresa. Não havia uma visão integrada de planejamento, nem intercâmbio de informações, pois a atuação das concessionárias se dava de forma isolada, dentro de sua meta negocial. Além disso, a área de distribuição ia progressivamente se tornando mais importante, uma vez que era mais atraente, do ponto de vista econômico, para as empresas então estabelecidas.

Entre as empresas que mais se destacaram, podemos ressaltar o grupo *American Foreign Power Company (Amforp)*<sup>22</sup> e o grupo estrangeiro *The São Paulo Tramway & Power Company (Light)*, responsável pela implantação de um número significativo de obras no sudeste, dentre elas, a hidrelétrica Fontes, construída no alto Ribeirão das Lajes no Rio de Janeiro em 1905. Em 1909, após sucessivas

---

<sup>22</sup> Vide Mello (2011) que descreve a atuação dessas empresas no Brasil.

ampliações, o empreendimento se tornou uma das maiores usinas energéticas do mundo.

A intervenção do Governo Federal, no setor elétrico, ocorreu de modo bastante limitado nas primeiras décadas do século XX. Segundo Iannone (2006, p. 31), “foi a criação, em 1920, no Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, órgão do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, de uma Comissão de Estudos de Forças Hidráulicas” que constituiu a primeira aproximação de regulamentação do setor.

Esse cenário começa a sofrer transformações em 10 julho de 1934, momento no qual ocorre a promulgação do Código de Águas, que fixa novas normas para o direito de uso dos recursos hídricos. Segundo o referido autor, a legislação em vigor, tornou-se obsoleta e não favorece os interesses da coletividade. Para tanto, confere ao poder público, a função de controlar e incentivar o aproveitamento das águas, dentre eles, o potencial hidrelétrico das bacias hidrográficas em território brasileiro.

Conforme o Código de Águas, o aproveitamento das fontes hidráulicas, circunscritas ao domínio público ou privado, passaria a ser regulamentado em conformidade com o aludido Código, dificultando a aquisição de novas concessões por empresas estrangeiras. Entretanto, reconheciam-se os direitos adquiridos anteriormente, enquanto não expirasse a exploração. Passado esse tempo, novas concessões seriam feitas, conforme as condições descritas no referido documento, dificultando aquisições futuras por empresas privadas, principalmente as estrangeiras.

A partir da Segunda Guerra Mundial, momento no qual, passa-se a exigir uma maior demanda de energia elétrica, tanto pelo processo de urbanização quanto de industrialização, pelos quais o Brasil vem passando. É nesse período que são implantadas as indústrias de base, requerendo a participação mais efetiva do Estado.

Conforme Wilson Junior, Reid e Leitão (2006), essa demanda por energia culminou na crise do setor energético, o que levou a um sistema de racionamento nas principais capitais brasileiras. Neste momento, segundo os autores, são criadas empresas, através de alianças entre os governos estaduais e federal, objetivando a reordenação do sistema elétrico brasileiro. As empresas estatais criadas foram as seguintes: Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Companhia

Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e as Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), criadas em 1943, 1946 e 1952, respectivamente.

É importante ressaltar que, embora tais empresas fossem criadas pelo poder estatal, constituindo um avanço importante para a regulamentação do setor energético, o Estado ainda não detinha, neste momento, de conhecimento e meios suficientes para gerir o setor. Conforme Iannone (2006), tal deficiência pode ser entendida, por este setor ter sido desenvolvido, até então, por empresas privadas que contavam com ampla vantagem sobre o mercado, principalmente, as dos grupos *Light* e *Amfort*.

Entretanto, a partir da Segunda Guerra, evidencia-se, de forma mais latente, a diminuição dos investimentos da iniciativa privada no desenvolvimento do setor elétrico. Isso ocorre, tanto pela redução dos privilégios concedidos aos grupos estrangeiros a partir da promulgação do Código das Águas, quanto pelas dificuldades enfrentadas por eles na importação de produtos de países estrangeiros, que participaram da Segunda Guerra e estavam tentando reparar os prejuízos sofridos (IANNONE, 2006).

O Estado passou a investir na sua indústria de base, necessitando de um sistema energético que impulsionasse a industrialização, e o atendimento das necessidades crescentes da população, que se tornava cada vez mais urbana. Desse modo, buscando promover condições favoráveis para o crescimento econômico e industrial, foram feitos empréstimos de montantes gigantescos junto a bancos internacionais, aumentando o endividamento do país (MARIN, 1996).

É nessa fase desenvolvimentista, que são suscitadas as condições que impulsionaram a organização e centralização estatal do setor (MERCEDES; RICO; POZZO, 2015). Ademais, a criação do Ministério de Minas e Energias (MME) e das Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (ELETROBRÁS), respectivamente em 1960 e 1961, atuaram para a “consolidação da nova estrutura política e econômica do setor elétrico brasileiro” (IANNONE, 2006, p. 93) inaugurando uma nova fase, marcada pela forte presença do Estado.

A Eletrobrás desempenhara um papel de grande importância para o planejamento energético, atuando no levantamento de informações de potencial hidrelétrico de bacias hidrográficas, concebendo projetos de construção e operação desses empreendimentos, dentre outras funções. Ela também tomava curso de interesses estatais, criando condições técnicas para a expansão da oferta energética

para as demais regiões, através das suas empresas regionais, que atuavam nas regiões norte e centro-oeste, por meio da Eletronorte; na região nordeste através da Chesf; nas regiões sudeste e centro-oeste, a partir da Furnas e por fim, na região sul, por meio da Eletrosul.

A estrutura do setor energético permaneceu nesses moldes até meados de 1990, após esse período, iniciou-se uma reestruturação do setor elétrico brasileiro que, conforme Porto e Soares Neto (2011, p. 355), visava “atrair os capitais privados para o setor, com a consequente redução da presença do Estado nesse segmento da economia”. Segundo esses autores, tal reestruturação tornou-se necessária pelos grandiosos gastos que estavam sendo feitos pelo poder público, principalmente, no que se refere a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Todavia, esse processo de reestruturação não ocorreu conforme planejado, o objetivo inicial do Estado, que era se retirar completamente da função de agente econômico do setor, com a privatização de empresas elétricas estatais, passa por transformações com o fracasso do modelo de desenvolvimento. Esse fato resultou em uma das crises de racionamentos mais traumáticas ocorridas no país em 2001 e 2002.

O Estado que objetivava tornar-se apenas um agente regulador, tendo criado com esse intuito, ainda em 1996, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), é chamado a rever o modelo setorial adotado, suspendendo as privatizações das empresas públicas e retomando o planejamento (PORTO; SOARES NETO, 2011).

Ainda de acordo com os autores, introduziu-se por meio da Lei nº 10.848, de 15 de março 2004, novas condições para a concessão de geração e comercialização de energia no país, criando condições que permitiram a articulação de empresas públicas e privadas para a exploração de potencial hidrelétrico no Brasil.

Cabe destacar, que além da ANEEL que tem atuado nos processos de privatizações, alterações operacionais e licitações do setor energético, criou-se em 15 de março de 2004, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), com o intuito de subsidiar o planejamento energético, desde a implantação de hidrelétricas até a expansão do sistema de transmissão. O feito possibilitava a interligação do sistema com as novas usinas implantadas e, bem como dos sistemas nacionais: o norte/nordeste ao sul/sudeste/centro-oeste (MELLO, 2011).

A partir do consórcio entre empresas públicas e privadas, veremos um grande número de empreendimentos hidrelétricos instalados em todo o país, assim como na Amazônia brasileira, especialmente nas últimas décadas, em que assistimos a retomada e implantação desses GPIs na região. Todavia, antes de abordarmos com mais ênfase esses projetos voltados para a Amazônia, faremos algumas considerações gerais, de como vem ocorrendo esse processo, no cenário brasileiro como um todo.

## **2.2 De norte a sul: o avanço de empreendimentos hidrelétricos nos rios brasileiros**

O Brasil assiste à desqualificação de suas fontes de energia mais competitivas e abundantes disponíveis. Essa distorção já contaminou a legislação ambiental brasileira e, mais recentemente, comprometeu o planejamento energético. O Brasil está desperdiçando importantes potenciais hídricos ao limitar, emocionalmente, o dimensionamento dos reservatórios das barragens (entrevista do presidente da FIESP Paulo Skaff a CBDB, 2011, p. 13).

O trecho acima, extraído da apresentação do livro: *A História das Barragens no Brasil – Séculos XIX, XX e XXI*, confirma como os grandes empreendimentos, notadamente os hidrelétricos, são vistos por uma parcela da sociedade, fundamentalmente, a dos setores que demandam alto consumo de energia, como empreendimentos voltados para o atendimento das atividades industriais. Assim, conforme a ANEEL (2008, p. 47), as atividades desse setor continuam “a liderar o *ranking* dos maiores consumidores de energia elétrica”.

Por outro lado, existem grupos<sup>23</sup> que advogam contra a implantação dessas obras, isto porque, as alterações conferidas ao ambiente e as populações que vivem em tais áreas são inúmeras. Tais perdas não se resumem apenas aos bens materiais que são “indenizados”, mas também atuam para a precarização e privação da reprodução de modos de vida, levando à perda de recursos naturais como, pesqueiros, madeireiro, dentre outros, além de restringir o acesso a espaços que antes eram amplamente utilizados.

Observa-se, que a instalação desses empreendimentos gera controvérsias de diversas naturezas, dividindo opiniões e suscitando debates entre os grupos, que de

---

<sup>23</sup> Notadamente ONGs, ativistas sociais e representantes da sociedade civil.

um lado, defendem a utilização dos rios para a geração de eletricidade, e por outro lado, aqueles que buscam a contenção desses projetos, tendo em vista as perdas, destruições, injustiças ou nas palavras de Magalhães (2007), lamento e dor.

As emoções ainda são sentidas e vividas pelas populações impactadas, mesmo após décadas da implantação de empreendimentos. As realidades tão presentes ainda hoje, em inúmeros municípios de distintas regiões brasileiras, como em Presidente Figueiredo, no Amazonas, com a UHE de Balbina, bem como de outras obras, colecionam relatos de impactos negativos, que se iniciaram antes mesmo da implantação da obra física.

Além disso, apenas a disseminação da possibilidade da chegada de um grande empreendimento em uma dada região é suficiente para suscitar dúvidas e, não raramente, conflitos entre o que já existe e aquilo que pode existir. Ademais, o prenúncio da implantação de uma grande obra carrega a possibilidade de disputas entre os atores sociais locais, e aqueles oriundos de outros lugares, situações amplamente descritas na literatura referente ao tema.

Na implantação desses projetos, conforme Martins (1991), não se trata de incorporar apenas um elemento na vida de uma população, mas de modificar toda a organização social no espaço introduzido, promovendo grandes impactos sociais e ambientais, cujos benefícios não são destinados às populações locais. Nesse sentido, Del Moral (2009), ressalta que as hidrelétricas representam uma intervenção e, por conseguinte, uma drástica mudança sobre o ambiente natural e os territórios construídos pelos homens, realidade encontrada nos grandes projetos hidrelétricos implantados em distintas regiões brasileiras.

Ainda conforme o autor supracitado, a história da construção desses empreendimentos no sudeste demonstra, concretamente, o processo de transformação de rios em “escadas de reservatórios”. Situação expressa no grande número de hidrelétricas construídas no país até a década de 30, que segundo Mello (2011, p. 97), passaram nos “primeiros anos do século XX de 306 em 1920 para 1009 em 1930”.

Em, aproximadamente, uma década, o número de hidrelétricas quase triplicou. É pertinente ressaltar, que até a década de 1950, esses empreendimentos apresentavam alta concentração, especialmente no sudeste, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Nas duas décadas seguintes, expandiram-se para o sul, como no Estado do Paraná e para o nordeste (ANEEL, 2005).

A partir da disseminação no número de construção das usinas em território brasileiro, já podemos conjecturar a importância que será atribuída a tais obras em períodos posteriores. Ademais, embora o aproveitamento hidrelétrico ainda seja incipiente, em relação às grandes hidrelétricas que serão implantadas em décadas posteriores, mostra-se, todavia, o avanço significativo dos sistemas de engenharia.

Por outro lado, tem-se o início de um longo debate quanto aos custos e benefícios advindos dessas grandes obras, já que elas transformam rios, modificam a paisagem e desestruturam modos de vidas. Esse fato ocorre, principalmente, com populações que vivem próximas a esses empreendimentos, e que tem no rio parte importante de sua dieta alimentar e renda familiar.

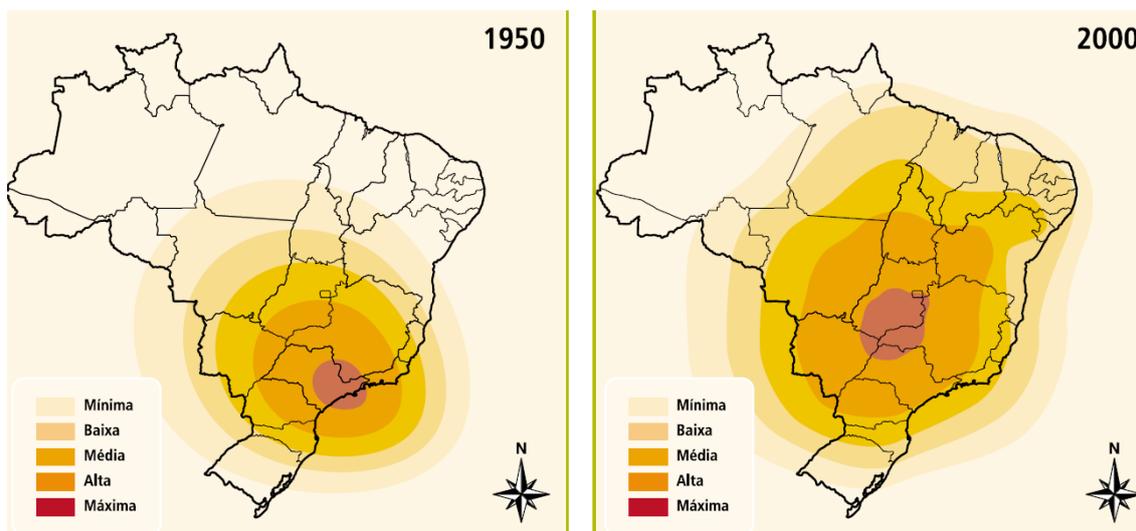
Ainda, conforme dados apresentados pela ANEEL (2002, 2008), atualmente a implantação desses projetos estão mais dispersos no território brasileiro, sendo concebidos para regiões mais distantes dos grandes centros urbanos nacionais. Tais regiões são, economicamente, menos desenvolvidas e com contingente populacional mais reduzido.

A espacialização da concentração de UHEs no cenário brasileiro, em um intervalo de 50 anos, pode ser observada através da figura 1, que apresenta dois momentos distintos. O primeiro se reporta a 1950 e mostra, como mencionado anteriormente, a concentração de hidrelétricas na região sudeste. O segundo se refere ao ano de 2000, e identifica o acentuado avanço desses empreendimentos para as demais regiões brasileiras, notadamente, para o centro-oeste, com o Estado de Mato Grosso.

Contudo, é válido mencionar que, embora a região norte apresente uma reduzida concentração desses empreendimentos, em comparação às demais regiões brasileiras, tal realidade tende a sofrer transformações, tanto por apresentar uma rica rede hidrográfica ainda pouco aproveitada, quanto pela crescente demanda energética do país.

Diante desse quadro, depreende-se que os avanços dessas obras ocorrem em um contexto mais recente, para regiões detentoras de bacias hidrográficas até então esquecidas, ou melhor, que em função de localizar-se em áreas relativamente distantes, foram negligenciadas na primeira leva de hidrelétricas implantadas no país. Contudo, no momento atual, no qual identifica-se uma crescente expansão do setor elétrico, tem-se direcionado os novos projetos para essas bacias, dentre elas, para as bacias do Tocantins e Amazonas.

**Figura 1** - Espacialização de UHE entre 1950 e 2000 no contexto brasileiro.



**Fonte:** Atlas de Energia Elétrica no Brasil/Agência Nacional de Energia Elétrica, 2005.

Notadamente, a utilização da eletricidade advinda de hidrelétricas no Brasil, tem representado a principal fonte energética, com capacidade instalada de cerca de 61 GW, dos quais, aproximadamente, 37% representa o potencial inventariado, e 23% diz respeito ao potencial estimado. Desse total, apenas 2/3 provém das usinas instaladas na bacia do Rio Paraná, os restantes encontram-se distribuídos entre: as bacias do São Francisco e a do Tocantins, que concentram 17% e 9%, respectivamente, bem como as bacias do Atlântico norte/nordeste, rio Uruguai e Amazonas, que totalizam apenas 2% (ANEEL, 2002). Essa situação coloca as bacias hidrográficas pouco aproveitadas, como reservas para serem utilizadas em momento oportuno.

Verifica-se, que as bacias, do Atlântico norte/nordeste, rio Uruguai e Amazonas, foram aquelas que receberam o menor percentual de hidrelétricas. Embora tal número seja reduzido, deve passar por significativas alterações, uma vez que, conforme dados fornecidos pela ANEEL (2002), no que concerne aos futuros projetos hidrelétricos a serem implantados no Brasil, tem-se:

Somando-se a potência nominal das usinas em construção, em ampliação, concedidas e autorizadas, verifica-se que a energia hidráulica irá adicionar ao sistema elétrico nacional cerca de 14.500 MW, nos próximos anos. Incluindo-se as usinas em projeto, o valor sobe para 15.443 MW. Desse total, 36% estão localizados na Bacia do Tocantins, 24% na Bacia do Uruguai, 19% na Bacia do Paraná e 14% na Bacia do Atlântico Leste. As bacias do Amazonas e do Atlântico Sudeste deverão contribuir com 7% da nova capacidade instalada. As do Atlântico Norte/Nordeste e do São

Francisco deverão adicionar apenas 1% ao sistema hidrelétrico do País (ANEEL, 2002, p. 38).

Percebe-se, que a implantação de novas hidrelétricas, como já mencionado, deve aumentar nos próximos anos, muitas delas concebidas para localidades geográficas mais distantes, principalmente, em relação ao sul e sudeste, regiões estas, que concentram o maior número de empreendimentos, tanto em quantidade quanto em potencial energético. Isso pode ser constatado no quadro 2, através do qual identifica-se a região de localização e o potencial hidrelétrico desses empreendimentos em operação até o ano de 2017. Vale mencionar, que foram destacadas apenas as usinas consideradas como grandes fornecedoras de eletricidade, pois o quantitativo das pequenas e médias hidrelétricas é muito superior aquele apresentado a seguir.

**Quadro 2** - Maiores hidrelétricas em operação no Brasil até o ano de 2017

<b>Hidroelétrica</b>	<b>Potência (MW)</b>	<b>Região</b>	<b>Rio</b>
Tucuruí	8.370	Norte	Tocantins
Itaipu (parte brasileira)	6.300	Sul	Paraná
Ilha Solteira	3.444	Sudeste	Paraná
Xingó	3.162	Nordeste	São Francisco
Paulo Afonso IV	2.462	Nordeste	São Francisco
Itumbiara	2.082	Sudeste	Paranaíba
São Simão	1.710	Sudeste	Parnaíba
Foz do Areia	1.676	Sudeste	Iguaçu
Jupiá	1.551	Sudeste	Paraná
Porto Primavera	1.540	Sudeste	Paraná
Itá	1.450	Sul	Uruguai
Itaparica	1.479	Nordeste	São Francisco
Marimbondo	1.440	Sudeste	Grande
Salto Santiago	1.420	Sul	Iguaçu
Água Vermelha	1.396	Sudeste	Grande
Segredo	1.260	Sul	Iguaçu

Salto Caxias	1.240	Sul	Iguaçu
Furnas	1.216	Sudeste	Grande
Emborcação	1.192	Sudeste	Paranaíba
Salto Osório	1.078	Sul	Iguaçu
Sobradinho	1.050	Nordeste	São Francisco
Estreito	1.050	Sudeste	Grande
Belo Monte	11.233	Norte	Xingu
Jirau	3.750	Norte	Madeira
Santo Antônio	3.568	Norte	Madeira

**Fonte:** Adaptado da ANEEL (2002; 2016) e do livro A História das Barragens no Brasil – Séculos XIX, XX e XXI do Comitê Brasileiro de Barragens (2011).

É importante destacar, que grandes reservatórios nem sempre se traduzem, necessariamente, em geração de grande potencial energético, mas sim em altos impactos socioambientais. Entre os casos mais problemáticos, destaca-se a hidroelétrica Balbina no Amazonas, cujo projeto e execução inundou uma área de aproximadamente 2.360 km,<sup>2</sup> com capacidade instalada de 250 KW, apontando que a baixa potência instalada não justifica a ampla área inundada.

Objetivando a produção energética, grandes áreas foram inundadas e outras continuarão a ser nas próximas décadas, embora, mais recentemente, verifique-se um discurso em torno das usinas a fio d'água, que tendem a formar lagos menores, nota-se que os impactos socioambientais continuam constituindo uma realidade grave, tanto para as populações a montante, quanto a jusante das hidrelétricas. No quadro 3, é possível identificar os maiores reservatórios em operação no Brasil até 2011 e a potência instalada em cada um deles.

**Quadro 3** - Maiores reservatórios hidroelétricos em território brasileiro

Hidrelétrica	Estado	Rio	Área inundada (Km <sup>2</sup> )	Potência (MW)
Sobradinho	Bahia	São Francisco	4.214	1.050
Tucuruí	Pará	Tocantins	3.007	8.370
Balbina	Amazonas	Uatumã	2.360	250
Porto Primavera	Mato Grosso do Sul	Paraná	2.250	1.540
Serra da Mesa	Goiás	Tocantins	1.784	1.275
Itaipu*	Paraná	Paraná	1.350	14.000

**Fonte:** Adaptado do livro A História das Barragens no Brasil – Séculos XIX, XX e XXI do Comitê Brasileiro de Barragens (2011).

\*Incluindo a parte do reservatório pertencente ao Paraguai.

No que concerne, especificamente, à Amazônia, essa realidade não é diferente, pois são inúmeros os projetos concebidos e implantados, que mostram um conjunto de impactos negativos sobre os grupos locais. Ademais, reconhece-se, inclusive, em documentos oficiais, que a região reúne na atualidade, as melhores condições para o avanço da eletricidade, característica que a torna como cenário imediato de cobiça e avanço de projetos hidroelétricos, como observado através dos empreendimentos implantados na Amazônia amapaense, que será visto em tópico específico.

### **2.3 Grandes projetos de investimentos: avanço das hidroelétricas nos rios amazônicos**

As características naturais presentes na Amazônia conferem a essa região, um dos maiores potenciais energéticos não aproveitados. Dentre os fatores que atuaram para que isso ocorra, podemos destacar, a extensão geográfica e a baixa densidade populacional, principalmente, quando comparada às demais regiões do país especialmente, sul e sudeste.

Sabe-se que as implantações desses empreendimentos trazem para as regiões nas quais são instaladas, grandes transformações com efeitos, em muitos casos, não mitigáveis, tal como se verifica, constantemente, nos projetos

hidrelétricos que vêm sendo instalados na região nas últimas décadas. Assim, podemos afirmar, que em pouco mais de meio século, dezenas de famílias já tiveram seu modo de vida destroçado, perdendo suas condições básicas de reprodução social, tendo que desenvolver alternativas de sobrevivência, ao mesmo tempo em que buscam novas territorialidades.

De modo geral, a literatura voltada para os empreendimentos hidrelétricos concebidos para a Amazônia, nas últimas décadas, mostra um número crescente de obras finalizadas (Quadro 4). Algumas delas, com quase quatro décadas depois, continuam suscitando os mais variados impactos socioambientais, tais como a Curuá-Una, Tucuruí, Balbina, Manso e Samuel, que foram arquitetadas entre os anos de 1975 e 1987, mas que ainda hoje, afetam as populações com seus efeitos negativos.

Sevá (2008) explicita que as transformações oriundas dessas “estranhas catedrais”<sup>24</sup> são diversas, pois estão sendo barrados, cada vez mais, rios caudalosos. Neste curso, as dimensões dessas obras tomam proporções gigantescas, pois muitos desses empreendimentos podem ser visualizados por meio de imagens aéreas, trazendo alterações de longo prazo, tanto ao ambiente, como também, para as populações locais.

Fearnside (2015), ao estudar o desenvolvimento das hidrelétricas na Amazônia, enfatiza que os impactos negativos advindos da construção desses empreendimentos são diversos, os quais atingem não apenas o ambiente físico, mas principalmente as populações locais. Para tanto, destaca os efeitos sobre os povos indígenas e demais atores sociais que habitam, tanto na zona rural como no meio urbano, atingidos direta e indiretamente. Como exemplo, o autor cita as perdas relacionadas aos recursos pesqueiros, os quais em diversas situações, constituem, juntamente com a agricultura, a base de subsistência familiar.

---

<sup>24</sup> Expressão que Sevá (2008) utiliza para se referir as hidrelétricas.

**Quadro 4** - Hidrelétricas com > de 30 MW instaladas e com reservatórios enchidos até 2015 na Amazônia brasileira

<b>Ano enchido</b>	<b>Hidrelétrica</b>	<b>Estado</b>	<b>Rio</b>	<b>Capacidade instalada (MW)</b>	<b>Área do reservatório (KM<sup>2</sup>)</b>
1975	Coaracy-Nunes	Amapá	Araguari	78 [298 MW até 2016]	23 (para os 78 MW iniciais)
1977	Curuá-Uma	Pará	Curuá-Uma	100	78 (para os 40 MW iniciais)
1984	Tucuruí	Pará	Tocantins	8.370	2.850
1987	Balbina	Amazonas	Uatumã	250	2.996
1987	Manso	Mato Grosso	Manso	212	427
1988	Samuel	Rondônia	Jamari	210	560
1999	Lajeado (Luis Eduardo Magalhães)	Tocantins	Tocantins	800	630
2006	Peixe Angical	Tocantins	Tocantins	452	294
2011	Dardanelos	Mato Grosso	Aripuanã	261	0.24
2011	Santo Antônio (Madeira)	Rondônia	Madeira	3.150 até 2015	350
2011	Rondon II	Rondônia	Comemoração	73.5	23
2012	Estreito (Tocantins)	Maranhão/Tocantins	Tocantins	1.087	744,68
2013	Jirau	Rondônia	Madeira	3.750 até 2015)	361.6
2015	Belo Monte	Pará	Xingu	11.233	516
2015	Teles Pires	Mato Grosso/Pará	Teles Pires	1.820	150

**Fonte:** Adaptado da ANEEL, 2005 e BRASIL, MME e EPP, 2007.

Fearside (2015) ainda argumenta no sentido da necessidade de analisar, mais cuidadosamente, as decisões quanto à implantação de grandes obras na região, posto que:

(...) Em vez de uma falta de regras, a violação das regras existentes é a causa de muitos dos problemas associados com barragens. Recomendações incluem abordar a questão subjacente de como a eletricidade é usada, uma mudança na ênfase do desenvolvimento de energias alternativas, a avaliação e a discussão democrática dos custos e benefícios ambientais e sociais antes das decisões reais, os esforços para minimizar a pressão política sobre os órgãos ambientais [...] finalmente, a tomada de decisões que dá valor a impactos humanos, em vez de ganhos financeiros (FEARNSIDE, 2015, p. 10).

Soma-se a isso, inúmeros casos, tal qual da hidrelétrica de Tucuruí, instalada no rio Tocantins, onde Fearnside (2015), citando Xingu Vivo (2012) explicita que, quase trinta anos depois, muitas das 23.871 pessoas deslocadas, ainda não receberam qualquer indenização. A UHE de Balbina também constitui outra obra problemática, pois as perdas são consideradas maiores que os benefícios, principalmente, quando se considera a área alagada com o potencial hidrelétrico gerado.

Tal problema mostra-se mais agravante, ao atingir grupos sociais que habitam e/ou exercem atividades ao longo de gerações, tanto nos lugares em que ocorre a materialização da obra, como nas suas áreas circunvizinhas, como por exemplo, no que concerne aos pescadores artesanais. Estes sujeitos, dotados de conhecimentos, reproduzem-se ao longo de gerações, através de uma relação complexa com a natureza, exercendo a atividade pesqueira tanto como principal fonte de renda, como também complemento da renda familiar, mas que com a instalação desses empreendimentos enfrentam graves problemas para se reproduzir socialmente.

Neste contexto, podemos dizer que, estamos inseridos em um processo que continuará, cada vez mais, inventariando o potencial energético dos rios para a elaboração de empreendimentos hidrelétricos. Esse fato favorece, de um lado, primordialmente, os grandes agentes econômicos do capital, e de outro, as mais diversas situações degradantes.

Segundo Sevá (2007), em cada local que ocorre a construção dessas hidrelétricas, novas situações são suscitadas na vida da população que ali reside e/ou trabalha, e que passa a conviver com um surto de problemas e complicações,

que se revelam a cada amanhecer, e cuja solução está longe de se resolver, plenamente. Para Fearnside (2015, p. 18):

O impacto social da expulsão de pessoas que viveram por gerações em um determinado lugar e cujas habilidades, tais como a pesca, não os torna adequados para outros contextos. O dano é muito maior do que no caso de deslocamento de populações urbanas ou as populações de colonos recém-chegados.

Neste sentido, tais empreendimentos que são concebidos visando à expansão da oferta de energia e, por conseguinte, o desenvolvimento econômico nacional, devem considerar os efeitos negativos locais e regionais, que são gerados antes mesmo do início das obras, promovendo a desestruturação das relações socioeconômicas.

Além disso, os planos voltados para a construção de hidrelétricas na região, englobam dezenas de grandes e pequenas barragens (FEARNSIDE, 2015). Bermann (2012) expõe que só para a bacia Amazônica brasileira, nos próximos dez anos, tem-se planejado a instalação de 26 usinas hidrelétricas, algumas dessas com obras bem avançadas.

Neste contexto, Fearnside (2015) ressalta o grande potencial hidrelétrico existente nos rios amazônicos. Essa condição transforma a região em um espaço cobiçado para a materialização desses grandes projetos pois, de acordo com o Plano 2010, foram projetados para a região, nos próximos anos, 79 hidrelétricas que independem de datas para a instalação.

Assim, as implantações desses projetos foram concebidas a longo prazo, e o potencial hidrelétrico da região continuará a ser utilizado, tendo por base o discurso da necessidade energética para o desenvolvimento econômico do país, mesmo que para isso, as populações locais sejam, cada vez mais, submetidas a processos perversos de desterritorialização.

Conforme Fenzl, Canto e Vinícius (2000), o processo de intensificação da chegada desses empreendimentos na região, ocorreu a partir dos anos de 1970, momento no qual, os rios amazônicos começam a ser inventariados visando, unicamente, dimensionar o seu potencial hidrelétrico. Cabe ressaltar que, nesse momento, a principal fonte energética brasileira advém do uso do petróleo e este encontra-se em alta no mercado internacional, atingindo preços exorbitantes.

Neste contexto de crise do petróleo, e da necessidade crescente de fontes energéticas para o desenvolvimento da indústria brasileira, é concebido para a região a primeira grande linhagem de usinas hidrelétricas, que mostram sérias implicações para o ambiente e as populações locais. Isso verifica-se, principalmente, com aquelas que passaram por deslocamento compulsório, e mesmo, grupos sociais que embora habitem nos centros urbanos, dependem diretamente do rio, como meio de obter os recursos necessários para a sua reprodução social, como por exemplo, pescadores artesanais, tão comuns nas cidades ribeirinhas amazônicas.

Assim, as hidrelétricas a fio d'água, como as UHE Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, no Amapá, parecem justificar-se mais pelo melhor rendimento em termos de geração de energia do que pela preocupação com a redução dos danos ambientais e sociais, como sugerem os Relatórios de Impactos Ambientais das hidrelétricas citadas. O discurso, em torno de tais empreendimentos, busca mostrar que estas seriam mais sensíveis à participação social e, ambientalmente, menos impactantes que as grandes hidrelétricas instaladas na região, no final dos anos 1970 e na década seguinte.

Entretanto, a literatura que vem sendo produzida, sobre essa nova geração de hidrelétricas, continua sublinhando o caráter autoritário que permeia a instalação desses grandes objetos (MALVEZZE, 2012). Desse modo, tais empreendimentos vêm sendo instalados por consórcios de grandes empresas de capital público e privado, que operam com base em uma racionalidade estritamente capitalista, ou seja, buscando reduzir custos para elevar suas possibilidades de lucro.

Como na região amazônica é onde se concentra, atualmente, em território brasileiro, o maior potencial hidrelétrico ainda pouco utilizado, os projetos concebidos para a região são diversos, pautando-se em argumentos que defendem essa geração de energia como limpa e renovável, desconsiderando os impactos sobre o meio físico e as populações locais.

Tal situação merece ser analisada mais detalhadamente, pois é como se os impactos sociais e ambientais não fossem relevantes, como se a população local não tivesse direito a sua humanidade. Assim, o que se verifica nas áreas desses projetos, principalmente, através dos atores sociais diretamente atingidos, é uma situação de lamento, angústia e incertezas, quanto ao futuro.

Nesse sentido, os GPI constituem aquilo que Martins (1991, p. 16) denomina de “projetos econômicos de envergadura”, entre os quais, considera-se as usinas hidrelétricas. Esses projetos, segundo Vainer e Araújo (1992, p. 29), movimentam “capital, força de trabalho, recursos naturais, energia e território”, o que se traduz na desestruturação da organização territorial até então existente, já que causam, “além de alterações patrimoniais (novos proprietários) e morfológicas (nova geomorfologia, novo regime hídrico, etc.), modificações nas relações sociais”.

Conforme Martins (1991), a instalação de usinas hidrelétricas inviabiliza a utilização daquilo considerado de vital importância, para a reprodução social das populações locais. Posto que:

Não se trata de introduzir nada na vida dessas populações, mas de tirá-lhes o que têm de vital para a sua sobrevivência, não só econômica: terras e territórios, meios e condições de existência material, social, cultural e política. É como se elas não existissem ou, existindo, não tivesse direito ao reconhecimento de sua humanidade (MARTINS, 1991, p. 16).

Neste contexto, a instalação de UHE evidencia um conjunto de transformações econômicas, ambientais e sociais, promovendo mudanças drásticas na vida das populações locais. Esse quadro, inevitavelmente, mostra os dois lados oriundos da implantação dos grandes projetos econômicos, como: hidrelétricas, rodovias, minerações, entre outros, através dos quais, é difundido o discurso de promoção do desenvolvimento para as regiões que os recebem, cuja realidade, nem sempre condiz com aquilo propalado.

Segundo Botelho (2001), os benefícios, advindos da instalação desses empreendimentos, são direcionados para os centros hegemônicos, deixando à margem as regiões receptoras. Em contrapartida, esses projetos econômicos buscam disseminar o discurso de avanço, procurando salientar as suas benesses e mascarar os efeitos negativos, advindos do empreendimento, cujas consequências se apresentam, geralmente, de modo drástico e trágico.

Conforme Martins (1991), os projetos se materializam em obras, que se apresentam diante das populações locais como algo desconhecido, trazendo consigo novas relações sociais e, que modificam, substancialmente, as antigas relações. Nesse sentido, para o autor, as transformações não ocorrem somente através da interferência física, que é representada pela barragem e o lago, mas

também, por meio da chegada de pessoas de outras localidades, constituindo aquilo que podemos denominar como: a chegada do estranho.

Embora, a população local tenha conhecimento da chegada do grande projeto, são poucos aqueles que realmente sabem dos efeitos deste em suas vidas. Muitos fazem ideia de que serão afetados, mas os efeitos pensados, principalmente os positivos, são geralmente menores em relação aquilo que realmente ocorre. Então, no momento de instalação do empreendimento, busca-se promover o discurso de crescimento e progresso, relacionados à geração de empregos, à melhoria nas condições de infraestrutura, saúde, educação e à inserção da região no cenário nacional. Fomentado, pelo discurso oficial promovido pelo Estado, segundo Vainer e Araújo (1992, p. 49):

(...) depois de escolhida a localização e os grandes projetos a serem implementados, o discurso oficial vai embalar suas decisões na teoria dos polos de desenvolvimento, na promessa de redução das desigualdades regionais, na propaganda de uma ilusória interiorização do crescimento.

Neste contexto, a instalação de empreendimentos hidrelétricos evidencia bem essa realidade, visto que o discurso propalado busca ressaltar a necessidade de aumentar o potencial energético para o desenvolvimento econômico do país, tal como vem se verificando no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC. Neste, observa-se grande interesse do Estado brasileiro em expandir a construção de hidrelétricas nos rios amazônicos. Nesta ótica, verifica-se que, o espaço tem valor com base prioritária na disponibilidade dos recursos naturais. Conforme Santos (1995 p.15-16):

(...) quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer para o país e para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração do mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, vem exatamente destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais.

Diante desse quadro, depreende-se que esses grandes objetos geográficos são concebidos para servir uma lógica produtiva, que não tem como finalidade principal a população local, mas atores sociais que fazem parte de forças produtivas que estão a serviço do capital, situação que não difere da realidade brasileira.

## 2.4. Hidrelétricas na Amazônia amapaense

No que concerne à Amazônia amapaense, a utilização dos recursos hídricos, para geração energética, remete-se à década de 70, período no qual ocorre a implantação da hidroelétrica Coaracy Nunes, primeira usina hidrelétrica na bacia do rio Araguari, cuja produção energética voltava-se, especialmente, para os dois municípios que concentravam, tanto o maior contingente populacional, quanto os meios de produção mais desenvolvidos: Macapá e Santana.

Nessa conjuntura, o Amapá atendia por Território Federal (1940-1988), sendo válido ressaltar, que a justificativa para sua criação estava vinculada ao discurso do interesse de defesa nacional. Porto (2002) destaca que, objetivando a defesa da fronteira brasileira setentrional, foram concebidos, além do Território Federal do Amapá, os Territórios de Guaporé, Rio Branco, Iguazú e Ponta Porã.

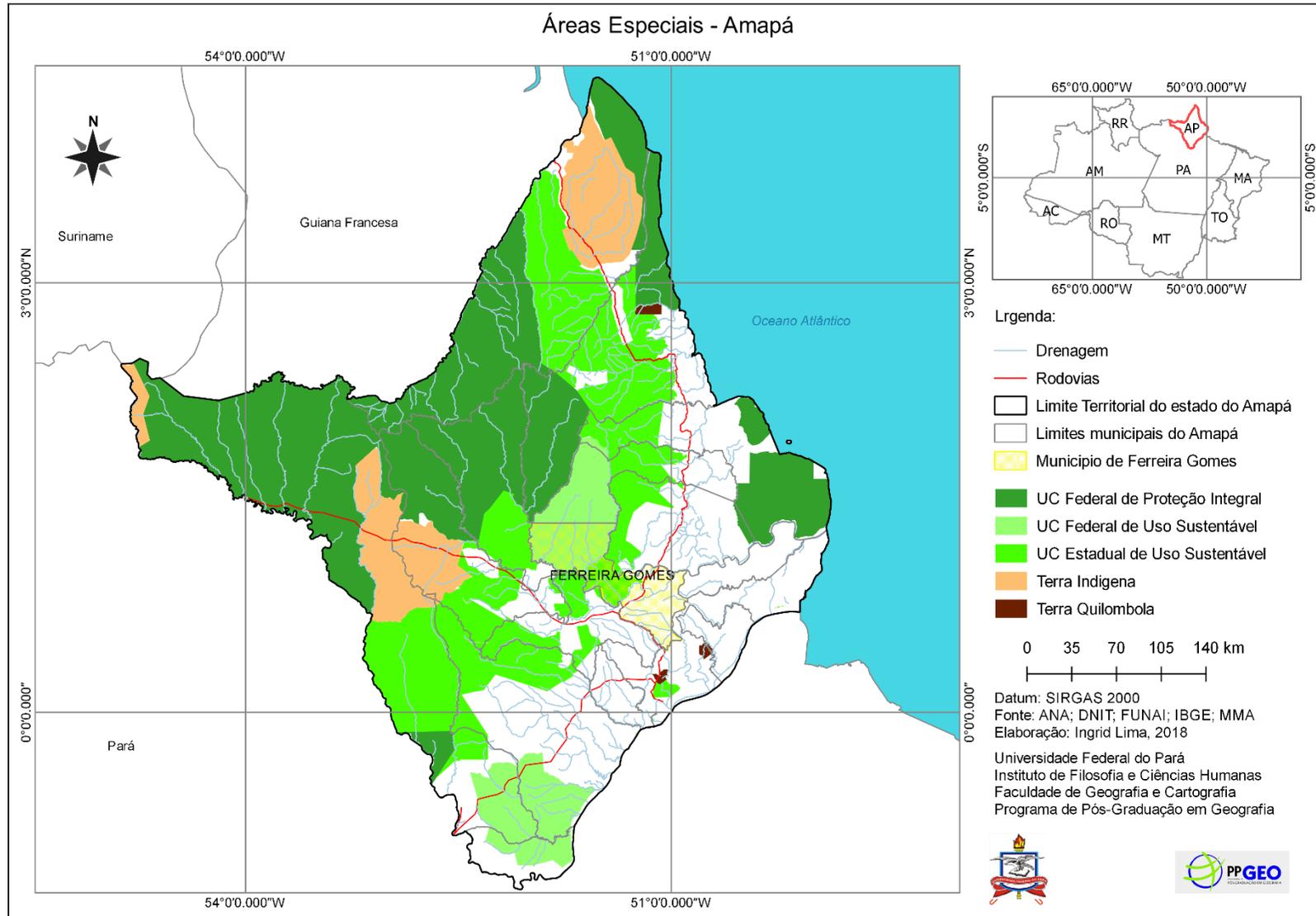
No que se refere ao Território do Amapá, sua formação se iniciou, a partir do desmembramento dos seguintes municípios paraenses: Almerim, Mazagão, Macapá e Amapá (PORTO, 2002). Ainda segundo o autor supracitado:

A partir dos referidos Municípios formadores, esta Unidade Administrativa passou pelas seguintes reestruturações territoriais municipais: a) do Amapá, originaram: Oiapoque (por preocupações geopolíticas), Calçoene (pela exploração aurífera) e Tartarugalzinho (por movimentos políticos locais); b) de Macapá, foram criados: Ferreira Gomes (influenciado pela construção da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes), Itaúbal, Cutias, Pracuúba (por movimentos políticos locais), Porto Grande, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio e Santana (ambas originadas por atuação de empresas nas suas áreas); c) de Mazagão, nasceu Laranjal do Jari; e d) deste município, originou-se Vitória do Jari. Estes dois últimos municípios são da área de influência imediata do complexo industrial do Jari (PORTO, 2002, p. 4).

Destaca-se nesse processo, que os municípios formadores do Território do Amapá e, posteriormente, Estado do Amapá, originaram-se atrelados a interesses de cunho geopolítico, de exploração e utilização de recursos naturais.

Ademais, o Amapá, por apresentar em seu território grandes riquezas minerais e recursos naturais, tornou-se alvo dos GPI. Embora se identifique a criação de Áreas Especiais, como Terra Indígena, Terra Quilombola, Unidade de Conservação Estadual de Uso Sustentável, Unidade de Conservação Federal de Proteção Integral e Unidade de Conservação Federal de Uso Sustentável (Mapa 2), visando a proteção e o uso racional dos recursos naturais, verifica-se que as populações locais, especialmente, aquelas que vivem próximas a esses grandes projetos, têm suas vidas modificadas, sofrendo os seus efeitos diretos (SILVA; LIMA; SILVA, 2016).

**Mapa 2. Áreas Especiais no Estado do Amapá**



Neste contexto, destaca-se a bacia do rio Araguari, que reúne trechos dessas áreas especiais, além de apresentar em seu curso, um conjunto de usos múltiplos, englobando, a exploração mineral, os empreendimentos hidrelétricos e a bubalinocultura extensiva, atividades que promovem graves modificações no ambiente a longo prazo. No que concerne aos empreendimentos hidrelétricos, observa-se sua concentração no trecho do médio rio Araguari, com as Hidrelétricas Coaracy Nunes e Ferreira Gomes, a jusante, e a montante, a Cachoeira Caldeirão (Mapa 3).

A Eletronorte opera a Usina Coaracy Nunes desde 1976, momento no qual as atenções estavam direcionadas para a Usina de Tucuruí no Pará, cujo projeto dado a sua magnitude<sup>25</sup>, ofuscou de certo modo a importância desse empreendimento para o Amapá e a história do setor elétrico brasileiro (ACCIOLY; ARAÚJO; GAMA, 2011).

Ainda segundo os autores citados, desde o processo inicial até a finalização das obras, passaram-se mais de 15 anos e, dada as condições vigentes, muitos aspectos do projeto, e do modo em que se deu sua construção, são precários e desconhecidos.

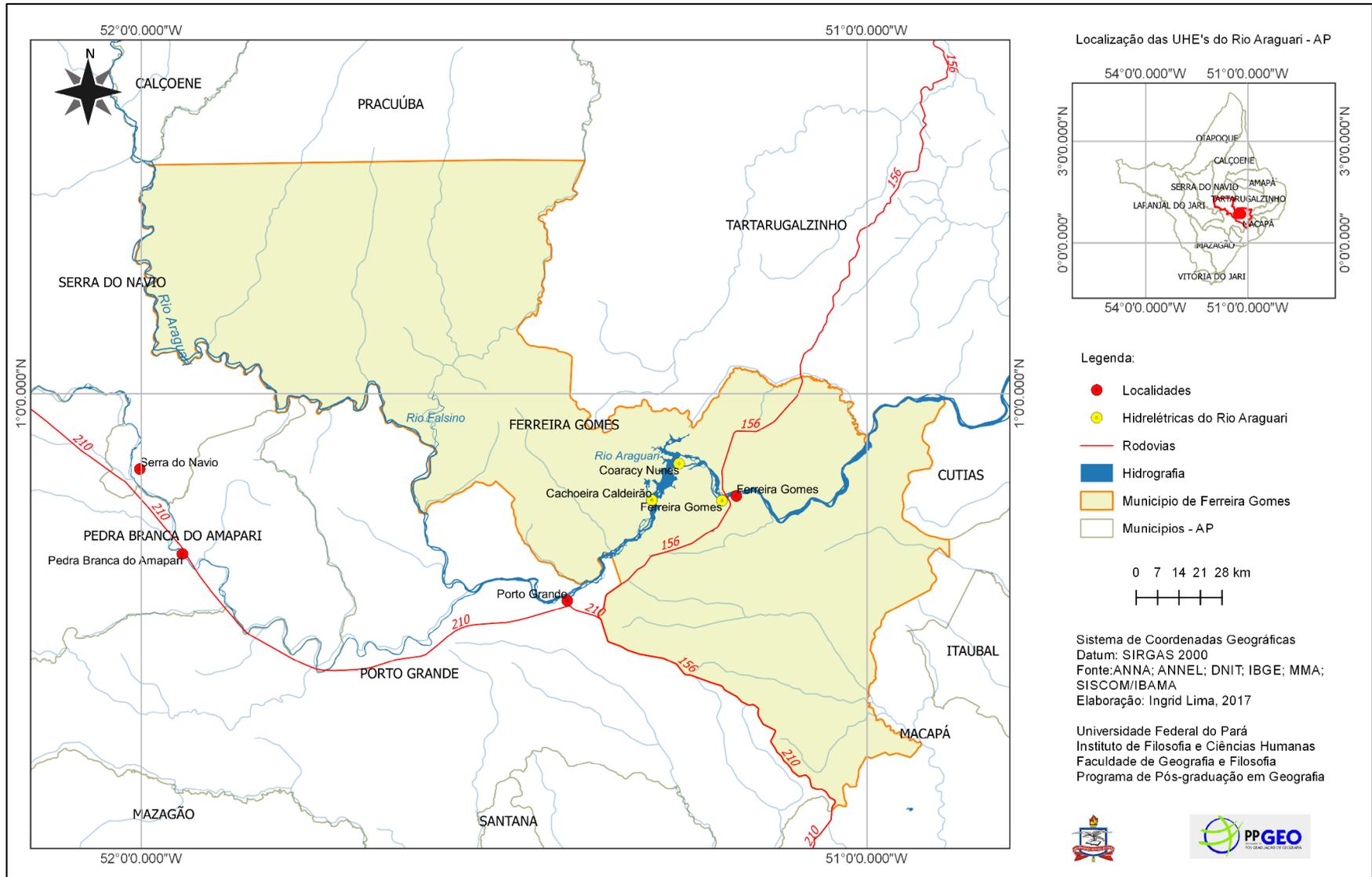
Por sua vez, as UHE Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, diferentemente da Coaracy Nunes, tiveram seu processo inicial de implantação em 2011 e 2013, respectivamente. As empresas responsáveis pelo aproveitamento hidrelétrico (AHE) foram: a Eletronorte, a Construtora Norberto Odebrecht e a Neoenergia Investimentos S.A. (ECOTUMUCUMAQUE, 2009a; ECOTUMUCUMAQUE, 2013).

A hidrelétrica Ferreira Gomes foi leiloadada pela ANEEL no ano de 2010, cuja empresa vencedora foi a Alupar Investimentos S.A. (Alupar), ofertando R\$ 69,78/MWh. Tal empreendimento tem capacidade instalada de 252 MW (ANEEL, 2010). Por outro lado, as empresas que operam a Usina Cachoeira Caldeirão são a Energias do Brasil (EDP) e a CWEI Brasil Participações, vencedoras do leilão promovido também pela ANEEL com valor ofertado de R\$ 95,31/MWh, capacidade instalada de 219 MW (ANEEL, 2012).

---

<sup>25</sup> Vide Rocha (2008) que aborda entre outros fatores, o processo de implantação da Hidroelétrica de Tucuruí.

**Mapa 3 - Localização das hidrelétricas Coaracy Nunes, Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão no Rio Araguari**



**FONTE:** Marinho et al. (2017).

Cabe mencionar, que as hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão estão inseridas no segundo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Embora a implantação desses empreendimentos tenha ocorrido nos últimos anos, destaca-se que elas datam de estudos concebidos para a bacia do rio Araguari ainda nos anos 90. Conforme Chagas (s/d), o primeiro estudo para a referida bacia foi realizado pela Eletronorte em parceria com empresa Hidros Engenharia, na década de 1990.

Todavia, a efetivação física dessas obras ocorreu apenas nos últimos anos, evidenciando o papel da região amazônica, como detentora de potencial hídrico a ser aproveitado, em distintos momentos conforme a demanda do país, como ocorreu com o rio Araguari e com inúmeros outros rios localizados em diferentes áreas da região.

Nesse processo, assim como os demais rios da região amazônica, o rio Araguari é considerado a partir do seu potencial energético, tendo valor conforme a sua potencialidade hidrelétrica que segundo Silva, Lima e Silva (2016) compõem um dos recursos mais importantes do Amapá.

Segundo os autores supracitados, a exemplo daquilo que ocorreu em outros estados brasileiros, a instalação desses empreendimentos hidrelétricos no estado, tanto no passado como na atualidade, atende a uma demanda exterior à região<sup>26</sup>, e não a população amapaense.

A situação que vem se delineando, no contexto da instalação das UHE Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, que visam em um contexto mais geral, atender a crescente demanda do mercado, deixa em segundo plano, as necessidades da população local e de áreas circunvizinhas. Este fato pode ser evidenciado com a construção e “(re) potencialização de usinas antigas (o caso de Coaracy Nunes), além de interligar a geração de energia na Amazônia ao sistema nacional e aos sistemas isolados, atendendo assim, a demanda crescente das indústrias” (CHAGAS apud SILVA; LIMA; SILVA, 2016).

Neste sentido, com a (re) potencialização e implantação de novas usinas na região, o estado do Amapá, que ainda não integra o Sistema Interligado Nacional<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> Demanda está representada pelos grandes projetos, entre eles, os minero-metalúrgicos (SILVA, et. al. 2017).

<sup>27</sup> “Permite que diferentes regiões do país permutem energia excedente entre si. Além disso, interliga as geradoras de energia – na maioria hidrelétricas – localizadas longe dos centros consumidores e

(SIN), poderá dar a sua contribuição a partir da implantação do linhão Tucuruí-Macapá-Manaus (ECOTUMUCUMAQUE, 2009a).

Como pode-se perceber, através do discurso propalado pela empresa construtora dos novos empreendimentos na região, a necessidade de expansão energética ocorre em função da necessidade de alimentar o SIN e, por conseguinte, a indústria e os grandes projetos dispersos no território brasileiro, tal como, os minero-metalúrgicos, voltados especialmente, para atender a demanda de mercados externos, desconsiderando o contexto local.

Diante do exposto, os rios amazônicos, continuarão a ser considerados como fornecedores de potencial energéticos para a reprodução do capital, logo as populações locais seguirão sofrendo os impactos advindos desses empreendimentos, tendo o seu modo de vida desestruturado, perdendo aquilo de grande relevância para a sua reprodução social.

Nessa conjuntura, inserem-se os pescadores artesanais de Ferreira Gomes, que a partir da implantação das usinas hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, foram impossibilitados de exercerem suas atividades nos espaços que tradicionalmente trabalhavam, sofrendo com o comprometimento dos pesqueiros e, conseqüentemente, enfrentando grandes dificuldades para se reproduzirem.

---

dependentes do regime pluviométrico regional, com altos e baixos em sua produtividade” (ECOTUMUCUMAQUE, 2009a, p.14).

## **CAPITULO III UHE E PESCA ARTESANAL NO RIO ARAGUARI**

A implantação de GPI promove um conjunto de alterações em regiões nas quais se instalam. No que refere aos projetos hidrelétricos, essa situação não é diferente, pois são inúmeros os relatos que confirmam as modificações decorrentes dessas obras na vida das populações locais, incidindo, diretamente, na reprodução social dos grupos que se relacionam com a natureza, dentre eles, os pescadores artesanais.

Desse modo, este capítulo trata das implicações decorrentes das hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão sobre a pesca artesanal no rio Araguari. Assim, procura-se, inicialmente, caracterizar os pescadores artesanais de Ferreira Gomes, mostrando a importância do desenvolvimento dessa atividade para esses indivíduos. Em seguida, elenca-se os apetrechos de pesca, comumente utilizados, e os impactos evidenciados na pesca com a transformação do rio em lago. Por fim, ressalta-se a desestruturação dos territórios de pesca e as incertezas dos pescadores quanto o desenvolvimento dessa atividade.

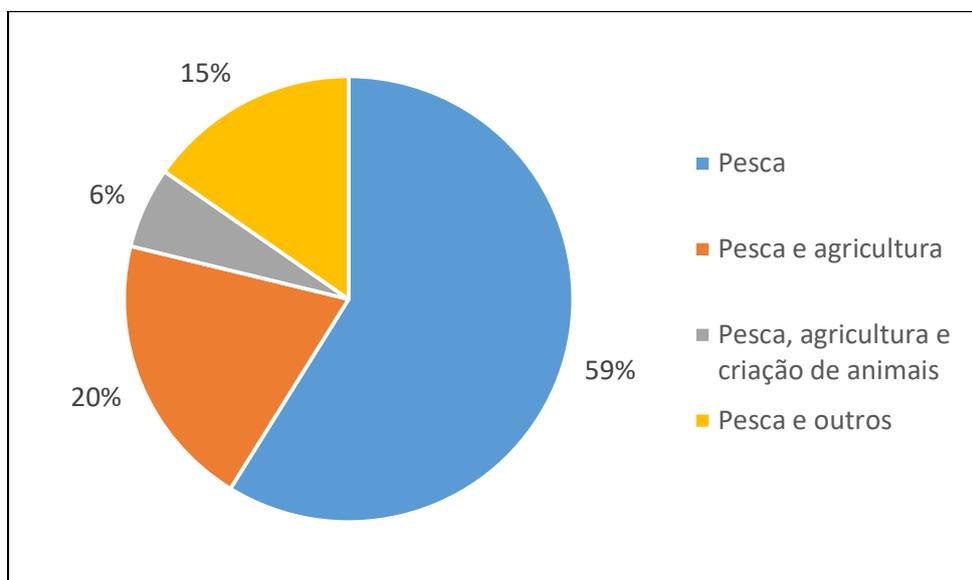
### **3.1 Caracterização dos pescadores e da pesca artesanal no município de Ferreira Gomes**

Os pescadores artesanais de Ferreira Gomes, a exemplo daquilo que se verifica em outras localidades da região Amazônica em geral, são pais e mães de família que enxergam na pesca, uma alternativa viável de fonte de renda, representando em inúmeras situações, o principal meio de alcance de recursos necessários para a sua reprodução social. Tal situação atua para a presença constante desses indivíduos no rio, podendo ocorrer tanto diariamente, nas pescarias mais próximas que ocorrem pela manhã ou no final da tarde, como em pescarias mais distantes, na qual, passa-se de dois a quatro dias fora e, um ou dois dias em casa, recomeçando em seguida, o mesmo processo.

A pesca trata-se, nesse sentido, de uma atividade que assume significativa importância econômica, sendo exercida tanto como ocupação principal, quando envolve aqueles indivíduos dispersos no meio urbano, quanto desempenhada em conjunto a outros serviços, como a agricultura e criação de animais, modalidade desenvolvida, constantemente, pelos pescadores que se concentram em localidades

mais afastadas da cidade de Ferreira Gomes. No gráfico 1 é possível observar melhor essa distribuição dos pescadores, conforme as atividades que exercem.

**Gráfico 1** - Pescadores que exercem apenas a pesca e a pesca aliada a outras ocupações.



**Fonte:** Elaborado a partir dos dados da pesquisa em campo.

A partir da análise do gráfico 1, percebe-se que o desenvolvimento da pesca é atividade exclusiva de mais da metade dos pescadores entrevistados, representando cerca de 59%. É importante salientar, que os pescadores que desenvolvem a pesca e outras ocupações<sup>28</sup>, que correspondem a 15%, são encontrados tanto no meio urbano como rural, os quais, em sua maioria, exercem a pesca para o autoconsumo, sobretudo, a partir da construção das hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, como será abordado posteriormente.

Em relação aos pescadores que desenvolvem a pesca e agricultura, estes representam 20% e, por conseguinte, a pesca, agricultura e criação de animais, cerca de 6%. Geralmente como mencionado anteriormente, localizam-se em lugares mais distantes da cidade, vivendo em pequenas comunidades, tal como na comunidade da Terra Preta, comunidade do Barro ou então no Paredão. Esses indivíduos não necessariamente, têm a pesca como atividade principal, concentram-

<sup>28</sup> Ressalta-se, que nesta pesquisa denominamos de outras ocupações, os serviços importantes para a reprodução social dos pescadores, mas que possuem percentuais pequenos se forem abordados individualmente. Esses trabalhos se referem à carpintaria, marcenaria e construção civil, no que se refere ao sexo masculino e; costura, serviços gerais e comercialização de comidas típicas e vestuários, no que concerne ao sexo feminino.

se mais seus esforços na agricultura, cuja produção é comercializada nos finais de semana na Associação dos Agricultores em Ferreira Gomes<sup>29</sup>.

Esses pescadores relatam, que realizam a pesca constantemente, mas que isso ocorre, muitas vezes, próximo ao seu local de moradia e, não raramente, ao entardecer, tendo como finalidade imediata o consumo. Nesta modalidade, a pesca constitui, portanto, uma atividade de caráter secundário, já que durante o dia, o pescador possui outra ocupação.

Em face dessas constatações, entende-se que os pescadores entrevistados apresentam características que nos permitem associa-los às categorias apresentadas por Diegues (1983; 1995) e Furtado (1993), ao distinguirem esses atores sociais, conforme o grau de importância atribuída a essa atividade no interior do núcleo familiar. A pesca então garante, de um lado, as mínimas condições de sobrevivência, para aqueles que a utilizam como principal fonte de renda e, por outro lado, contribui para a dieta alimentar daqueles que realizam essa atividade para o autoconsumo ou como forma complementar à renda familiar, em paralelo com outros serviços.

Destarte, dada as condições de fragilidade<sup>30</sup> na qual esses indivíduos se encontram, identificou-se, que além dos recursos oriundos da comercialização dos recursos pesqueiros, e do desenvolvimento de outras atividades, os benefícios sociais representam uma importante fonte de renda. Embora 23% dos entrevistados ressaltem que não recebem qualquer ajuda, sobrevivendo unicamente da pesca, 77% mostra o contrário, como pode ser visualizado no gráfico 2, que apresenta o percentual individual dos benefícios sociais segundo os pescadores entrevistados.

Através do gráfico exposto, depreende-se que, 6% dos pescadores são aposentados, mas que essa renda se mostra insuficiente, para manter as suas condições mínimas de sobrevivência, situação que os leva a procurar outras formas de complementar a renda, bem como, argumentam que desenvolveram essa atividade a vida toda e, que gostam daquilo que fazem. Assim, percebe-se que são

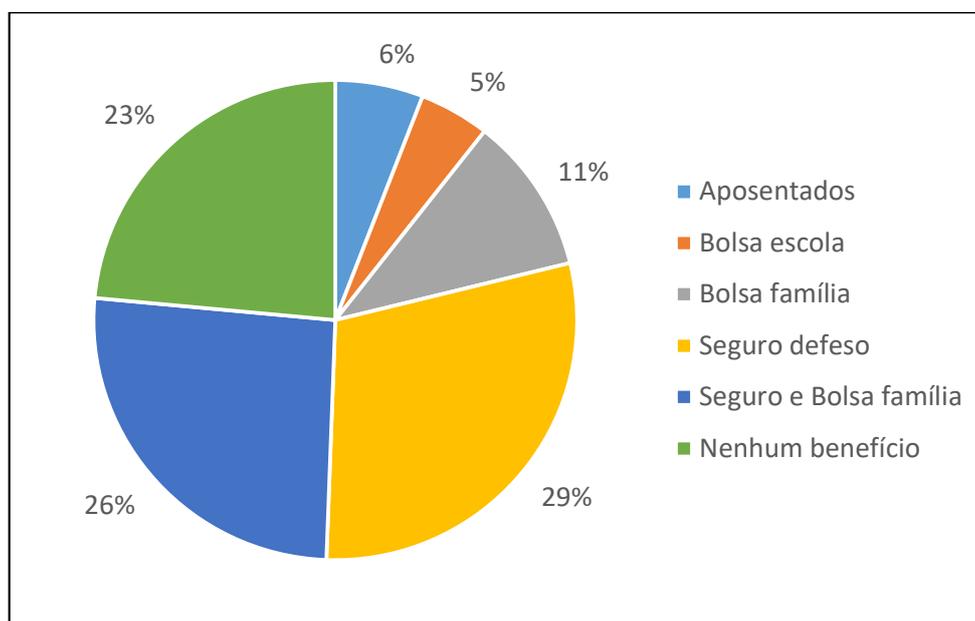
---

<sup>29</sup> Local no qual, nos finais de semana, agricultores do município de Ferreira Gomes expõem seus produtos para serem comercializados, tais como: feijão, couve, chicória, pimentão, tomate, mandioca, farinha, tucupi, dentre outros.

<sup>30</sup> Fragilidades essas entendidas como incertezas, quanto a sua reprodução social, tanto pela diminuição de recursos pesqueiros e pela mortandade de toneladas de peixes ocorridas entre 2014 a 2018 (28-31/07/2014, 30/08-04/09/2014, 04/10/2014, 13/11/2015, 19/01/2016, 24/01/2016 e 17/02/2018), bem como o medo que os mesmos sentem por encontrarem-se em localidades já submersas em função de enchente ocorrida em 2015.

impulsionados para o rio, tanto por necessidade quanto por gostar daquilo que se faz.

**Gráfico 2** - Benefícios recebidos pelos pescadores em Ferreira Gomes.



**Fonte:** Elaborado a partir dos dados da pesquisa em campo.

Outros benefícios recebidos referem-se à bolsa família e bolsa escola, que correspondem, respectivamente, a 11% e 5%. Diferentemente do grupo anterior, esses pescadores dependem mais da renda oriunda das pescarias, porque o valor recebido é suficiente apenas para comprar alguns itens da cesta básica<sup>31</sup>. Por outro lado, 26% afirmam receber o seguro defeso e a bolsa família, 29% apenas o seguro defeso e 23% nenhuma ajuda. Diante desse quadro, identifica-se que uma parcela importante desses pescadores depende da pesca, e de benefícios advindos de programas sociais. Esses resultados também evidenciam, que nem todos possuem algum tipo de ajuda, situação que os tornam mais dependentes da captura e comercialização desses recursos pesqueiros.

Vale ressaltar, que foram entrevistados, em Ferreira Gomes, tanto pescadores associados a Colônia Z-7 (Figura 2), quanto aqueles que exercem a atividade, mas que não apresentam qualquer vínculo com a colônia de pescadores, seja de Ferreira Gomes ou de outra localidade.

<sup>31</sup> Os itens relatados, em sua maioria, referem-se ao café, açúcar, bolacha, sal e algum enlatado.

**Figura 2-** Sede da Colônia do Pescador Z-7



**Fonte:** Pesquisa de campo da autora.

Nesse contexto, principalmente, os mais antigos ressaltam que não é preciso ter formação escolar para aprender a técnica, mas saber utilizar a “manha”<sup>32</sup>. O aprendizado vem da labuta diária, conhecimento que adquiriram ao longo de anos de pesca na “popa da canoa”<sup>33</sup>, no rio Araguari. Cabe destacar ainda, que muitos relatam, principalmente os pescadores mais novos, que iniciaram os estudos, mas que não terminaram, seja pela necessidade de trabalhar ou pela escola ser distante do local de moradia. Esta situação reflete no grande número de indivíduos, que somente encerraram o 1º grau, como pode ser comprovado por meio do gráfico 3.

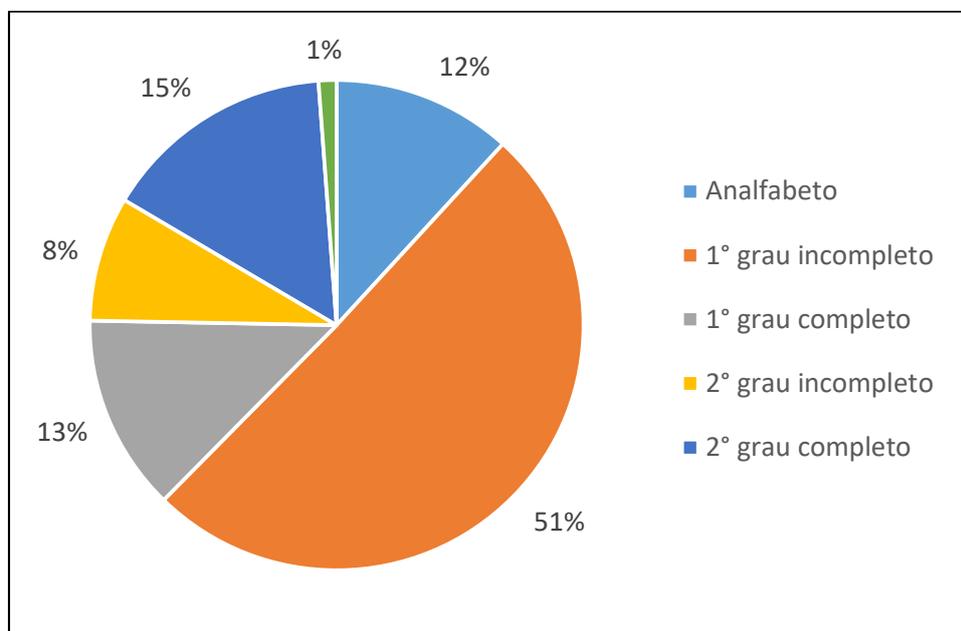
Conforme os dados apresentados no gráfico acima, 51% dos entrevistados possuem 1º grau incompleto, e 8% apresentam 2º grau incompleto, dados que traduzem a realidade de muitos municípios da região amazônica, em que a taxa de evasão escolar ainda é grande. Embora se verifique, segundo dados divulgados em 2017 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a queda da evasão de alunos, em todas as etapas da educação para os

<sup>32</sup> Referem-se ao modo que se posicionam para jogar a rede, o anzol, as marés e fases da lua propícias para as pescarias, saber adentrar no meio do mato (área alagada com ramos de árvores).

<sup>33</sup> A popa da canoa segundo o pescador A1 (54 anos) refere-se a parte traseira, local de onde pilotam a canoa ou a rabeta, embarcações comuns nas pescarias.

estados brasileiros nos últimos 10 anos, percebe-se que, esse número ainda é grande em função de um conjunto de fatores, dentre eles, aqueles apontados pelos pescadores de Ferreira Gomes como: a distância do local de moradia para a escola e a necessidade de contribuir com as despesas familiares.

**Gráfico 3** - Grau de escolaridade apresentado por pescadores em Ferreira Gomes.



**Fonte:** Elaborado a partir dos dados da pesquisa em campo

Ademais, mesmo os que possuem o 1º e o 2º grau completo, pela pouca ou nenhuma qualificação profissional, são impossibilitados de reproduzir-se de outro modo, encontrando sérias dificuldades para encontrar trabalho, conseguindo muitas vezes, apenas serviços que exigem a força bruta e de modo temporário, levando-os a optar pelas pescarias.

O pescador A2 (41 anos) destaca a proximidade com o rio Araguari, como sendo um fator favorável para o desenvolvimento das pescarias, uma vez que, é possível deixar a embarcação próxima a sua residência retirando, em alguns casos, apenas o motor de popa quando necessário. Como pode ser visto na figura 3, que mostra pequenas embarcações, popularmente, denominadas de rabeta, utilizadas para as pescarias próximas à cidade de Ferreira Gomes e, por outro lado, mais ao fundo da foto, pode-se observar outra embarcação, de maior porte, que apresenta melhores suportes às viagens mais distantes, como será visto em tópico posterior.

Pode-se inferir, portanto, que em sua maioria, os pescadores habitam próximos ao rio Araguari, tanto aqueles dispersos no meio urbano, como aqueles

que vivem em comunidades mais distantes da cidade de Ferreira Gomes. Desse modo, ambos apresentam uma estreita relação com o rio, atribuindo grande importância tanto no que concerne à fonte de renda, constituindo ganha pão de inúmeras famílias de pescadores, como também, meio de lazer, principalmente nos meses de verão, nos quais os bancos de areia, formados a partir da construção das hidrelétricas, ficam expostos, atraindo tanto a população local<sup>34</sup> como aquelas de localidades mais distantes, como por exemplo, de Macapá.

**Figura 3** - Embarcações utilizadas por pescadores em Ferreira Gomes.



**Fonte:** Pesquisa de campo da autora.

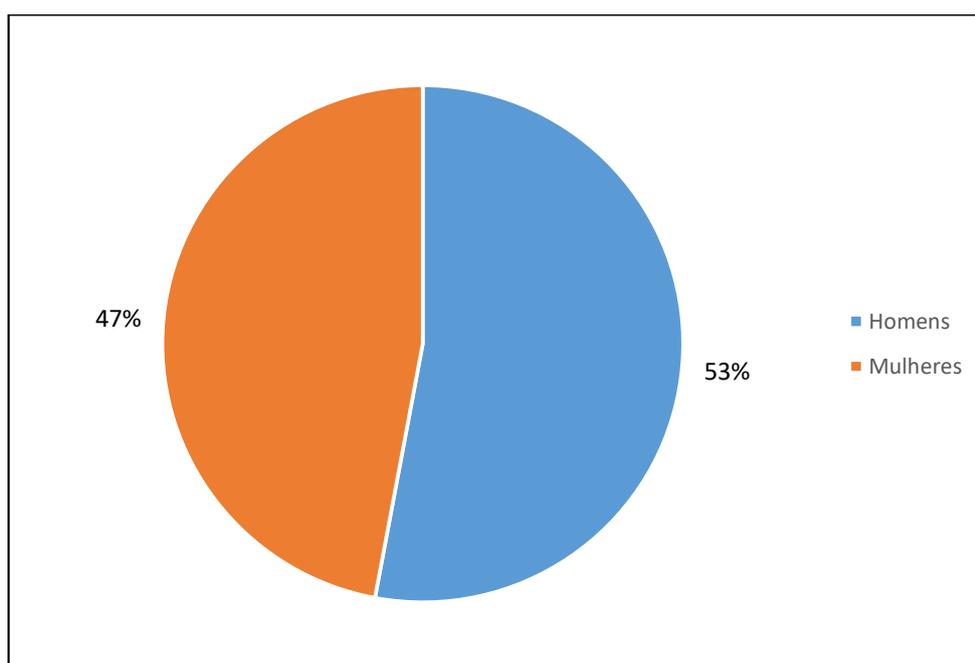
Outra característica que cabe destacar, refere-se ao papel representado pelas pescadoras no rio Araguari. Sabe-se, tradicionalmente, que a mão de obra mais utilizada no desenvolvimento da pesca é a masculina, contudo, observa-se que a inserção da mulher, nesse universo predominantemente masculino, é de grande relevância em Ferreira Gomes, correspondendo a cerca de 47%, como pode ser visto no gráfico 4, cujas pescarias ocorrem tanto em parceria com seus esposos e filhos (as) ou sozinhas. Independentemente disso, mostram grande presteza com os apetrechos de pesca, bem como dos conhecimentos adquiridos com seus antepassados.

---

<sup>34</sup> Aquelas pessoas que vivem em Ferreira Gomes e nos municípios próximos, tal como, Porto Grande.

Essa prática ainda denota sentimento de saudosismo do passado, tempo em que o rio Araguari era regido pela natureza, sem a presença de monumentais obras de engenharia, que vem atuando na transformação do ambiente natural e, por conseguinte, no próprio desenvolvimento da pesca, refletindo, negativamente, na reprodução social daqueles que dependem diretamente dos recursos pesqueiros, tal como dos pescadores aqui entrevistados.

**Gráfico 4** - Distribuição de homens e mulheres entrevistados que desenvolvem a pesca no médio Araguari.



**Fonte:** Elaborado a partir dos dados da pesquisa em campo

Desse modo, a partir da porcentagem de homens e mulheres entrevistados, denota-se que a diferença entre ambos os sexos é relativamente pequena, correspondendo cerca de 3%. A pescadora B1 (33 anos), descreve que, desde criança, participa das pescarias, aprendeu a arte desse ofício com o pai, e depois que se casou, passou a exercer a atividade com o esposo, dizendo que só não o acompanha quando “tá de criança pequena que não tem como levar”.

Não obstante, identifica-se também mulheres, que não realizavam essa atividade, mas que a partir do momento que casaram ou se “amigaram” com pescadores, passaram a acompanhar e participar das pescarias. A pescadora B2 (34 anos) relata, que antes desconhecia os apetrechos de pesca, os pesqueiros, os nomes de peixes e as prestezas utilizadas, para não alagar a canoa nos lugares

com fortes correntezas, aprendendo essas técnicas com a prática, dizendo que, na atualidade, a realidade é outra, mostrando-se satisfeita com os conhecimentos adquiridos, ao longo de mais de duas décadas de trabalho.

Diante do exposto, percebe-se que os pescadores (as) entrevistados (as) são pessoas simples que se criaram em relação direta com o rio, desenvolvendo a arte da pesca desde a infância ou quando adultos, a partir do casamento. Em ambas as situações, as pescarias agrupam o grupo familiar ou de conhecidos. Por constituir uma atividade realizada, em sua maioria, por pescadores artesanais, os apetrechos utilizados, a exemplo daquilo que ocorre em outras regiões da Amazônia, são geralmente rudimentares, podendo ser produzidos pelos próprios indivíduos, como pode ser observado a seguir.

### **3.2 Pesca no médio Araguari: apetrechos comumente usados no município de Ferreira Gomes**

Ao constituir uma atividade exercida nos mais diversos ambientes, como por exemplo, oceanos, rios, lagos, igarapés, dentre outros, a atividade pesqueira pode apresentar particularidades que a distingue de região para região, entre ambientes e, em meio a pescadores, que desenvolvem a captura desses recursos, em uma dada localidade. Tais diferenças encontram-se relacionadas, dentre outras características, conforme os apetrechos, os tipos de embarcações e a existência ou não de territórios de pesca.

Silva, et al. (2016a), comenta que os pescadores, buscando melhores resultados, desenvolvem técnicas que permitem a sua especialização no meio aquático, empregando, não raramente, equipamentos mais sofisticados<sup>35</sup> quando reúnem condições econômicas propícias. A adoção desses equipamentos ocorre com mais frequência, principalmente, nas pescarias realizadas por frotas pesqueiras na zona costeira e alto mar. Contudo, dada a natureza dessa atividade realizada por pequenos pescadores nos rios amazônicos, as tecnologias são mais rudimentares, produzidas muitas vezes pelos próprios pescadores, objetivando reduzir custos.

No que concerne aos pescadores de Ferreira Gomes, evidencia-se que, em consonância com aquilo que se observa em outras localidades da Amazônia, os

---

<sup>35</sup> Esses equipamentos podem ser por exemplo, “redes maiores, embarcações equipadas com caixa de gelo, utilização de equipamentos modernos como o Sonar e o GPS etc.” (SILVA, 2016, p.196).

indivíduos, de um lado, podem tanto confeccionar os apetrechos utilizados, comprando apenas aqueles que não podem produzir quanto, por outro lado, adquirem todos os materiais já produzidos, especialmente, aqueles que trabalham apenas com redes de grandes metragens<sup>36</sup>.

O pescador A3 (30 anos) relata, que embora saiba entralhar as malhadeiras que utiliza, prefere comprá-las no comércio, considerando menos oneroso, pois para o entrevistado, a diferença econômica entre o primeiro modo e o segundo, não são tão significativas assim e, ainda economiza tempo. Além disso, relata que, prefere utilizá-las até ficarem imprestáveis para o uso, não tendo por costume “tapar os furos”.

Por outro lado, o pescador A4 (48 anos) conta que adquire alguns apetrechos já fabricados, mas que, em sua maioria, ele mesmo os confecciona, como pode ser visualizado na figura 4, na qual, tem-se exposta uma rede de pesca entalhada pelo mesmo. A agulha utilizada para esse serviço encontra-se no canto superior à direita da foto, sinalizada com a seta vermelha. Vale enfatizar, que alguns pescadores também produzem suas próprias agulhas, a partir da extração e manejo de vegetais encontrados na natureza, mas que requer bastante habilidade para produzi-las, segundo o indivíduo entrevistado.

Além das redes de pesca e agulhas, o pescador supracitado mostra que tem apreço em produzir também as zagaias que utiliza, relatando que, primeiro seleciona as “varas” que serão usadas, para depois assentar as pontas, geralmente metálicas e afiadas, empregadas principalmente, nas pescarias noturnas para a captura de peixes grandes. Entretanto, é importante ressaltar, que a utilização desse apetrecho<sup>37</sup> não constitui uma prática recorrente, entre a grande maioria dos pescadores de Ferreira Gomes, sendo utilizado apenas por uma minoria.

---

<sup>36</sup> São redes destinadas a malhar peixes de tamanho grande, pois dependendo da rede utilizada os recursos fisgados podem ser grandes, médios e pequenos.

<sup>37</sup> Conforme Silva, et al. (2016b), a utilização da zagaia ou arpão ainda é bastante recorrente por pescadores no médio rio Amazonas – PA, principalmente na captura do pirarucu (*Arapaima gigas*).

**Figura 4** - Rede de pesca entalhada por pescador.



**Fonte:** Pesquisa de campo da autora.

A baixa adesão da zagaia (figura 5), também denominada de arpão dependendo da localidade utilizada, ocorre dentre outros fatores, por exigir do pescador habilidades como a pontaria, e a necessidade de se desenvolver em parceria com outro pescador, posto que, em conformidade com Farias (1988), é necessário que um dos indivíduos conduza a canoa lentamente, enquanto o outro se posiciona na proa da canoa, para capturar o peixe.

Diferentemente daquilo que ocorre com a zagaia, verifica-se que a utilização de espinhel e trapos se dão, de modo mais frequente, pelos pescadores de Ferreira Gomes. O uso desses apetrechos pode ocorrer de modo simultâneo, possibilitando que o pescador assente à margem do rio, uma quantidade significativa de trapos, ao mesmo tempo, que o espinhel e outros apetrechos encontram-se em uso. Conforme o pescador A5 (24 anos), costuma-se levar para as pescarias, até 60 trapos que são espalhados, relativamente, próximos e em locais específicos do rio Araguari, especialmente, em áreas de remanso, enquanto espera-se o peixe ser fizado, utiliza-se a zagaia e linha de mão.

**Figura 5** - Zagaias em uso e varas para a confecção de outras.

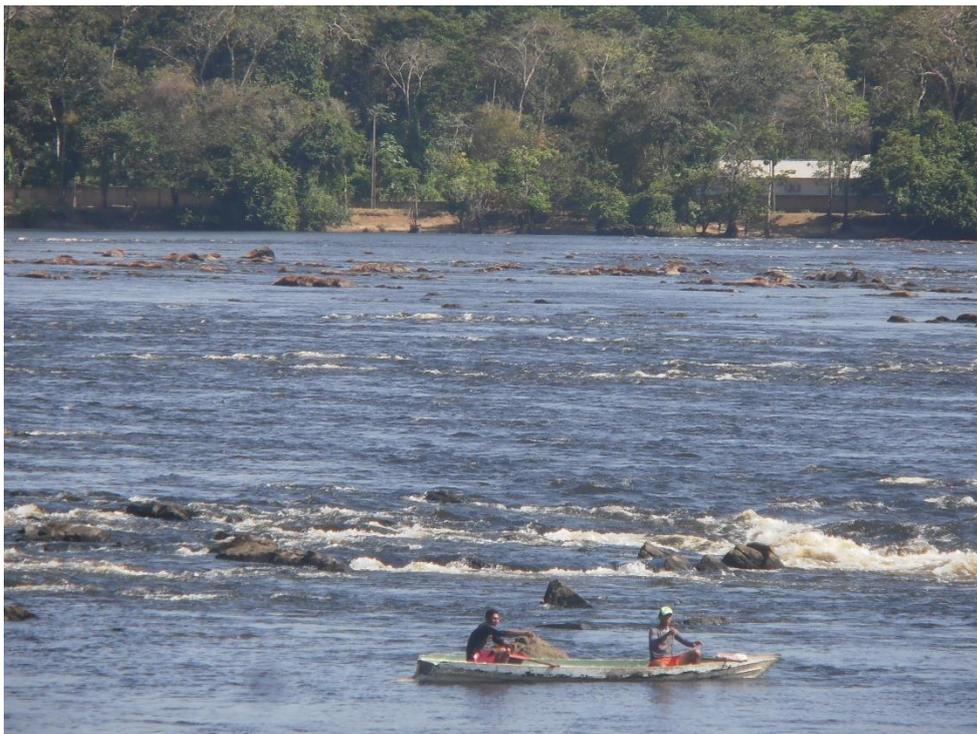


**Fonte:** Pesquisa de campo da autora.

Aliás, a linha de mão representa um dos apetrechos de trabalho mais utilizados, tanto pelos pescadores, que desenvolvem essa atividade de modo secundário, como entre aqueles que a desempenham como função principal. Na figura 6 é possível observar a sua utilização, por indivíduos em frente a cidade de Ferreira Gomes. Vale ressaltar, que esses pescadores não dependem, necessariamente, dos recursos econômicos oriundos da pesca, realizando também trabalhos temporários de pedreiro, carpinteiros, vigilantes, dentre outros, como ressaltado anteriormente.

Outro fator importante, identificado em entrevistas e observações acerca desses pescadores polivalentes citadinos, refere-se ao raio de deslocamento percorrido, apresentando-se de modo relativamente limitado em função, principalmente, das embarcações que utilizam, geralmente canoas a remo, com capacidade para duas ou três pessoas, comercializando a produção capturada diariamente.

**Figura 6** - Pescadores nas proximidades da cidade de Ferreira Gomes.

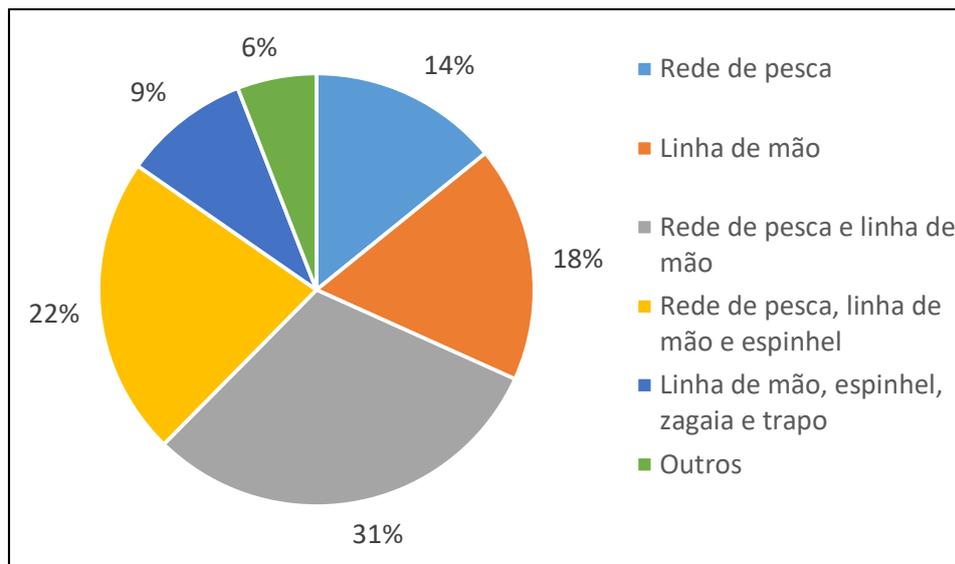


**Fonte:** Pesquisa de campo da autora.

Por outro lado, aqueles que se dedicam apenas a essa atividade, apresentam diferenças significativas em relação aos primeiros, empregando um conjunto mais abrangente de artes de pesca, que lhes possibilita um maior sucesso nas pescarias, tais como: rede de pesca, espinhel, linha de mão, zagaia, tarrafa e trapos. Tendo em vista esse quadro, entre os apetrechos mais utilizados, destacam-se a rede de pesca e a linha de mão, como pode ser visto no gráfico 5.

A partir da análise dos dados, pode-se inferir que existe um número importante de pescadores que afirmam usar, unicamente, um tipo de apetrecho de pesca, tais como, a rede de pesca ou a linha de mão, correspondendo a 14% e 18%, respectivamente. De acordo com as entrevistas, aqueles que apresentam preferência pelas redes de pesca, procuram usar metragens que favoreçam a captura de peixes maiores, por outro lado, aqueles que empregam especialmente, a linha de mão. O produto capturado é voltado mais para o autoconsumo, ou então constituem apenas uma forma de complementar a renda familiar.

**Gráfico 5** - Tipos de apetrechos utilizados por pescadores de Ferreira Gomes nas pescarias no médio Araguari.



**Fonte:** Elaborado a partir dos dados da pesquisa em campo.

Relatos de pescadores, que produzem seus próprios materiais de trabalho, são abundantes. Para alguns, a importância de produzir suas artes de pesca, vai além de saber fazer os apetrechos utilizados na captura do pescado, apresentando conhecimento e habilidades para confeccionar também, as próprias embarcações, como exposto na fala abaixo:

Sei fazê espinhel, linha de mão com o caniço, malhadeira de tudo tamanho, basta a senhora dizer que sei, zagaia gosto das de três pontas porque a gente faz de duas, alguns gostam, eu não gosto não, é mais pior, faço a canoa e o remo, não é ruim não, é mais difícil o pau, mas quando tenho faço, uso minha mão (Pescador A6\_66 anos).

A fala acima demonstra um conjunto de técnicas e conhecimentos apresentados por esses indivíduos. Seu ofício não é um trabalho simples, necessita de presteza e disponibilidade de matérias primas, fatores esses aliados ao tamanho (comprimento) e o material<sup>38</sup> utilizado nas canoas e rabetas, que ditam o preço final do produto, variando em média entre 200 a 800 reais.

<sup>38</sup> Refere-se ao tipo de madeira utilizada, quanto mais nobre for a matéria prima, mais custoso será o produto final.

**Figura 7** - Artes de pesca utilizadas no médio Araguari.



**Fonte:** Pesquisa de campo da autora.

Destaca-se ainda que, além das canoas e rabetas, as embarcações mais comuns no rio Araguari são: os barcos motorizados e os batelões. No que se refere às canoas e rabetas, estas possuem entre 4m a 8m de comprimento, sendo utilizadas tanto nas pescarias próximas à cidade de Ferreira Gomes, como naquelas mais distantes. Geralmente, quando ocorrem neste último caso, o pescador se desloca para os pontos de pesca em embarcações motorizadas de maior porte, levando as canoas para adentrar áreas de difícil acesso, denominadas por eles, como “mato”<sup>39</sup>.

Em relação aos barcos e batelões, estes variam entre 5m a 14m de comprimento, como mencionado anteriormente, são constantemente empregados para pescarias mais distantes, sendo usados tanto como abrigo para aqueles indivíduos que optam por não montar acampamentos<sup>40</sup>, como também, facilitam o

<sup>39</sup> O mato representa aquelas áreas que se formaram a partir da formação do lago com ramos e trocos de árvores parcialmente submersos.

<sup>40</sup> Os acompanhamentos constituem barracas feitas com quatro pedaços de vara que servem para sustentar o encerado ou também denominado de lonas.

transporte das caixas de isopor com gelo, os apetrechos e alguns mantimentos que levam para os dias que passarão no rio. Como pode ser confirmado na fala abaixo:

Quando vai para o rio levamos café, açúcar, bolacha, farinha, sal e fósforo para fazer o fogo, quando tem dinheiro vai algum enlatado, porque já temo condição, a gente trabalha tanto, então temo que comer melhor, mas tem gente, pescador que leva só sal, farinha e fósforo, não tem condição de levar mais não, se não pega o peixe não tem o que come, passa fome mesmo (Pescador A7\_52 anos).

O relato acima denota o modo difícil de vida dos pescadores, dificuldades essas vivenciadas ao longo de anos de labuta diária. Todavia, mesmo diante das adversidades enfrentadas, mostram-se satisfeitos pelos bens adquiridos, dentre eles, as embarcações que usam nas pescarias, constituindo elementos fundamentais para a realização de suas atividades. Na figura 8 é possível verificar o pescador A8 (41 anos) com alguns materiais que levará para passar, juntamente com sua esposa, vários dias no rio. Além das redes de pesca, pode-se observar uma caixa de isopor contendo gelo e uma sacola com, aproximadamente, 3 quilos de carne bovina, destinada para o consumo, ao menos para o primeiro dia de pescaria, constituindo mais uma opção de alimentação, já que lidam frequentemente com o pescado e, quando apresentam as mínimas condições financeiras, preferem se alimentar de carne ou frango, sendo comum comercializarem o peixe para comprar outros alimentos.

Como mencionado anteriormente, as embarcações recebem valor dependendo do tamanho e da matéria prima. Assim, verifica-se que as embarcações, amplamente utilizadas na atividade pesqueira, continuam apresentando como principal matéria prima os recursos madeireiros. Isso ocorre, tanto pela disponibilidade do recurso, como pelos custos mais baixos, uma vez que, dependendo do comprimento da embarcação e do tipo de madeira extraída para a confecção, pode-se obter o produto final a um preço mais acessível, o que é de grande importância, sobretudo, levando em consideração a carência de recursos econômicos desses trabalhadores.

**Figura 8** - Pescador com instrumentos de trabalho



**Fonte:** Pesquisa de campo da autora.

Conforme Silva et al. (2016b) o contexto no qual esses pescadores estão inseridos, influencia no tipo e nos produtos utilizados para a construção das embarcações. Como a região amazônica possui uma diversidade de recursos madeireiros, estes sempre foram amplamente utilizados pela população local para diversos fins, desde a confecção de tecnologias utilizadas para exercer a pesca, como exemplo, canoas e remos ou para a construção de moradia, entre outros.

Ademais, dependendo do modelo de embarcação, a extensão do ambiente explorado pode ser maior ou menor, ao mesmo tempo que favorece o uso de instrumentos que permitem uma conservação mais eficaz do recurso capturado. Nesta ótica:

O tipo de apetrecho utilizado determina a área de abrangência do pescador, determinando a sua territorialidade. Deve-se considerar que cada apetrecho é utilizado para capturar espécies de peixes. Desse modo, a incidência e a quantidade de espécies de peixes capturados por um determinado apetrecho é variada, além disso, existem apetrechos específicos que são utilizados para capturar espécies peculiares, na maioria das vezes aquelas espécies que possuem maior aceitação no mercado consumidor, atingindo assim maiores valores (SILVA, 2016a, p. 265-266).

É importante considerar, portanto, que aqueles pescadores que apresentam embarcações mais equipadas e motorizadas, pescam em lugares mais distantes e transportam um maior número de apetrechos, tendo vantagens em relação aqueles que são destituídos desses benefícios. Esta situação foi identificada em campo, principalmente, com relação aos pescadores que passam entre 2 a 4 dias no rio, os quais possuem condições de armazenamento mais eficazes dos recursos capturados, com melhores condições de captura de espécies mais rentáveis, bem como a territorialidade que é mais abrangente, tanto em relação ao espaço percorrido, como por utilizarem tanto as redes de pesca, espinhel, linha de mão, trapos, dentre outros, permitindo às pescarias, um alcance territorial mais abrangente.

Por outro lado, os pescadores que realizam essa atividade, relativamente, próximos à cidade de Ferreira Gomes, apresentam mobilidade e, por conseguinte, uma influência territorial mais limitada. Isto ocorre, principalmente, pelas embarcações que utilizam, canoas a remo, bem como os apetrechos de pesca que usam, especialmente a linha de mão, o que lhes impossibilita tanto de percorrer espaços mais distantes, quanto exercer a territorialidade em áreas mais abrangentes.

Segundo Silva, et al. (2016a), os pescadores que usam linha de mão, embora apresentem influência territorial considerável esta é, fundamentalmente, mais restrita, quando comparada aqueles pescadores que utilizam as redes de pesca, rede de arrasto, espinhel, pois são impossibilitados de ocupar grandes territórios. Ainda conforme os autores supracitados, em função da fluidez dos recursos pesqueiros, os apetrechos utilizados serão de grande importância para o resultado das pescarias.

Trata-se, assim, de um conjunto de fatores que agem e condicionam o desenvolvimento da atividade pesqueira. Além das características apresentadas, outro aspecto de grande importância nas pescarias, refere-se aos conhecimentos apresentados por esses indivíduos na localização de pesqueiros. Posto que, o conhecimento desses pesqueiros é de grande importância, possibilitando que o pescador procure os recursos em locais específicos, e não de modo aleatório (BEGOSSI, 2004; SILVA, 2006).

Em consonância com os autores supracitados, verificou-se através das entrevistas, a importância atribuída pelos pescadores de Ferreira Gomes em relação

ao conhecimento da localização dos pesqueiros, pois a partir dessa identificação, sabem onde jogar a linha, colocar a rede de pesca, o espinhel e não raramente, detêm conhecimentos de pontos propícios para algumas espécies específicas, tal como, o Tucunaré. Entretanto, com a construção das hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, esse conhecimento vem passando por grandes transformações, gerando incertezas, revoltas e medo.

### **3.3 UHEs Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão e os impactos na pesca artesanal no médio Araguari**

Os estudos que versam a respeito da implantação de hidrelétricas no leito dos rios, destacam em meio a outros fatores, as alterações que ocorrem na dinâmica natural do ambiente. Assim, são diversos os relatos ressaltando, nas regiões que recebem esses empreendimentos, o aumento de: correntezas, processos de assoreamento, turbidez da água, mortandades de flora e fauna, desestruturação de atividades vinculadas ao rio, dentre inúmeras outras transformações que refletem diretamente, no modo de vida das populações locais tanto a montante como a jusante.

No que concerne ao rio Araguari, tal realidade não é diferente, pois a construção das UHEs Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão suscitaram um conjunto de impactos negativos ao ambiente, resultando na desestruturação da atividade pesqueira e, por conseguinte, no modo de vida dos atores sociais ligados à pesca, pois como já ressaltado em capítulo anterior, a instalação dessas obras, dificulta e/ou inviabiliza o desenvolvimento dessa prática.

Tendo em vista esse contexto, é importante enfatizar, que o rio representa além de fonte de renda, local de encontro e lazer para as populações que residem tanto no município de Ferreira Gomes, quanto em áreas circunvizinhas. Neste contexto, é comum encontrar relatos de pessoas que se deslocam de Macapá em direção à Ferreira Gomes, as quais ressaltam as belezas e potencialidades turísticas do rio Araguari, mesmo que na atualidade, apresente características bem distintas, daquelas encontradas anteriormente à chegada dos empreendimentos hidrelétricos.

As alterações evidenciadas, tanto por meio dos relatórios oficiais dos empreendimentos hidrelétricos referenciados, quanto por meio de pesquisas em campo, revelam diferenças significativas, oriundas da modificação de rio para lago.

Embora sejam reservatórios a fio d'água, ainda assim, deixaram de ser regidos por uma dinâmica natural, com ciclos definidos de acordo com o regime hidrológico e fases da lua, por exemplo, passando a ser influenciados pela ação humana, entre outros fatores, por meio da abertura e fechamento das comportas.

Os efeitos dessas mudanças sobre a ictiofauna são bem conhecidos, como pode ser observado na citação abaixo, extraída de um dos volumes do Relatório de Impacto Ambiental da hidrelétrica Ferreira Gomes:

Desde os anos 50, numerosas barragens hidrelétricas foram construídas em zonas tropical, e a experiência adquirida permite afirmar que o represamento de um rio afeta profundamente a ictiofauna da região, tanto no local da própria represa, quanto a jusante da barragem (LOWE MC CONNELL 1966; OBENG 1969; ACKERMANN *et al.* 1973; BALTON e COCHE 1974 apud ECOTUMUCUMAQUE, 2009b p. 259)

São inúmeras as adversidades que os pescadores artesanais de Ferreira Gomes vêm vivenciando dia após dia. Os diversos relatos, referentes às mudanças ocorridas na pesca a partir da chegada desses empreendimentos, são unânimes ao afirmarem que essas hidrelétricas destruíram a sua fonte de renda, não trazendo consigo nenhuma vantagem para o pequeno pescador, mas ao invés disso, atuaram no sentido de dificultar ainda mais o seu sustento.

Conforme a pescadora B3 (32 anos), antes da implantação da hidrelétrica Cachoeira Caldeirão, era possível colocar armadilhas na “boca” dos igarapés, mas na atualidade, em função da formação do lago, tal prática tornou-se impossível. As entradas dos igarapés desapareceram, ficando apenas visível uma grande quantidade de galhos de pau, impossibilitando a realização de qualquer prática<sup>41</sup>.

Em consonância com a pescadora citada, o pescador A9 (62 anos), ressalta por outro lado, que a partir da implantação da usina Ferreira Gomes, os locais de pesca ficaram submersos, principalmente, porque muitos deles ficavam às margens do rio, próximos a árvores que forneciam frutos para os peixes, ou nas entradas de igarapés. Entretanto, no período pós lago, o que se vê é apenas água somada a galhos de árvores, enfatizando que “a situação é triste de ver, a senhora olha e não acredita que tudo aquilo tá embaixo d'água, a gente que criou aqui não acredita”.

A entrevista dos pescadores acima, denota algumas mudanças provocadas a partir das usinas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, sendo importante

---

<sup>41</sup> Isto porque, nos locais em que se verifica galhos de árvores ou outro obstáculo qualquer, tem-se maior possibilidade dos apetrechos de pesca ficarem presos, resultando em perdas.

mencionar, que afirmativas semelhantes foram constantes nas entrevistas realizadas, as quais sempre fazem referências ao passado, para falar do presente e futuro.

Nesta ótica, a partir do barramento do rio Araguari, os pescadores sentem diretamente as consequências desse processo, no desenvolvimento da atividade pesqueira, ressaltando entre outros fatores, a transformação de um rio caudaloso, conhecido pela abundância em recursos pesqueiros, para outro que, diferentemente, de outrora, mostra-se com fortes correntezas e com proibições que impedem o desenvolvimento da atividade nos lugares costumeiros. Além do mais, ocorre a diminuição/escassez de pescado, como pode ser evidenciado na entrevista do pescador A10 (51 anos):

O impacto que eles causaram, eu acredito que foi 100% que eles agravaram aos pescadores de Ferreira Gomes. O nosso rio hoje tá quase tudo seco, ali tá tudo aparecendo, a praia do meio do rio porque já tinha uma barragem que era a Coaracy Nunes, a correnteza do rio foi mais e foi aterrando o nosso rio, e hoje a boca do rio Araguari fechou e a gente tá sofrendo as consequências porque quem tá sofrendo é o pescador de Ferreira Gomes.

O relato exposto é de um pescador, que afirmar conhecer o rio Araguari a “fundo”, ressalta que desenvolve a pesca desde criança e, portanto, sente-se temeroso quanto ao futuro, preocupando-se tanto em relação às suas condições de reprodução, como também pelos demais pescadores, que enfrentam situação similar. Embora as pescarias, desenvolvidas pelos pescadores em Ferreira Gomes, não apresente grande representatividade na região, sendo fundamentalmente artesanal, sabe-se que a instalação desses empreendimentos modifica a dinâmica existente, atuando, muitas vezes, para atenuar problemas já existentes. Assim, justifica-se serem apontados como os principais causadores das alterações verificadas no rio.

O pescador A9 (62 anos), afirma que, embora na atualidade seja mais fácil comercializar a produção pesqueira, as coisas tornaram-se mais difíceis, o rio não oferece mais fartura, os peixes morreram, aqueles que sobreviveram adentraram o “mato”. Por mais que utilize canoas para as áreas de acesso complicado, pouco conseguem capturar os peixes, pois eles se escondem, ficaram ariscos, e ainda ressalta, “como nós pode sobreviver desse jeito moça, não tem outro trabalho, não

tenho estudo, só sei fazer isso, mim criei aqui no rio, é como a moça que todo dia faz o trabalho já sabe como é”.

Por sua vez, o pescador A11 (55 anos), enfatiza que sabia aonde ir, conforme o inverno e o verão, destacando que, dependendo da época do ano, conseguia capturar mais algumas espécies de peixes, em relação às outras, existindo peixes para todos. Os igarapés denominados de: Pedreira, Portal das pedras, Eduardo e Igarapé do barro, sempre foram bons pesqueiros, situação que passou por transformações no contexto atual, deixando de ser piscosos, como no passado.

Em face das modificações ocorridas, percebe-se que isso influenciou amplamente as pescarias, por praticarem essa atividade por muito tempo, em sua maioria desde criança, sabiam onde se concentravam as áreas mais piscosas, conforme o inverno e o verão, bem como as marés. Esses conhecimentos eram atribuídos ao “fazer constantemente”, estabelecendo analogia com outras atividades, na qual a pessoa, de tanto executar o trabalho, adquire experiência, desenvolve a prática de onde tem e não tem o peixe, o que atuava para o sucesso nas pescarias.

O conhecimento desses pescadores e a importância atribuída a essa atividade, como assinalado em tópicos anteriores, compõem um trabalho realizado cotidianamente, com grande importância econômica para sua reprodução. Depreende-se da fala desses indivíduos, a tranquilidade de viver dos recursos oriundos do Araguari, com a impressão, em diversos relatos, que sair para as pescarias era um meio de lazer. Assim, o modo de vida dos pescadores era tranquilo, conforme comprova o pescador A13 (36 anos):

Antes dessas hidrelétricas nós era pobre, mas feliz, sabia trabalhar, tinha onde, agora tudo mudou, nós sabe como trabalhar, mas as coisas tão difícil pra todo mundo, o pescador que vive só da pesca tá passando fome, não tem ninguém pra olhar por nós não moça, não sabemo o que será da gente, falava tanto de melhoria, mas nós não ver nada, só sabe que tudo ficou mais caro, a luz tá cara, tudo tá difícil, o que será da gente só Deus sabe. O pescador que pesca mesmo sabe de tudo isso, pode perguntar pra qualquer um vão dizer a mesma coisa que falo pra moça.

Essa afirmação repetiu-se incessantemente nas entrevistas, mostrando, geralmente, pesar e indignação, principalmente pela transformação do rio que incidiu diretamente sobre a produção capturada e nos conhecimentos que possuíam dos pesqueiros. Uma vez que, nesse contexto de alterações, o conhecimento dos pescadores quanto à localização dos pontos de pesca não tem se mostrado

suficiente, segundo eles, o comportamento dos peixes mudou, ficaram dispersos e os lugares em que não se proibiu de realizar tal atividade, pouco tem auxiliado na obtenção de pescado.

Em face dessas modificações, os conhecimentos adquiridos ao longo de muitos anos de trabalho, pouco têm contribuído para lidar com esse novo ambiente, visto que não se trata apenas da implantação de simples objetos no leito rio, mas de grandes obras que transformam a sua dinâmica natural e com isso, os modos de vida daqueles que se encontram entrelaçados ao rio.

Esse quadro demonstra o processo de desestruturação dos territórios de pesca no rio Araguari e mostra as implicações de empreendimentos hidrelétricos sobre a vida de grupos sociais que possuem uma história de trabalho, suor e resistência. Assim, diante das adversidades oriundas do desenvolvimento de uma atividade produtiva, que muito difere daquela realizada em terra firme, ocorre a imprevisibilidade das pescarias devido a utilização do rio para finalidades energéticas, as quais atendem uma demanda que pouco considera os interesses das populações locais.

Segundo o Pescador A12 (59 anos):

Os pontos de pesca de antigamente não existem mais hoje, estamos procurando outros lugares, tentando se adaptar, os pescadores profissionais tem mais facilidade para encontrar, os mais novos, encontram mais dificuldades, procuram os mais antigos, principalmente quando vão para partes mais longe do rio.

Entretanto, tal identificação não é fácil, dependendo dos conhecimentos acumulados, além do saber ouvir e observar, pois algumas espécies apresentam características que se destacam em relação às demais.

O pescador A14 (55 anos) afirma desenvolver a atividade a mais de 20 anos, ensina que para identificar um ponto de pesca, deve-se observar entre outras características, a superfície da água, pois onde tem peixe é possível reconhecer pequenos sinais, “ficam batendo e boiando” e utiliza como exemplo, o tucunaré que “quando tá com filho anda rente a água, sinal que tem peixe, a mãe tá por perto protegendo os filhos”. Neste mesmo sentido, a pescadora B4 (42 anos), destaca:

Lugar calmo, sem banzeiro, maresia, lugar de remanso é bom pra peixe, coloca a malhadeira e joga a linha, se pega bem é porque tem, já volta lá, marca que tem peixe, como já conheço o rio, já sei como chega lá, as vezes

tem um pau tombado, seco ou fica próximo de uma ramalhada ou igarapé, se a senhora se criasse no rio também sabia.

Percebe-se que os pescadores, principalmente os mais antigos, desenvolvem técnicas que lhes permitem localizar-se no ambiente aquático. Contudo, é válido ressaltar, que para os mais novos, ainda é difícil compreender esses saberes, ainda mais no contexto atual, em que os mais antigos afirmam que nada é como antes, os locais fartos sofreram transformações, diferindo bastante do passado.

A instalação das usinas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão em um perímetro do rio, propício para o desenvolvimento da pesca, como afirmamos em outros segmentos deste trabalho, é apontada como grande causadora de adversidades para os pescadores uma vez que incidem, diretamente, em sua reprodução. Esses pescadores são congruentes ao afirmar, que não acreditam que as barragens no Araguari atuem para a melhoria das condições socioeconômicas da região, mas ao contrário, relatam que os empreendimentos trazem consigo, a destruição e a precarização das condições de vida existentes, tal como pode ser constatado na entrevista a seguir:

Não acredito que as hidrelétricas instaladas no rio Araguari traga alguma melhoria para a região, acredito que 100% dos moradores têm a mesma visão. Acredito que essas hidrelétricas veio trazer só à destruição, da natureza, peixe, a água para o consumo, lazer, a produção pesqueira decaiu, os peixes foram para os matos, se espalharam, então não trouxeram melhoria praticamente em nada, só muita promessas (Pescador A15\_51 anos).

A fala acima, repetiu-se nas inúmeras entrevistas, nas quais a grande maioria dos entrevistados sustentaram que não conhecem nenhuma vantagem com a instalação das hidrelétricas no Araguari. Conforme os relatos, dizer que esses empreendimentos trouxeram benefícios para o município é um grande disparate, pois só quem sabe são aqueles que vivenciam a realidade local, que tiveram seu modo de vida desestruturado, com a perda e/ou precarização da sua principal fonte de renda.

Além disso, descrevem as dificuldades que passaram, após os eventos que resultaram em mortandades de peixes no rio Araguari, em períodos distintos de 2014 a 2016, tanto pela diminuição de um recurso, já escasso na região, como pelos efeitos dessa ocorrência sobre outras atividades que foram dificultadas. Na figura 9

é possível visualizar uma das ocorrências de mortandades de peixes, verificadas em Ferreira Gomes em novembro de 2015.

**Figura 9** - Mortandades de peixes em Ferreira Gomes



**Fonte:** Abinoan Santiago (G1 NOTÍCIAS, 2015)

De acordo com o pescador A16 (54 anos) o mal cheiro do peixe, em estado de putrefação, era sentido à grandes distâncias das margens do rio, com a água ficando inapropriada para uso e consumo. A venda de produtos preparados a partir da utilização desse recurso, como por exemplo, o açaí, foi prejudicada, bem como a venda do pescado capturado, tanto no mercado local como em outros municípios próximos à Ferreira Gomes. Ainda conforme o pescador supracitado: “ficou até difícil para vender o peixe, as pessoas não queriam comprar o peixe, pensando que estavam contaminados. Agora que as coisas já começaram a mudar”.

Os impactos decorrentes de um evento negativo foram sentidos em outras formas de uso do rio, e em produtos voltados para a comercialização, refletindo, diretamente, não apenas na vida do pescador, como dos demais grupos sociais. Ademais, verifica-se que, para mostrar como as pescarias passaram por grandes alterações, alguns relatos afirmam que o peixe no Araguari acabou, como pode visto na fala do pescador A9 (62 anos):

A instalação da Ferreira Gomes aterrou tudo. O peixe acabou. Hoje já aparece mais de criadouro, nativo mesmo não tem e quando conseguem só alguns. Tanta fartura, mas hoje em dia tudo acabou. A primeira barragem não causou tanto dano material e tudo, as últimas que causam, principalmente a Cachoeira Caldeirão.

A afirmação do pescador, a respeito dos danos materiais advindos da implantação das hidrelétricas no município de Ferreira Gomes, especialmente, da Cachoeira Caldeirão, faz referência, principalmente, às mortandades de peixes já mencionadas, que ocorreram no rio Araguari entre 2014 a 2016. Durante o período, registraram-se seis ocorrências de desastre antropogênico, conforme noticiado pela imprensa e relatado em entrevistas de campo.

Tais mortandades suscitaram na intensificação de um quadro de escassez, refletindo em revolta e indignação manifestadas nas falas dos pescadores, tanto pelo comprometimento de um recurso importante, considerado como fonte de renda, quanto por ser um componente indispensável na dieta alimentar de muitas famílias da região.

Além disso, por entenderem que não representa um recurso inexaurível, sempre retiram do rio, apenas o necessário para suprir as suas necessidades mais elementares, possuindo uma relação de respeito. Todavia, com a chegada dos empreendimentos hidrelétricos à região, essa relação foi profundamente afetada, situação que reflete, negativamente, no modo de vida desses pescadores.

Ainda é válido mencionar, que as notícias de mortandades de peixes no rio Araguari não cessaram absolutamente, ocorrendo mesmo em contexto mais recente, como verificado na manhã do dia 17 de fevereiro de 2018 por moradores de Ferreira Gomes, que encontraram, nas proximidades da orla da cidade, diversas espécies mortas (G1 NOTÍCIAS, 2018). Tal situação pode ser constatada através da figura 10.

Em face a esse contexto, os pescadores entrevistados, sobretudo os mais antigos, fazem questão de destacar, que conhecem o rio Araguari, e com ele sempre desenvolveram uma relação harmônica, retirando da natureza só o necessário para sobreviver. Contudo, a realidade é outra, pois a cada dia, torna-se mais difícil sobreviver com os recursos advindos das pescarias, a escassez do pescado é tão evidente, que alguns dias mal conseguem uma quantidade mínima para a alimentação familiar.

**Figura 10** - Peixes mortos encontrados na orla de Ferreira Gomes.



**Fonte:** Fabiana Figueiredo (G1 NOTÍCIAS, 2018).

Conforme a pescadora B5 (52 anos) “o peixe foram embora, ficaram com medo de tanta água e fugiram para o mato, os grandes nós não pega mais não, e os pequenos correm com medo da malhadeira, espinhel, pensa que a água já vai matar eles”. Desse modo, percebe-se as dificuldades encontradas por esses pescadores, que reconhecem entre outros fatores, a formação do lago para o decréscimo dos estoques do pescado.

Em situação bem diferente daquela verificada antes dos empreendimentos, o pescador A17 (51 anos), afirma que, através da captura e comercialização do pescado, criou, juntamente com a esposa, seus cinco filhos, sem precisar recorrer à outra atividade, como forma de complementar a renda familiar. O pescador mostra, com orgulho, os bens que adquiriu ao longo de, aproximadamente, quatro décadas de pescarias.

Conforme as entrevistas, para alguns pescadores, a pesca no rio Araguari ocorria quase diariamente, não existindo 2 ou 3 dias na semana para desenvolver essa atividade, pois era praticada como um trabalho semanal, que exigia a presença constante do pescador.

Todavia, a partir das mortandades de toneladas de peixes e das alterações verificadas no rio, tornou-se difícil e mais custoso desenvolver tal prática. Dessa

maneira, relatam que antes da instalação da hidrelétrica Ferreira Gomes, com 4 litros de gasolina, saiam para as pescarias e voltavam “abastecidos”, mas que agora, dependendo da distância, gastam mais de R\$100,00 reais de combustível, e a produção capturada é quase sempre inferior àquela fígada antes da implantação das UHEs.

Outra dificuldade enfrentada por aqueles pescadores que habitam na cidade de Ferreira Gomes, e que encontram-se distantes dos locais de pesca, refere-se ao aumento dos gastos para exercerem a atividade nos lugares costumeiros ou nas suas proximidades<sup>42</sup>, uma vez que, quando não existia a hidrelétrica Ferreira Gomes, podiam “subir” o rio nas suas embarcações, mas que agora isso não mais é possível. Para tanto, a única forma de chegar aos locais onde atracam as embarcações, é atravessar a ponte de concreto, que fica em frente a hidrelétrica (Figura 11).

Por outro lado, aqueles que não possuem meio de transporte, pagam entre 60 a 80 reais<sup>43</sup> para transportarem os apetrechos necessários nas pescarias. Todavia, como a produção vem decaindo, chegando em alguns casos a mais de 50%, e os custos aumentando, torna-se cada vez mais difícil o pescador sobreviver.

Ainda no que concerne à produção pesqueira, antes da chegada desses empreendimentos, segundo os pescadores, não se identificava a diminuição na quantidade de espécies capturadas, situação bem distinta da atualidade, na qual, por mais que permaneçam mais tempo no rio, o produto sempre se apresenta inferior, reduzido em mais da metade, como citado anteriormente.

É imprescindível considerar, neste contexto, de redução dos produtos capturados e de aumento para exercer essa atividade, alguns pescadores procuram priorizar a captura das espécies mais lucrativas no mercado local, conhecidas como: tucunaré (*Cichla ocellari*), bacu (*Lithodoras dorsalis*), pacu (*Mylossoma*), acará (*Geophagus brasiliensis*), trairão (*Macrodon trahira*), branquinha (*Potamorhina altamazonica*), pescada (*Cynoscion leiarchus*) aracu (*Leforinus fasciatus*), mandubé

---

<sup>42</sup> Isto porque alguns locais em que desenvolviam a pesca, foram comprometidos, principalmente por ficarem nas áreas adjacentes as hidrelétricas. Relatos de pescadores mostram que o espaço de implantação da hidrelétrica Cachoeira Caldeirão era propício para as pescarias, mas que na atualidade foi inviabilizado, tanto pela obra como pela forte correnteza, e aqueles que se aventuram a pescar nesses locais correm o risco de perder a vida, como já aconteceu com pescadores, sendo denominada por isso como “cachoeira da morte”.

<sup>43</sup> Valores esses informados por pescadores em entrevistas realizadas entre 26/05 a 05/06/2017 e 24/07 a 29/07/2017.

(*Ageneiosus*), filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*) e dourada (*Brachyplatystoma Flavicans*).

**Figura 11** - Ao fundo, a hidrelétrica Ferreira Gomes e mais a frente, um trecho da ponte que os pescadores têm de atravessar para chegar às suas embarcações de pesca.



**Fonte:** Pesquisa de campo da autora.

A despeito da comercialização da produção pesqueira, conforme as entrevistas, ocorre tanto de porta em porta ou então é acertada antes mesmo do pescador sair para suas atividades. É importante ressaltar, que além da espécie, o tamanho é de grande importância pois, geralmente, os peixes pequenos são desvalorizados, como pode ser entendido de acordo com a pescadora B6 (21 anos), “ninguém quer peixe miúdo, dá muito trabalho, as vezes quando pega nos vende, mas é muito difícil, ninguém quer não”.

Ressalta-se ainda, o aumento do valor do gelo utilizado para conservar o pescado, sobretudo, para aqueles que exercem a atividade em áreas mais distantes, visto que, cada quilo custa em média 1 real. Aqueles que precisam por exemplo de 60 quilos, gastam 60 reais, que somados ao valor da gasolina, e muitas vezes ao frete que pagam, para transportarem seus apetrechos de pesca, resulta numa subtração importante da renda familiar, levando alguns pescadores a buscarem

modos de diminuir essa perda financeira, através da própria fabricação do gelo, como pode ser visto na fala a seguir:

Nós que faz o gelo, comprar o saco, coloca a água e faz, porque se for comprar feito vai tudo o dinheiro, então fica sem condição, não tem como paga 1 real num quilo de gelo, é um absurdo, nós já não tem, se for pagar esse preço com mais tudo que gastamo, ficamo sem dinheiro, a situação tá difícil (Pescador A3 (30 anos).

O aumento nos gastos para percorrer espaços mais abrangentes, bem como despesas adicionais antes inexistentes, tem atuado para a precarização das condições de vida desses pescadores como já ressaltado, tendo em vista que a partir da diminuição dos recursos capturados e do aumento significativo das despesas, uma parcela expressiva da renda familiar dessas populações, encontra-se comprometida.

Destaca-se ainda que, no rio Araguari, uma das práticas comumente utilizadas por pescadores, que dedicam mais tempo para o desenvolvimento da pesca, consiste em montar acampamentos às margens do rio, próximo aos pesqueiros, pois possibilita que indivíduos preparem suas refeições e até mesmo descansem com maior comodidade<sup>44</sup>. Entretanto, tal prática, antes largamente empregada, vem sendo inibida em algumas áreas, especialmente, naquelas que se encontram em áreas adjacentes das barragens, mais especificamente, da UHE Ferreira Gomes. A referida situação atua para suscitar tensões entre pescadores e barrageiros.

Segundo o pescador A17 (31 anos), alguns trabalhadores da hidrelétrica Ferreira Gomes já chegaram em acampamentos e destruíram os materiais deixados pelos pescadores, antes de seguirem para os pesqueiros. Quando estes retornaram “tudo estava no chão, o que não foi destruído, foi tudo levado, se eles pegarem, levam mesmo, a gente perde tudo, não devolvem não”.

Ainda no que concerne a essa prática, os pescadores afirmam que, os acampamentos com esses pesqueiros ficam muito acima da hidrelétrica, portanto, fora das áreas circunvizinhas, não existindo necessidade de tamanho extremismo. Ademais, o pescador A18 (66 anos) ressaltava, que os barrageiros já subtraíram apetrechos de pesca, bem como ameaçaram pescadores amigos. Contudo, isso

---

<sup>44</sup> Pois ao passarem horas sentados, ficam com as pernas encolhidas e o horário de preparar alguma refeição que exija o fogo, constantemente o peixe assado, possibilita que “estique as pernas”.

nunca aconteceu com ele, caso contrário, teria discutido e não deixaria tomarem seus instrumentos de trabalho.

Em face ao contexto, tal situação levanta preocupações, pois muitos desses pescadores que utilizam acampamentos, realizam a pesca em grupos. Muitas vezes, chegam a reunir cerca de 10 homens, o que pode resultar não apenas em discussões, mas confrontos com resultados mais graves.

Por outro lado, em relação à hidrelétrica Cachoeira Caldeirão, os enfrentamentos também existem, mas parecerem assumir dimensões menos graves, quando comparados à usina Ferreira Gomes, embora ocorra entre os pescadores e os agentes da usina discussões, o caso parece assumir outra dimensão, mais branda, ou nas próprias palavras da pescadora B7 (32 anos): “mais bate boca mesmo”.

Ademais, verifica-se que essas discussões, entre atores sociais distintos, são bem frequentes entre os pescadores, sendo recorrente ouvir “comigo nunca aconteceu, mas conheço um pessoal que já passou por isso”. Da mesma forma, ocorrem disputas entre pescadores *versus* ribeirinhos, nas quais algumas entrevistas confirmam brigas entre esses indivíduos, envolvendo discussões, ou em casos mais extremos, o uso de cartucheira, esta utilizada para “espantar” os pescadores que ultrapassam os limites impostos, nas proximidades da casa do ribeirinho. De acordo com a pescadora B8 (40 anos), tal situação só acontece quando os pescadores não respeitam aquele limite imposto, pois muitas vezes aquele é o ponto de pesca dele, se for jogar a linha distante, isso não ocorre.

Como abordado no primeiro capítulo, o desrespeito ou desconhecimento dos limites impostos pelos pescadores nos pontos de pesca, que consideram seu, por direito de uso, pode resultar em conflitos, mostrando uma clara disputa territorial entre os atores sociais envolvidos. Uma vez que existe uma delimitação territorial, mesmo não sendo através de cercas e muros, identifica-se uma tentativa ou mesmo restrição de uso daqueles espaços.

Outra situação evidenciada neste sentido, refere-se a enfrentamentos entre pescadores de “fora”, principalmente do município de Porto Grande, com pescadores locais. Assim, conforme a pescadora supracitada: “isso ocorre só com alguns, aqueles que a gente não conhece e que passa pra pegar o peixe, com quem a gente conhece não tem problema não”.

Cabe ressaltar, que as disputas por pescadores existiam no rio Araguari antes da construção das hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, contudo, a partir desses empreendimentos, tais disputas foram agravadas, atuando para o aparecimento de novos conflitos, pois a necessidade de conseguir recursos pesqueiros, vem impulsionando o avanço de pescadores para áreas não disponíveis para essa prática, tal como para as proximidades das barragens, que oferecem alto risco de morte, pelas fortes correntezas. Outros por sua vez, estão “descendo” o rio Araguari, ou até mesmo, levando suas embarcações para outros municípios, como Tartarugalzinho e Amapá<sup>45</sup>.

Todavia, como já mencionado, a pesca realizada por aqueles indivíduos, considerados de “fora”, nem sempre é aceita de modo passível pelos pescadores locais, suscitando, não raramente, tentativas de contenção e disputas territoriais, como já vem ocorrendo nos municípios supracitados, entre os grupos que desenvolvem a pesca artesanal e a industrial<sup>46</sup>.

Pode-se inferir, portanto, que as dificuldades enfrentadas pelos pescadores do município de Ferreira Gomes são diversas, mostrando a desestruturação da atividade pesqueira no rio Araguari, a diminuição da captura da produção, a intensificação e o surgimento de conflitos por pontos de pesca, apontando para um cenário preocupante, como será visto no tópico seguinte, no qual, os conhecimentos adquiridos e desenvolvidos, antes da construção das usinas hidrelétricas, encontram-se em um processo de readaptação. O que era certo ontem, hoje é incerto.

### **3.4 Pesca artesanal no médio Araguari: desestruturação e incertezas quanto ao futuro**

As transformações que ocorrem nas áreas de instalação de UHEs, como já evidenciados no decorrer deste trabalho, são distintas. Embora, busque-se mostrar as vantagens oriundas implantação desses projetos, verifica-se, no âmbito local, inúmeras mazelas sociais e ambientais decorrentes desse processo. Tal problemática incide diretamente na reprodução social das populações locais,

---

<sup>45</sup> Em tópico posterior, dar-se-á mais ênfase a essa discussão.

<sup>46</sup> Silva e Silva (2006), ao abordar a pesca na Costa do Amapá, relatam a existência de conflitos entre os pescadores que desenvolvem a atividade pesqueira de modo artesanal e aqueles que utilizam instrumentos mais sofisticados e que fazem parte da frota industrial.

especialmente, daquelas que dependem dos recursos naturais capturados do rio, como é o caso dos pescadores artesanais estudados nesta pesquisa.

Em face das alterações que ocorreram e vêm ocorrendo, identificam-se dois momentos distintos desse processo. O primeiro, relatado anteriormente, refere-se, até pouco tempo, antes do início das obras das UHE Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, momento no qual, desenvolvia-se a pesca sem grandes preocupações. Embora não fosse possível prever a quantidade de recursos capturados, tinha-se a certeza de que os resultados seriam satisfatórios.

Cabe destacar que os pescadores conheciam os locais de pesca, comumente denominados por eles como pesqueiros, o que denotava, fundamentalmente, uma prática desenvolvida pelo grupo familiar ou entre conhecidos, envolvendo aprendizados e saberes aprimorados e repassados através da labuta diária e da oralidade.

O fato pode ser confirmado na entrevista a seguir, na qual, a pescadora B9 (47 anos) relata que: “desde criança, acompanhava seu pai, aprendendo a manusear a canoa a remo, a identificar os pesqueiros, a iscar e jogar a linha, sendo criada no Araguari, rio que apresentava características muito diferentes das atuais, e que agora exhibe uma nova dinâmica, deixando de seguir o curso que conheciam, “sendo e não sendo o mesmo rio”.

Trata-se de um processo de fortes mudanças, com os pescadores sendo impedidos de buscar outros locais para desenvolver as pescarias, o que tem resultado muitas vezes, em conflitos e discussões. Dessa maneira, além das implicações já abordadas, é importante abordar mais detalhadamente:

- o comprometimento da trafegabilidade em trechos específicos do Araguari;
- as mudanças e rotatividades dos locais de pesca e;
- o abandono da atividade.

Destaca-se, nesse sentido, que com a implantação das hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, os pescadores do município de Ferreira Gomes vêm sendo prejudicados com problemas de trafegabilidade, visto que, as usinas implantadas, obstruíram o deslocamento em trechos específicos, impossibilitando a

navegação e, conseqüentemente, o desenvolvimento da pesca nos lugares costumeiros<sup>47</sup>, afetando uma parcela significativa de pescadores.

“Subir” o rio Araguari sem obstáculos<sup>48</sup> nas condições atuais, tornou-se impossível para aqueles pescadores que realizavam essa atividade, tanto no baixo, como no médio Araguari, e tiveram de optar, entre deixar as embarcações após a ponte, no sentido, alto Araguari, ou desenvolver a atividade depois da ponte, sentido baixo Araguari. Desse modo, percebe-se, inicialmente, uma grande diferença oriunda da implantação da UHE Ferreira Gomes, pois os pescadores foram destituídos do direito de locomover-se segundo suas necessidades e anseios.

Além disso, relata-se que nos locais em que se implantaram as usinas, principalmente a Cachoeira Caldeirão, constituía um local muito vantajoso para a pesca, mas além da modificação do ambiente, pelas explosões de dinamites, e implantação da barragem, perderam o acesso a esses locais e, muitos dos quais inexistem qualquer aviso quanto à proibição de entrada. Entretanto sabem, que se ultrapassarem certos limites serão retirados, perdendo os apetrechos de pesca.

Como abordado no primeiro capítulo, Sack (1986), aponta a delimitação de áreas, as ações e estratégias dos indivíduos, como componentes importantes para exercer o controle e poder sobre determinado território, tentando impedir o acesso de outros. Tal situação vem ocorrendo nos locais de implantação das hidrelétricas, vale lembrar, que essa territorialidade não é exercida pelas hidrelétricas em si, enquanto objetos de engenharia, mas pelas ações daqueles responsáveis por seu funcionamento, conflitando com as territorialidades existentes no território, antes da instalação das obras.

Todavia, existem relatos de pescadores que mesmo sendo proibidos, tentam ultrapassar esses limites, discordando em obedecer às ordens recebidas. Essa situação ocorre entre outros fatores, tanto por entenderem, que praticaram a pesca naquela área desde sempre e, também pela necessidade de conseguir uma melhor pescaria.

A trafegabilidade refere-se tanto ao deslocamento no rio, como do acesso a locais restritos e proibidos para essa atividade. Ademais, destacam-se duas formas

---

<sup>47</sup> Vale lembrar que embora muitos desses lugares estejam disponíveis para a pesca, as condições atuais existentes, diferem bastante daquelas encontradas anteriormente a chegada desses empreendimentos no município de Ferreira Gomes.

<sup>48</sup> Quando se fala em obstáculos, faz-se alusão as hidrelétricas, como já ressaltado, impossibilitam o deslocamento no Araguari.

de territorialidades conflitantes, uma mais funcional, representada pelas hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, e outra relacionada mais com sentido de apropriação, com um modo de vida.

No que concerne às mudanças e rotatividade dos locais de pesca, verificou-se relatos de pescadores, que em função do comprometimento da trafegabilidade, em trechos específicos do Araguari, optaram por desenvolver a pesca apenas no baixo Araguari, fazendo movimento inverso. Ao invés de subir o rio, descem.

Entretanto, esses pescadores também enfrentam outras dificuldades resultantes da implantação das hidrelétricas, em função da redução do volume de água em alguns trechos do baixo Araguari, tornando-o raso em algumas áreas, para a navegação de embarcações de maior porte. Soma-se a isso, a força da correnteza que tem atuado para a remoção de sedimentos das margens do rio e, por conseguinte, para a acumulação desse material em outros pontos, contribuindo para o assoreamento e o aparecimento de feições antes inexistentes, tais como bancos de areias, que dificultam ainda mais o deslocamento dos pescadores.

A problemática incide, principalmente, naqueles que possuem embarcações de maior porte, e reclamam das dificuldades de se deslocar, enfatizando o risco de bater em bancos de areia ou em outros materiais mais duros, como troncos de árvores e materiais rochosos, expostos em consequência da redução do volume do rio.

Verifica-se que essas alterações de locais resultam, não raramente, em conflitos entre aqueles que desenvolvem a pesca no local, e aqueles considerados de “fora”. Entretanto, como afirmado pelo pescador A7 (52 anos), para não abandonar a pesca e ver a sua família passar necessidades, deu a volta e levou suas embarcações para outro lugar, mais precisamente, ao município do Amapá. É válido ressaltar que, além de existirem, na região, pescadores artesanais locais, ainda ocorre a pesca industrial, tornando o desenvolvimento da atividade mais complicada para o pescador supracitado.

Desse modo, a migração de pescadores para áreas que já apresentam “donos”, vem provocando enfrentamentos e conflitos. Situação que parece repetir-se em outras regiões. Francesco e Carneiro (2015) discorrerem sobre os impactos promovidos na pesca, no rio Xingu, a partir da construção da UHE Belo Monte e afirmam, que os conflitos de pesca aumentaram depois da construção da hidrelétrica na região, pois a partir da perda de pesqueiros e diminuição dos estoques

pesqueiros, verifica-se o avanço dessa atividade para áreas indisponíveis, tais como unidades de conservação e outras áreas que já possuem “donos”.

Trata-se, assim, de um problema verificado, não apenas no médio Araguari, mas também em outros rios que passaram a ser considerados, em virtude dos potenciais energéticos, como evidenciados por Castro e Barros (2015) no médio rio Tocantins, a partir da implantação da hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, denominada também de Lajeado.

Embora, os autores não abordem conflitos de pesca, mostram que, com a instalação da barragem Lajeado em 2011, os conhecimentos dos pescadores passaram por alterações, mostrando o drama de viver em áreas que recebem esses empreendimentos. Notadamente os grupos sociais que possuem uma relação mais estreita com o rio, são atingidos entre outros fatores, pela desestruturação da atividade que desenvolveram ao longo de toda uma vida.

Outra importante transformação ocorreu no aumento da rotatividade de lugares nos quais se desenvolvia a pesca. Conforme as entrevistas, antes das usinas pouco se verificava essa necessidade de alterações constantes, pescavam sempre nos mesmos locais, não existindo necessidade de ficarem procurando e tentando identificar, incessantemente, novos pesqueiros.

Mas, no contexto atual, tem-se essa necessidade, isto está relacionado dentre outros fatores, ao ambiente que ainda apresenta instabilidade, ainda não sendo possível identificar ao certo, os novos pesqueiros. A pescadora B10 (42) assinala:

Hoje estamos sempre tentando achar outros locais de pesca, porque tem local que um dia tá melhor no outro mais ruim, não é mais certo como antes. Hoje nós desenvolve a pesca sempre em lugar diferente, sempre procurando outro lugar. Porque os pesqueiro que antes pescava, tá tudo no meio do rio, então se procura onde é melhor, de remanso pra ver se pega, mas é diferente, difícil encontra, nem sei que volta ao normal, acho que volta não, não sei o que vamo fazer.

O que se observar, por um lado, é uma incessante busca pela identificação de novos pesqueiros, cujos existentes, antes das hidrelétricas, permanecem apenas o local, pois o peixe não se encontra mais nesses espaços, por outro lado, identifica-se a preocupação com a continuidade do desenvolvimento da atividade. Além disso, como as hidrelétricas desestruturaram os pesqueiros, todos estão em busca de pontos de pesca, daí tem que mudar constantemente, realizando uma espécie de rodízio, como destaca a pescadora B11 (54 anos):

Hoje nós pesca naquele local, amanhã pesca em outro, faz como um descanso pra aquele local, se pesca no lugar todo dia, não pega mais não, então tem que mudar, isso ocorre só agora com a Ferreira Gomes, porque de primeiro nós pescava sempre no mesmo lugar todo dia.

Percebe-se que os pescadores, encontram-se em um processo de incertezas e procuras constantes, entretanto, como tal atividade passa por grandes transformações, alguns não enxergam alternativas para a continuidade da pesca. Para tanto, tentam encontrar outros trabalhos na cidade de Ferreira Gomes ou em municípios próximos, especialmente, em Porto Grande, contribuindo para incrementar o número de desempregados no meio urbano, tentando vender a força de trabalho, pois os apetrechos de pesca, juntamente com as embarcações, já foram comercializados. Dessa forma, tem-se um número crescente de pescadores em situações precárias, obtendo através das pescarias, só o necessário para o autoconsumo.

É importante enfatizar que, embora Ferreira Gomes não constitua um polo pesqueiro significativo no Estado do Amapá, a pesca artesanal representa uma atividade com valor econômico e de segurança alimentar, tanto para aqueles que dependem do seu desenvolvimento, como aos demais pescadores, que desenvolvem outras atividades produtivas.

Ressaltamos que o processo de instalação das hidrelétricas no rio Araguari, ainda é muito recente para a identificação de novas territorialidades, todavia, a exemplo daquilo que se observa em outras regiões, nas quais foram implantados empreendimentos hidrelétricos, o cenário é um tanto pessimista.

O abandono da atividade, a sobrepesca em locais que oferecem condições mais favoráveis, o surgimento de conflitos entre os pescadores locais e os “novos pescadores”, o aumento da imprevisibilidade dos resultados das pescarias, contribuem para a única certeza de que a produção capturada será bem inferior aquilo que necessitam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região amazônica ao ser detentora de um conjunto de recursos naturais, torna-se, constantemente, palco de cobiças e *locus* de grandes empreendimentos, situação que tem atuado, muitas vezes, no sentido de precarizar ainda mais, as condições de vida de grupos que buscam, mesmo que minimamente, as condições mais básicas de sobrevivência.

Destaca-se, neste contexto, a implantação de projetos hidrelétrico, cujo processo inicial, remete-se à segunda metade do século XIX, com a primeira hidrelétrica brasileira instalada no rio de Jequitinhonha em Minas Gerais, embora a capacidade de geração energética seja bastante diminuta, representou o início da construção das “estranhas catedrais” que tomariam, no século seguinte, grandes dimensões, espalhando-se em todo o território nacional.

Nesse processo, dada as dimensões que esses empreendimentos assumiram, com implicações de diversas naturezas sobre o ambiente e as populações locais, verifica-se cada vez mais, estudos que objetivam mostrar os impactos promovidos por essas grandes obras. Assim, destacam-se nesse sentido, autores como Célio Bermann, Philip Fearnside, Sônia Magalhães, Gilberto Rocha, Oswaldo Sevá, Carlos Vainer, dentre outros que, apresentam importantes contribuições para o entendimento dessa temática, principalmente no que se refere à Amazônia.

Embora, o avanço de hidrelétricas, sobre os rios amazônicos, ocorra com maior destaque nas últimas décadas, observa-se que os efeitos negativos gerados são intensos e apresentam semelhanças entre as diferentes localidades, não faltando relatos de mazelas sociais, econômicas e ambientais nas quais as populações locais são, constantemente, submetidas. Neste contexto, insere-se o município de Ferreira Gomes e, mais especificamente, os pescadores artesanais, sujeitos diretamente impactados com a instalação de empreendimentos energéticos no rio Araguari.

Como ressaltado no decorrer do trabalho, a implantação de UHEs no leito do rio, transforma a dinâmica natural do ambiente, situação que incide, diretamente, no desenvolvimento da pesca, por envolver um conjunto de fatores que proporcionam condições para o sucesso nas pescarias, entendidas pelos indivíduos como sendo

produtivas, na medida em que conseguiam capturar recursos pesqueiros, tanto para a alimentação do grupo familiar, como também para a comercialização local.

Desse modo, quando as condições são modificadas, seja por elementos naturais ou antrópicos, as atividades desenvolvidas no ambiente passam também por alterações, resultando na desestruturação dos modos de vida que se encontram inter-relacionadas com esses espaços. Tal situação foi identificada com os pescadores artesanais do município de Ferreira Gomes, a partir da construção das hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão no rio Araguari.

Na pesquisa, evidenciaram-se as perdas desses indivíduos com a chegada dos empreendimentos que, constantemente, vem modificando as relações existentes, tanto pela obra física que impossibilita a trafegabilidade em trechos específicos do rio, como também pelo comprometimento da atividade pesqueira, refletindo, diretamente, na sobrevivência de pais e mães que dependem dos recursos econômicos advindos das pescarias.

No decorrer da pesquisa, identificou-se, em Ferreira Gomes, pescadores que vivem no meio urbano e que afirmam ter na pesca como principal fonte de renda. Embora um número significativo receba algum tipo de benefício, argumentam que não é suficiente para sobreviver, ainda mais no contexto atual, no qual relatam o aumento de itens elementares da cesta básica, fazendo da pesca, o sustento do grupo familiar.

Por outro lado, existem aqueles pescadores que asseguram que a pesca é apenas uma atividade complementar, pois não dependem dos recursos advindos da comercialização do peixe. Quando esses indivíduos habitam o meio urbano, realizam trabalhos temporários de pedreiro, carpinteiros, vigilantes, dentre outros. Em contrapartida, aqueles que vivem nas áreas mais afastadas se dedicam à agricultura e à criação de animais.

Constatou-se, que os pescadores que se dedicam, integralmente, a essa atividade apresentam embarcações maiores e outros meios, que possibilitam um deslocamento espacial mais abrangente no rio, bem como melhores formas de acondicionamento do pescado. O fato difere dos pescadores que realizam essa captura de modo mais esporádico ou apenas para o autoconsumo.

Todavia, mesmo a pesca apresentando maior ou menor importância econômica, dependendo do grupo familiar, quando questionados sobre a produção capturada antes e depois das hidrelétricas, foram unânimes ao afirmarem que a

partir das hidrelétricas, a captura desses recursos no rio Araguari diminuiu significativamente, chegando em algumas pescarias a representar mais de 50%. A problemática em questão tem levado à permanência desses sujeitos por mais tempo no rio, fundamentalmente, daqueles que dependem dessa atividade, o que constantemente, não se traduz em resultados satisfatórios.

Outra informação importante identificada no decorrer da pesquisa, foi a grande representatividade do trabalho feminino nas pescarias, pois 47% dos entrevistados são pescadoras, muitas das quais afirmam desenvolver a atividade desde criança, mostrando grande familiaridade com os apetrechos de pesca, e com o rio Araguari. Isso nos revela a heterogeneidade da região Amazônica, pois de lugar para lugar, o papel feminino na pesca assume diferentes contextos, os quais podem exercer, primordialmente, apenas a confecção dos instrumentos utilizados ou então atuar, mais diretamente, na atividade extrativa, como evidenciou-se em campo.

No que concerne aos territórios de pesca ou pesqueiros, verifica-se também mudanças significativas, apontando para dois momentos bem distintos. O primeiro momento descrito refere-se à existência de baixa rotatividade dos pescadores, que sabiam onde se encontravam os pesqueiros, geralmente em áreas de remanso, próximos a igarapés, dentre outros, sendo locais constantemente utilizados pelos mesmos pescadores, onde o resultado das pescarias era sempre satisfatório.

No segundo momento, são impossibilitados de realizarem a pesca em lugares costumeiros, sofrendo com as proibições de trafegabilidade, em trechos específicos do rio. Com isso, pouco sabem onde os peixes se encontram, pois, os pesqueiros de antigamente, em grande parte, deixaram de existir, os poucos, que continuam sendo piscosos, são insuficientes para atender a demanda dos pescadores.

Tendo em vista esse quadro, os pescadores são impulsionados a buscar, no contexto atual, outros pesqueiros, os quais, todavia, geralmente possuem “donos”. Esta situação contribui para os surgimentos de conflitos, desde discussões mais diretas ou em casos mais extremos, com o uso de cartucheiras para “espantar” o pescador de áreas já ocupadas.

Entendemos a importância do território e da territorialidade na cena pesqueira, embora sejam locais que não apresentem uma delimitação concreta, são conhecidos e defendidos, localizando-se próximos às residências de pescadores, com uso mais restrito ao grupo familiar ou então, em outros trechos específicos do

rio Araguari, mas em ambos os casos, a utilização dos recursos pesqueiros segue uma organização. É válido ressaltar que embora esses conflitos existissem no rio Araguari, eram em menor proporção quando comparados à atualidade.

A construção dos empreendimentos hidrelétricos no rio Araguari trouxe sérias implicações para o desenvolvimento da pesca, atuando na desestruturação da atividade pesqueira e, por conseguinte, do modo de vida dos pescadores artesanais que buscam manter as mínimas condições de sobrevivência.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACCIOLY, A. M. R.; ARAUJO, A. L.; GAMA, H. R. A Eletronorte e as Barragens da Região Amazônica. (Coord. MELLO, F. M.) **A História das Barragens no Brasil – Séculos XIX, XX e XXI**: cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens. – Rio de Janeiro: CBDB, 2011, p. 2007 – 225.
- ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Atlas de Energia Elétrica do Brasil**. 1ª ed. Brasília: ANNEEL, 2002.
- \_\_\_\_\_. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Atlas de Energia Elétrica do Brasil**. 2ª ed. Brasília: ANNEEL, 2005.
- \_\_\_\_\_. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Atlas de Energia Elétrica do Brasil**. 3ª ed. Brasília: ANNEEL, 2008.
- \_\_\_\_\_. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Editais de Leilão da UHE Ferreira Gomes**. Brasília 2010. Disponível em:  
[http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/editais\\_geracao/documentos/032010-relatorio\\_Habilita%C3%A7%C3%A3o-UHE\\_Ferreira\\_Gomes.pdf](http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/editais_geracao/documentos/032010-relatorio_Habilita%C3%A7%C3%A3o-UHE_Ferreira_Gomes.pdf)
- \_\_\_\_\_. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Editais de Leilão da UHE Cachoeira Caldeirão**. Brasília, 2012. Disponível em:  
[http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/editais\\_geracao/documentos\\_editais.cfm?IdProgramaEdital=109](http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/editais_geracao/documentos_editais.cfm?IdProgramaEdital=109)
- BATISTA, V.; ISAAC, V.; VIANA, J. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros na Amazônia. In: RUFFINO, M. L. (Cord.) **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Manaus: Ibama/ProVárzea, p.63-151, 2004.
- BRASIL. <http://www.brasil.gov.br/educacao/2017/06/evasao-escolar-cai-em-todas-as-etapas-de-ensino>. Acesso em 08/10/2017.
- \_\_\_\_\_. Ministério de Minas e Energia. **Plano Nacional de Energia 2030** / Ministério de Minas e Energia; colaboração Empresa de Pesquisa. Energética. Brasília: MME:EPE, 12 v, 2007.
- BEGOSSI, A. Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal. In: BEGOSSI, A. (Org) **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 223-253.
- BERMANN, C.; WITTMANN, D.; HERNÁNDEZ, F.; RODRIGUES, L. Usinas hidrelétricas na Amazônia- o futuro sob as águas. In: **Seminário Políticas Públicas e Obras de Infra-Estrutura na Amazônia**: cenários e desafios para o fortalecimento da governança socioambiental, Brasília, p. 1-37, 2010.
- BERMANN, C. O Projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte: autocracia energética como paradigma. **Revista Novos Cadernos NAEA**. v.15, n. 1, p. 5-23, jun. 2012.

BORTOLETO, E. M. A implantação de Grandes Hidrelétricas: Desenvolvimento, Discurso e impactos. **GEOGRAFARES**, Vitória, n. 2, jun. 2001.

CAMPOS, K. F. S.; PORTO, J. L. R.; CAMPOS, V. B. (Re) Configurações territoriais e a implantação de Usinas hidrelétricas no Amapá. In: BORDALO, C. A. L.; SILVA, C. N.; SILVA, E. V. (Org.). **Planejamento, Conflitos e Desenvolvimento Sustentável em Bacias Hidrográficas: experiências e ações**. Belém: GAPTA/UFPA. 2016. p.209-243.

CARDOSO, E. S. Geografia e Pesca: Aporte para um Modelo de Gestão. **Revista do Departamento de Geografia**, nº 14, p. 79-88, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: USP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Territórios pesqueiros: conflitos e possibilidade para a gestão da pesca**. In: 9 Encuentro de Geografos de América Latina, 2003, Mérida: IGEOGRAFIA/UNAM, 2003.

CASTRO, V. B; BARROS, F. B. Depois da barragem tudo mudou: o drama da pesca e dos pescadores artesanais do médio rio Tocantins. **Revista GeoAmazônia**, Belém, v. 03, n. 05, p. 117 - 140, jan./jun. 2015.

CHAGAS, M. **Geração de energia no Amapá**. Repiquete no meio do mundo. Disponível em: <http://www.alcilenecavalcante.com.br/alcilene/geracao-de-energia-no-amapa>. Acesso em: 01/10/2017.

COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolíticas: Discursos sobre o Território e o Poder**. 2. Ed. 1. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

DIAS, CASTRO et al. A. Diagnóstico da pesca ilegal no Estado do Amapá, Brasil. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**. Macapá, n. 5, p. 43-58, 2013.

DIEESE. **Nota técnica 43: O PAC, o setor de hidrocarbonetos e a matriz energética brasileira, 2007**, disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2007/notatec43PACehidrocarbonetos.pdf> Acesso em: 23/12/2016.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ed. Atica, 1983, p. 292.

\_\_\_\_\_. **Povos e Mares: leitura em sócio-antropologia marítima**. São Paulo: NUPAUB – USP, 1995, p.260.

ECOTUMUCUMAQUE. **Relatório de impacto ambiental – RIMA**. Aproveitamento hidrelétrico Ferreira Gomes. Macapá, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Estudo de Impacto Ambiental – EIA**. Aproveitamento Hidrelétrico Ferreira Gomes. Macapá, 2009b.

\_\_\_\_\_. **Relatório de impacto ambiental – RIMA**. Aproveitamento hidrelétrico Cachoeira Caldeirão. Macapá, 2013.

FARIAS, J. O. Artes de pesca e tecnologia da captura. in.: **Manual sobre manejo de reservatórios para a produção de peixes**. Programa Cooperativo Governamental – FAO – Itália. Brasília: FAO, 1988. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/2484/3170>. Acesso em: 21 de novembro de 2017.

FRANCESCO A.; CARNEIRO C. (Org.). **Atlas dos impactos da UHE Belo Monte sobre a pesca**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2015, p. 1-65.

FEARNSIDE, P. M. Impactos ambientais e sociais de barragens hidrelétricas na Amazônia brasileira: As implicações para a indústria de alumínio. p. 261-288. In: FEARNSIDE, P. M. (ed.) **Hidrelétricas na Amazônia: Impactos Ambientais e Sociais na Tomada de Decisões sobre Grandes Obras**. Vol. 2. Editora do INPA, Manaus. 2015, p. 297.

FENZL, N.; CANTO, A.; SILVA, M. V. A evolução do setor energético e o desenvolvimento socioeconômico na Região Norte e no estado do Pará. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L.; FENZL, N. (orgs). **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais**. Belém, Cejup, 2000, p. 245-286.

FERREIRA, O. V. **Algumas notas acerca da pesca na antiguidade**. Vol. II. 1968, p. 113-133.

FURTADO, L. G. Dinâmicas Sociais e Conflitos da Pesca na Amazônia. In: ACSERLALD, Henry. (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: IURP-UFRJ, 2004.

\_\_\_\_\_. **Pescadores do Rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área Amazônica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

G1 NOTÍCIAS. Peixes são achados mortos pela 4ª vez no rio Araguari, em Ferreira Gomes. Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/11/peixes-sao-achados-mortos-pela-4-vez-no-rio-araguari-em-ferreira-gomes.html>. Acesso em: 09/01/2017.

\_\_\_\_\_. Moradores voltam a achar peixes mortos próximo a hidrelétrica no interior do AP. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/moradores-voltam-a-achar-peixes-mortos-proximo-a-hidreletrica-no-interior-do-ap.ghtml>. Acesso em: 22/02/2018.

HÉBETTE, J. (Org.) **O cerco está se fechando**. Editora Vozes Ltda, 1991, p.15-34.

HERNÁNDEZ, F. D. M.; MAGALHÃES, S. B. Ciência, cientistas e democracia desconfigurada: o caso Belo Monte. **Novos Cadernos NAEA**, v. 14, n.1, p. 79-96, 2011.

IANNONE, R. A. **Evolução do Setor Elétrico Paulista**. 228 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, D, 2006.

IBGE. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/ferreira-gomes/panorama>. Acesso em: 17/01/2018.

ISAAC-NAHUM, V. J. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros do litoral amazônico: um desafio para o futuro. **Ciência e Cultura**. 2006, p. 33-36.

ISAAC, V. J.; ARAÚJO, A. R.; SANTANA, J. V. **A pesca no estado do Amapá – Alternativas para o desenvolvimento sustentável**. Macapá: Sema/Gea/Bid, p. 25-30, 1998.

ISAAC, V. J.; BARTHEM, R. B. Os recursos pesqueiros da Amazônia Brasileira. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Série Antropologia**, Belém, v. 11, n.2, p. 295-339, 1995.

JUNIOR, W.; REID, J.; LEITÃO, N. **Custos e benefícios do complexo hidrelétrico Belo Monte**: uma abordagem econômico-ambiental. ConservationStrategy Fund. **Série Técnica**. Edição 4. 2006. p. 1-96.

KAYSER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 84, p. 93-104, 2006.

LEROY, J. P. Amazônia: território do capital e territórios dos povos. In: Zhouiri, A; Laschefski, K. (Org). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 92-111.

MAGALHÃES, S. B. **Lamento e Dor**. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Belém: UFPA, 2007.

MALDONADO, S. C. A caminho das pedras: percepção e utilização do espaço na pesca simples. In: DIEGUES, A. C. (ed.) **Imagem das águas**. Hucitec/Nupaub.

\_\_\_\_\_. **Povos e Mares**: leitura em sócio-antropologia marítima. São Paulo: NUPAUB – USP, 1995, p. 260.

MALVEZZE, R. **O avanço do hidronegócio e os conflitos pela água**. In: CANUTO, A. LUZ, C. R. S.; WICHINIESKI, I. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012. p. 86-88.

MARINHO, V. N. M.; SILVA, C. N.; LIMA, R. P. Hidrelétricas na Amazônia paraense e desestruturação de modos de vida: estudo a partir dos pescadores artesanais de Ferreira Gomes - Amapá. In: **Anais do XII ENANPEGE**, 2017, Porto Alegre, ANPEGE, 2017. v. 1. p. 1-12.

MARINHO, VICKA et al. Usinas hidroelétricas e impactos na pesca no rio Araguari, Ferreira Gomes - Amapá. In: Seminário Internacional América Latina: Políticas e

conflitos contemporâneos, 2017, Belém. **Anais** do Seminário Internacional América Latina (SIALAT). Belém: UFPA, 2017. v. 1. p. 1-8.

MARTINS, J. S. A chegada do estranho: notas e reflexões sobre o impacto dos grandes projetos econômicos nas populações indígenas e camponesas da Amazônia. In: HÉBETTE, Jean (Org.) **O cerco está se fechando**. Editora Vozes Ltda, 1991, p.15-34.

MARIN, R. E. A. Amazônia: o custo ecológico das hidrelétricas. In: CASTRO et .al, Edna Ramos (Org.). **Energia na Amazônia**. Belém. Museu Paraense Emílio Goeldi, 1996. p. 887-903.

MELLO, F. M. R. Resumo da História Remota da Hidroeletricidade no Brasil. (Coord. MELLO, F. M.) **A História das Barragens no Brasil – Séculos XIX, XX e XXI: cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens**. – Rio de Janeiro: CBDB, 2011. p. 89 – 97.

MERCEDES, S. S. P.; RICO, J. A. P.; POZZO L. Y. Uma revisão histórica do planejamento do setor elétrico brasileiro. **Revista USP**: São Paulo. n. 104, p. 13-36. Janeiro/fevereiro/março 2015.

MORAES, C. M. Conhecimentos tradicionais na pesca artesanal. **Ateliê Geográfico**, v. 5, p. 02-18, 2011.

OLIVEIRA, JUNIOR et al. Caracterização da pesca no Reservatório e áreas adjacentes da UHE Coaracy Nunes, Ferreira Gomes, Amapá- Brasil. **Biota Amazônia**. Macapá, v. 3, n. 3, p. 83-96, 2013.

PEITER, P. C. O planejamento do setor elétrico e a formulação do projeto de transmissão da Amazônia. In: CASTRO et. al, Edna Ramos (Org.). **Energia na Amazônia**. Belém. Museu Paraense Emílio Goeldi, 1996. p. 887-903.

PORTO, J. L. R. **Amapá**: principais transformações econômicas e institucionais (1943 – 2000). Tese de Doutorado – Campinas, SP: (S.N). 2002.

PORTO, M. A. A.; SOARES NETO, J. B. G. A Nova Face das Empresas Estatais frente à Expansão da Oferta de Energia Hidroelétrica no País. (Coord. MELLO, F. M.) **A História das Barragens no Brasil – Séculos XIX, XX e XXI: cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens**. – Rio de Janeiro: CBDB, 2011, p. 355-367.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. SP: ed. Ática,1993.

\_\_\_\_\_. Space, territory, and territoriality. Environment and Planning D: **Society and Space**, volume 30, pages 121-141, 2012.

ROCHA, G. M. **Todos convergem para o lago**: Hidrelétrica Tucuruí. Municípios e territórios na Amazônia. 1. ed. Belém: Edufpa, 2008. 250p.

SACK, R. D. **Territorialidade Humana**: sua teoria e história. Cambridge University Press. 1986.

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções sobre o Território**. 3ª ed. São Paulo – Outras Expressões, 2013.

SEVÁ, O. Estranhas catedrais. Notas sobre o capital hidrelétrico, a natureza e a sociedade. **Cienc. Cult.** vol.60 n.3, São Paulo Sept. 2008.

SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: EDINA, C.; MOURA, E, F.; MAIA, M. L. S. (orgs.). **Industrialização e Grandes Projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: Gráfica Editora da UFPA, 1995. p. 13-22.

SENA, A. L. S. **Trabalho e trabalhadores da pesca industrial no Pará face à metamorfose do capital**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006. p. 390.

SEPLAN. **Portal Governo do Amapá**. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/conheca/ferreira-gomes>. Acesso em: 15/01/2018.

SILVA, CHRISTIAN et al. Territorialidades pesqueiras em rios do estuário amazônico (Pará/Amapá-Brasil). In: BORDALO, C. A. L.; SILVA, C. N.; SILVA, E. V. (Org.) **Planejamento, Conflitos e Desenvolvimento Sustentável em Bacias Hidrográficas: experiências e ações**. Belém: GAPTA/UFPA. 2016a, p. 247-276.

SILVA, CHRISTIAN et al. Pesca e influências territoriais em rios da Amazônia. **Novos Cadernos do Naea**, v. 19, n. 1, p. 193-214, jan-abril 2016b.

SILVA, C. N.; LIMA, R. Â. P.; PALHETA DA SILVA, J. M. Uso do território e impactos das construções de hidroelétricas na bacia do rio Araguari (Amapá-Brasil). **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 9, p. 123-140, 2016.

SILVA, C. N. **Geografia e representação espacial da pesca na Amazônia paraense**. Belém: GAPTA/UFPA, 2012.

\_\_\_\_\_. **Territorialidade e modo de vida de pescadores do rio Itaquara, Breves-PA**. Dissertação (Mestrado e Geografia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2006.

SILVA, L. M.; LOPES, E.; AGUIAR, J. S.; SANTOS, V. F. Situação da pesca no setor estuarino. In: **Diagnóstico sócio-ambiental participativo do setor costeiro estuarino do estado do Amapá**, p.104-114, 2004.

SILVA, L. M. A.; DIAS, M. T. A pesca artesanal no estado do Amapá: estado atual e desafios. **Boletim Técnico-Científico do CEPNOP**, v. 10, n.1, p. 43-53, 2010.

VAINER, C. E ARAÚJO, F. **Grandes projetos hidrelétricos e o desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro, Cedi/Ippur, 1992.

## APÊNDICE

### Questionário para identificação de pecadores

- Ficha n° \_\_\_\_\_ Data da entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_
- Município: \_\_\_\_\_ Local de entrevista: \_\_\_\_\_
- Nome \_\_\_\_\_ do  
entrevistado: \_\_\_\_\_
- Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: ( )M ( ) F
1. Estado civil: ( ) solteiro (a) ( ) casado (a) ( ) viúvo (a) ( ) divorciado (a)
  2. Escolaridade: ( ) analfabeto (a) ( ) 1º grau incompleto ( ) 1º grau completo  
( ) 2º incompleto ( ) 2º completo ( ) superior incompleto ( ) superior completo
  3. Têm filhos? ( ) sim ( ) não Se sim, quantos? \_\_\_\_\_
  4. Quantos anos desenvolvem a atividade pesqueira?  
\_\_\_\_\_
  5. Quantos dias por semana realiza a pesca? ( ) 1 dia ( ) 2 dias ( ) 3 dias ( )  
> 4 dias
  6. Associado a colônia de pescador? ( ) sim ( ) não  
Qual? \_\_\_\_\_
  7. Senão, \_\_\_\_\_ por  
que? \_\_\_\_\_
  8. Recebe algum tipo de benefício social? ( ) sim ( ) não Se sim,  
qual? \_\_\_\_\_
  9. Qual a finalidade do peixe capturado? ( ) consumo ( ) venda
  10. **Se venda**, quais as espécies de pescado mais comercializado?

Espécies	Total capturado (kg)	Total comercializado (kg)	Preço de venda (kg)

11. Quantidade de pescado capturado por pescaria antes e depois da instalação das hidrelétricas? \_\_\_\_\_

12. Onde comercializam a produção pesqueira? \_\_\_\_\_

13. A pesca é praticada em uma mesma área por muitos anos ou os peixes mudam constantemente de localização? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

14. Área de pesca? ( ) Baixo Araguari ( ) Médio Araguari ( ) Alto Araguari

15. Como vocês fazem para localizar os pontos de pesca sem perdê-los em outro momento? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

16. Qual o apetrecho utilizado na captura? ( ) rede de pesca ( ) espinhel ( ) linha de mão ( ) armadilhas ( ) outros: \_\_\_\_\_

17. Qual é o tipo de barco que usa? ( ) canoa ( ) barco motorizado ( ) outros: \_\_\_\_\_

18. Qual o comprimento da embarcação? \_\_\_\_\_ metros

19. O Sr. (a) exerce outra atividade para a geração de renda? ( ) sim ( ) não

Se sim, qual? \_\_\_\_\_

20. Com a construção da UHE Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão ocorreu alguma mudança em relação as pescarias? ( ) sim ( ) não

Se sim, por que?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

---

18. Existem disputas entre os pescadores por locais de pesca? ( ) Sim ( ) Não

Se sim, quais os motivos mais comuns?

---

---

---

---

---

---

19. Existem intrigas, desconfianças ou brigas entre os pescadores e os agentes que trabalham nas hidrelétricas? ( ) sim ( ) não

Se sim, por que?

---

---

---

---

---

20. Seus instrumentos de pesca já foram tomados por outros pescadores ou agentes construtores das hidrelétricas? ( ) sim ( ) não

Qual sua reação diante desse fato?

---

---

---

---

---

---

21. As UHE trouxeram alguma vantagem para você e sua família? ( ) sim ( ) não

Por que?

---

---

---

---

---